

RODRIGO DE FRANÇA

**DIÁLOGOS ENTRE OFERTA E DEMANDA:
UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE O PODER PÚBLICO
E OS GRUPOS DE ATIVISMOS SOCIAIS REFERENTES
AOS PARQUES DA CIDADE DE CURITIBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação Física, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, do Programa de Mestrado em Educação Física, do Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Paraná.

RODRIGO DE FRANÇA



**DIALOGOS ENTRE OFERTA E DEMANDA:
UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE O PODER PÚBLICO
E OS GRUPOS DE ATIVISMOS SOCIAIS REFERENTES
AOS PARQUES DA CIDADE DE CURITIBA**

**Orientadora
Professora Dr^a. Simone Rechia**

**CURITIBA
2007**

*Dedico este trabalho à todos(as) aqueles(as)
que se organizam e lutam por uma realidade menos
injusta e mais humana...*

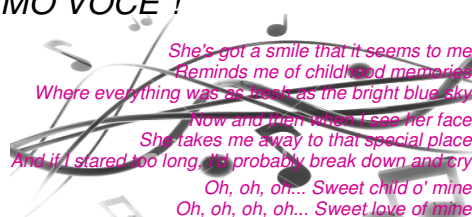
O mundo se impõe, hoje, como efêmero, produto da multiplicação exponencial das coisas materiais e imateriais que afeta nossos sentidos e nossa percepção. A constituição do mundo da mercadoria, reconhecido com tal, a imposição da ideologia do consumo, que tende a tudo homogeneizar – comportamentos, valores e gestos – parece produzir e dominar a vida cotidiana, na qual a coação e a normatização imperam, impondo limites asfixiantes. Mas nos interstícios de uma superfície aparentemente plana e homogênea, há profundezas insondáveis de onde surgem as forças que se definem e se opõem, colocando-nos diante da relatividade desse mundo que se pretende hegemônico, apontando para a aventura possível da ação e do pensamento.

Ana Fani Alessandri Carlos

AGRADECIMENTOS

Sempre disseram que o momento de agradecer era o mais difícil do trabalho e, por isso, acabava ficando para o final. E tinham razão! Ainda mais para alguém como eu, que mal lembro das minhas últimas refeições... Enfim, mesmo correndo o risco de esquecer alguém, gostaria de agradecer a todos e todas que, de alguma forma, tornaram isso possível:

À minha família, pela eterna assistência, educação e carinho, sem os quais não teria chegado até aqui. Especialmente à Neli, meu porto seguro e anjo da guarda. Sem palavras... um simples e puro “AMO VOCÊ”!



À profemãe, quero dizer, professora orientadora Simone Rechia, por todos os ensinamentos, conselhos – e puxões de orelha – que me engrandeceram pessoal e academicamente, além de ter acreditado no meu potencial! (até quando eu mesmo duvidei...);

Aos estimados professores Rodrigo Siqueira, Sílvia Franco do Amaral, Fernando Mezzadri e Beto, pelas valiosas considerações, as quais enriqueceram sobremaneira meu trabalho. Ao Osíris e em especial à professora Carmen, a qual, mais uma vez, fez a diferença;

Aos membros do CEPELS, ou melhor, ao “timão” da prof^a. Simone, pela força: Valeu Rose, Talita (em especial, pelo auxílio), Camila, Rafa, Aline, Simone, Thiago, Saulo e Felipe (esse é o cara!);

Aos presidentes das Associações do São Lourenço, Bacacheri e Barigüí, e aos administradores das Regionais Matriz e Boa Vista pelas entrevistas gentilmente concedidas, as quais tornaram possível o trabalho empírico;

Agradeço também à COMUNIDADE, pela oportunidade de eu continuar meus estudos em uma Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade.

Será que esqueci de alguém?

Obs:

Você me ajudou de alguma forma, mas não se viu contemplado? Deixe registrado seu nome no verso desta folha. Ok?

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
PRIMEIRA PARTE	8
O caso do planejamento urbano de Curitiba	8
Planejamento urbano x Gestão urbana	14
Parques: demanda de saneamento e oferta de áreas verdes.....	15
Ativismos, Comunidade Cívica e Capital Social: quando os moradores se organizam.....	22
Lazer: uma dimensão privilegiada	28
A espacialidade das relações.....	33
SEGUNDA PARTE.....	41
CAMINHO METODOLÓGICO	41
OBSERVAÇÃO DOS PARQUES	45
ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS ENTREVISTAS	57
Origem: “bairrismo” ou activismos reivindicatórios?	57
Departamentos: distribuindo tarefas e ampliando as frentes.....	60
Conquistas: o fruto que se colhe.....	63
Estratégias, Táticas e Astúcias: maneiras de fazer.....	67
Demandas: novas frentes de luta	73
Gestão do Espaço: vistas para o planejamento.....	80
Dificuldades: o problema da desmobilização... ..	83
Uma problemática comum a todas as categorias.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS	94
APÊNDICES.....	98
ANEXOS.....	103

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: O bi-articulado chama a atenção dos técnicos da ONU.....	13
Figura 2: O Cemitério de cães de Paris e a entrada do Passeio Público	15
Figura 3: O Palácio de Cristal de Londres e o Jardim Botânico	16
Tabela 1: Áreas de Lazer por tipo em Curitiba:	29
Figura 4: Parque São Lourenço	45
Figura 5: Banheiro adaptado do Parque São Lourenço	46
Figura 6: Parque Bacacheri	49
Figura 7: Fonte de água do Parque Bacacheri	51
Figura 8: Córrego poluído	51
Figura 9: Acrobacias no barranco.....	52
Figura 10: Parque Barigüí	53
Figura 11: Parque infantil do Parque Barigüí	55
Figura 12: Pista paralela dos corredores	56
Figura 13: Ilha de travessia no Parque Barigüí.....	63
Figura 15: Nova iluminação do Parque São Lourenço.....	75
Figura 16: Fase final da pista de skate.....	76
Figura 17: Dragagem do lago do São Lourenço.....	76

LISTA DE SIGLAS

AMA – Associação de Moradores e Amigos;

APPUC – Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba;

ASSCOM – Assessoria Comunitária;

ASSOLAR – Associação de Moradores do Conjunto Solar;

CEDES – Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer;

CEPELS – Centro de Estudos e Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade;

CIC – Cidade Industrial de Curitiba;

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil;

CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná;

CRC – Coordenação de Relações com a Comunidade;

FAFERJ – Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro;

FAMERJ – Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro;

IAP – Instituto Ambiental do Paraná;

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba;

SME – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;

SMMA – Secretaria Municipal do Meio Ambiente;

UFPR – Universidade Federal do Paraná;

UNICENP – Centro Universitário Positivo;

UNILIVRE – Universidade Livre do Meio Ambiente;

RESUMO

Inicialmente pensados para conter os avanços demográficos e preservar fundos de vale, matas ciliares e importantes nascentes de rios, os parques acabaram se tornando a “praia” dos curitibanos e atualmente se apresentam como significativos espaços de lazer e esporte. Este estudo teve por objetivo investigar acerca da oferta – entendida como aquilo que a Prefeitura disponibiliza – e sua relação com a demanda – aquilo que os sujeitos, organizados em associações de moradores, anseiam – nos parques da cidade de Curitiba. A pesquisa possui um cunho qualitativo e adotou-se como processo metodológico a etnografia. Procuramos também basear-nos na análise cultural proposta por Geertz (1989), onde a partir de uma antropologia interpretativa, tem-se o método da descrição densa do cotidiano como ponto de partida. A partir disso, a mesma pôde ser dividida em duas fases: A primeira sendo a revisão de literatura e o mapeamento e observação dos parques, os quais contam com associação de moradores e a segunda fase composta pelas entrevistas com os presidentes das referidas associações de moradores e os administradores públicos das Regionais responsáveis por tais espaços. Para conseguir ter elementos comparativos e bases para analisar e discutir as entrevistas com os sujeitos envolvidos, foram elencadas algumas categorias, as quais surgiram a partir da convergência dos dados obtidos, a saber: *origem das associações; departamentos; conquistas; estratégias; demandas; gestão do espaço e dificuldades*. Nesse sentido, a investigação do binômio *oferta/demanda* no que concerne aos parques, poderá trazer significativas contribuições à comunidade, principalmente aos moradores do entorno e usuários dos espaços em questão, fornecendo subsídios tanto teóricos quanto empíricos, com vistas a uma nova prática social, pautada na participação e co-gestão do espaço. As considerações finais do nosso trabalho repousam na idéia de que moradores do entorno desses espaços – uma vez organizados em associações – podem vir a se caracterizar, além de um importante elo para minimizar as usuais distâncias entre o poder público e a população, no que tange aos seus anseios e vivências, como potenciais geradores de capital social e, a partir de um senso de responsabilidade coletiva, (re)criar uma CIDADE diferenciada, transformando espaços em **lugares** e produtos em **obras**.

Palavras-chave: *oferta e demanda; ativismos sociais; parques.*

ABSTRACT

Formerly conceived to restrain demographic growth and to preserve valley bottoms, river bordering vegetation and important headsprings, parks turned out to become Curitiba's inhabitants "beach" and are nowadays significant leisure and sport spaces. This study aimed to investigate offer – understood as what the local government makes available – and its relation with demand – what the subjects, organized in dweller's associations, long for – on the parks of Curitiba city. The research has a qualitative mark and adopted ethnography as a methodological process. It has been also attempted to focus on the cultural analysis proposed by Geertz (1989), in which, from an interpretive anthropology, the quotidian thick description method is used as starting-point. Hence, the research could be divided into two stages: the first consisting in literature review and the mapping and observation of the parks, which have associations of dwellers; the second one comprised by interviews with the presidents of the reported associations and the public administrators of the Local Administrations responsible for those spaces. To achieve comparative elements and basis to analyze and discuss the interviews with the involved subjects, some categories have been picked out, which aroused from the convergence of the obtained data, namely: *origin of the associations; departments; achievements; strategies; demands; space management; difficulties*. In this sense, the investigation of the *offer/demand* binomial in what concerns the parks will be able to about real benefits for the community, mainly for the people who live around and the users the referred spaces, giving subsidies as much theoretical as empiric, aiming a new social practice, oriented by the participation and co-management of the space. The final considerations of our research lie on the idea that people who live around those spaces, once organized in associations, may turn out to become not only an important link to minimize the usual distance between the government and the population, in what concern their yearnings and experiences, but also great sources of social assets, and, from a collective sense of responsibility, (re)create a distinct CITY, changing spaces into **places** and products into **works**.

Keywords: *offer and demand; social activism; parks.*

INTRODUÇÃO

A Natureza, através da água, dos minerais, da terra, da fauna e da flora, fornece a matéria prima e as condições necessárias para sobrevivência. Por intermédio da tecnologia e da criatividade do homem, logo se tem tijolos, vidro, madeira trabalhada, cimento, aço forjado, entre outros. A partir daí o céu, ou melhor, o capital, o planejamento e as leis de zoneamento do uso e da ocupação do espaço são o limite.

Esta é a cidade, produto artificial da humanidade – composta atual e estruturalmente por casas, edifícios, escolas, hospitais, igrejas, cruzamentos, ruas, avenidas, shoppings, praças, parques, etc. – numa imbricada relação entre tempo/espaço natural e construído, permeando a esfera pública e privada e, ao mesmo tempo, palco condicionado e condicionante das diversas manifestações da vida cotidiana.

Mas a cidade é mais do que isto. Segundo Lefebvre (1969), esta é construída como obra de uma história de pessoas e grupos sociais, não podendo ser, portanto, reduzida a simples produto material. Tomando o termo “produção” em sentido “amplo”, este autor afirma que houve na história a produção de cidades como houve a produção de conhecimentos, de culturas, de obras de arte, de civilização, de bens materiais, entre outros.

Nesta perspectiva, a cidade, tomada enquanto objeto de pesquisa – analisada abrigando espaços fixos destinados às esferas do trabalho, lazer, esporte, cultura, educação, entre outros e dinamizados pelos fluxos¹ de sujeitos, os quais conferem vitalidade aos mesmos – suscita grandes desafios para qualquer pesquisador interessado nessas nuances.

Ao fazer o recorte, necessário à realização do trabalho, e voltar o olhar para nossa realidade, deparamo-nos com Curitiba, cidade hoje considerada por

¹ Segundo Milton Santos (*apud* RECHIA, 2003, p. 1), “[...] as cidades se distinguem umas das outras justamente por objetos fixos e fluxos, os quais conferem significação para os moradores. Sendo assim, para compreender a cidade não apenas como um grande objeto, mas como um modo de vida, faz-se necessário analisar as interfaces entre os objetos fixos e fluxos coletivos que, combinados, caracterizam cada formação social”.

muitos como um sucesso de urbanização. Elogios, modéstias e exageros de marketing à parte, Curitiba se destaca por disponibilizar aos seus moradores e visitantes grandes áreas verdes destinadas a vivências diversas: os parques.

Inicialmente pensados para conter os avanços demográficos e preservar fundos de vale, matas ciliares e importantes nascentes de rios, os parques acabaram assumindo significativa importância no cotidiano da população, por potencializarem práticas de lazer e esporte próximas à Natureza.

Alguns destes parques, entendidos todos como **produto** do Estado – uma vez pensados pelos técnicos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) para serem² plenos espaços de sociabilidade e contato com a natureza – possuem um carisma tal que alguns curitibanos acabam por construir, conforme Rechia (2003), marcas identitárias com estes espaços. Todavia, estes mesmos parques podem vir a ser **obras** dos usuários, os quais se apropriam diariamente desses espaços e os transformam em lugares significativos.

Para compreender tal sublimação, essa significação dada pelas pessoas, partiremos do entendimento de que estes parques também se originam da necessidade de contato e troca entre as pessoas, e que a partir deles, conforme Rechia (2003), se estabelece o estreito vínculo entre participação ativa e vida nas cidades.

[...] Portanto, consideramos que essa forma de ambiente é o próprio pulsar da vida urbana. O essencial para esse pulsar é compreender que os espaços abertos das cidades ensaiam a 'convivência com aquele que eu não conheço muito bem', portanto, lugar onde as pessoas podem encontrar-se sem se estranhar pelo fato de serem estranhos, tornando-se espaço privilegiado para manutenção de formas de convívio, de civilidade e de cidadania. (RECHIA, 2003, p. 11).

Além disso, os parques de Curitiba são bastante freqüentados por aqueles que buscam uma vivência mais próxima à natureza no tempo/espaço de lazer. Em uma tarde de domingo, por exemplo, encontraremos pessoas correndo, caminhando, passeando com os filhos (ou filhotes), pedalando, lendo,

² Conforme IPPUC. **Plano de Recreação em Curitiba:** pesquisa, diagnóstico e propostas, 1973.

jogando “pelada”, empinando pipa, fazendo piquenique ou churrasco, jogando conversa fora, patinando ou, simplesmente, descalças na grama! Portanto, é no tempo/espaço de lazer que os parques, produtos do poder público, podem transformar-se em obras significativas das pessoas que se apropriam deles.

A lógica do capital, entre outras, imprime novas morfologias aos espaços, onde seu mecanismo de reprodução se dá pela eliminação do antigo – formas carregadas de significado – e imposição do novo, do “cada vez melhor” (tecnocracia), reforçando assim a dominância do valor de troca sobre o uso. Entretanto, não se pode simplesmente negar o valor de troca, ou em outras palavras, negligenciar a relevância deste elemento na sua relação com o espaço. Acreditamos que a tarefa talvez possa ser a de relativizá-lo, reforçar o valor de uso e atentar para a demanda do espaço. O uso é entendido neste trabalho como apropriação,

[...], atividade humana que se realiza pelo homem em torno do ser humano e nele engloba seus sentidos, sensibilidade, necessidade e desejos. Realiza-se com base em uma estratégia que escapa à equivalência (imposta pela troca) e ao homogêneo (imposto pela norma) e faz aflorar o diferente – é a multiplicidade na heterogeneidade, o que acentua seu caráter apropriador, isto é, o homem apropria-se das condições exteriores, transformando-as. (CARLOS, 2001, p. 216).

Nesse sentido, são essas relações dialéticas entre espaço e lugar, produto e obra, valor de troca e valor de uso que se cria a possibilidade de “[...] emergência de um movimento de habitantes que conteste o entendimento de cidade planejada como produto”. (*idem*, p. 215).

Indo ao encontro desse entendimento, ou seja, a essas formas de convivência, contestação, cidadania, entre outros, é que existem as chamadas Associações de Moradores (AMA's). Estas caracterizam-se por grupos organizados de cidadãos, os quais defendem seus interesses e atuam junto à administração pública (na forma de denúncia, parceria, entre outros) no sentido de suprir as demandas necessárias à manutenção e melhoria de qualquer ordem.

Em Curitiba, podemos encontrar diversas associações de moradores e ativistas sociais. Todavia, poucas delas estão relacionadas, ou melhor,

concentram seus esforços em questões pertinentes aos parques. De modo que, dentre todos os parques e bosques da cidade, apenas o Parque São Lourenço, o Parque Barigüí e o Parque Bacacheri³ contam com um grupo de ativistas organizados, os quais, entre outras reivindicações, lutam pela melhoria desses privilegiados espaços para vivências no âmbito do esporte e do lazer.

A título de exemplo, em Curitiba existe a AMA São Lourenço, do parque de mesmo nome. Com mais de 4.000 parceiros e amigos do parque⁴, em relativa sintonia com a prefeitura, a associação se mobiliza “de forma criativa, pacífica e dentro da lei” pelas preferências dos moradores do entorno e usuários no que tange à qualidade do parque, além de realizar projetos e eventos preconizando a consciência ambiental, fazendo, desse modo, emergir a possibilidade de uma co-gestão dos usuários para com esse espaço.

A abordagem da cidade na condição de obra abre a perspectiva de considerá-la como realidade presente e imediata, como possibilidade de apropriação do espaço e do tempo pela sociedade, mesmo imersa no mundo da mercadoria. Assim, a perspectiva da obra refere-se às possibilidades de **invenção** que faz parte da vida, que **institui o uso**, que **explora o possível** unido a uma prática criadora e não exclusivamente produtivista. (CARLOS, 1999, p. 215. *Grifos no original*).

Nesse sentido, tal superação (ou relativização) da visão ideológica da cidade enquanto produto para seu entendimento como obra se vislumbra na direção dos princípios cívicos, isto é, criando a condição favorável para os cidadãos participarem da (re)criação coletiva do espaço e da própria cidade.

Entretanto, e geralmente, observa-se (empiricamente e na produção científica a respeito) que, nesses espaços, o binômio **oferta/demanda** – caracterizado pela relação entre o poder público e os usuários – às vezes não é devidamente considerado. Nesse sentido, aquilo que os sujeitos anseiam, ou seja, suas aspirações, preferências e desejos de vivências, acaba sendo divergente do que os administradores e técnicos planejam, propõem e

³ Nos Anexos pode-se encontrar a descrição oficial (fornecido pelo Administrador Regional) dos parques da cidade.

⁴ Segundo a página virtual da Associação. Disponível em www.superviadigital.com.br/ama.

disponibilizam nos espaços em questão. Portanto, identifica-se, de acordo com a teoria, uma **lacuna**, uma inanidade que desagrega o binômio, aberto principalmente pela Tecnocracia.

O saber (tecnocrático) que justifica a ação política, tornando-a necessária, dá a aparência de compromisso do poder público com a sociedade; em realidade, pensa-se e age-se, na metrópole, com base em alianças de compromissos e necessidades de classe, travestidos nos discursos da ação direcionada aos 'interesses da sociedade' visando a instauração plena da modernidade no território. (CARLOS, 2001, p. 123).

Corroborando com essa idéia, Fernandes (*apud* RECHIA, 2003, p. 136) aponta que este saber gera uma uniformização, a qual se daria pela redução tecnocrática, de acordo com um padrão estabelecido. Em outras palavras, trata-se da redução a um só tipo de modelo urbanístico, refletindo um só tipo de modelo de parques públicos.

Nesse sentido, a metrópole (personificada nos gestores) acaba por (re)produzir, em muitos casos, espaços efêmeros, “perfeitos” aos olhos, mas voláteis e sem historicidade, para usuários/consumidores “felizes e satisfeitos”. Tudo isso com o aval da ciência (personificada nos técnicos e engenheiros). Segundo Rechia (2003), padronizar os equipamentos destinados às práticas corporais e vivências de lazer, por exemplo, é uma dessas estratégias, pois desse modo o corpo acaba se limitando a fazer o que lhe é pré-determinado, garantindo a perpetuação do cotidiano e eximindo as possibilidades e o imprevisto.

Os espaços públicos imaginados como eventual possibilidade de permitir encontros, na realidade, com sua assepsia e monumentalidade de linhas arrojadas e modernas, acabaram por produzir (dentro das regras estéticas da normatização dos espaços) a ausência e o vazio, estranhos à prática social. (CARLOS, 2001, p. 135).

Nesse sentido, surge a problemática, motivadora de toda a pesquisa, a saber: **Como se estabelece a relação dialógica entre o poder público e as associações de moradores, no que tange à oferta e demanda de espaços e**

equipamentos no âmbito do esporte e lazer nos parques da cidade de Curitiba? Em outras palavras, e decompondo a indagação, como anda a relação entre aquilo que a Prefeitura de Curitiba disponibiliza nestes espaços (entendido como oferta) e aquilo que os sujeitos/usuários, organizados em Associações de Moradores anseiam (entendido como demanda) com relação aos parques de Curitiba?

É a partir do entendimento da, já anteriormente citada, relevância destes espaços para vivências significativas no âmbito do lazer e esporte que se justifica tal pesquisa, pois corroboramos com a idéia de projeto de Lefebvre (1969), onde se deve “pensar” a cidade como lócus de reencontro entre as pessoas, onde possa haver enfrentamentos, mas também parcerias, onde haja a concorrência a uma obra coletiva, enfim, onde o efetivo **direito à cidade** se apresente como co-participação nas diferentes esferas no controle e na gestão da cidade e na plena participação social, onde a diferença se realize na obra como atividade criadora. Também concordamos com Rechia (2003), quando esta aponta como sendo de grande importância refletir que

[...] essas práticas sociais realizadas nos interstícios da vida urbana podem significar uma certa ‘linha de fuga’ ao tumultuado meio urbano. Da mesma forma, essas práticas podem possibilitar a aquisição de novos valores humanos os quais diferenciam-se de meras atividades compensatórias, funcionalistas e consumistas. Elas envolvem pelo menos aparentemente a relação ética com o outro, o convívio um pouco mais harmonioso com a diferença, a autonomia e a vivência com a cultura local. (RECHIA, 2003, p. 10).

Nesse sentido, a investigação do binômio oferta/demanda no que concerne aos parques, poderá trazer significativas contribuições à comunidade e ao poder público, no sentido de fornecer subsídios – tanto teóricos (contribuições das pesquisas científicas a respeito), quanto empíricos (destacar as experiências bem sucedidas) – com vistas a uma nova prática social, pautada na participação e co-gestão do espaço.

Portanto, o objetivo geral deste trabalho foi **compreender a relação entre a administração pública e os cidadãos organizados, no que tange às ofertas e demandas para os parques da cidade de Curitiba que contam com associações**, ou seja, verificar se as aspirações, anseios e preferências da

população organizada têm sido devidamente levadas em consideração pela gestão pública.

Para tanto, a pesquisa foi assim estruturada: Inicialmente buscamos no referencial teórico os conceitos e reflexões que pudessem nortear a pesquisa, desse modo, a primeira parte trata da questão do planejamento urbano da cidade de Curitiba; a distinção conceitual entre gestão e planejamento; na seqüência é abordada a questão dos parques da capital (sua função inicial e como atualmente são vivenciados pela população); em seguida permeamos a discussão nas nuances da demanda, ou seja, sobre a esfera dos cidadãos organizados, os quais podem gerar atitudes e posturas diferenciadas no meio urbano. Na seqüência, abarcamos o fenômeno do lazer, por o entendermos enquanto dimensão privilegiada para experiências significativas, dentro de um tempo diferenciado, considerando a espacialidade aí inscrita e suas marcas.

Dando prosseguimento, na segunda parte trazemos um apontamento dos métodos e caminhos trilhados pela pesquisa empírica, a qual se deu pelo mapeamento dos parques que contam com grupos organizados na forma de ativismos sociais e observação dos espaços encontrados, bem como seus usos e formas de apropriação. Na seqüência se deram as entrevistas com os sujeitos envolvidos na relação entre oferta e demanda e, à luz do referencial teórico, a análise e discussão das mesmas. Chegando ao término da pesquisa, destacamos algumas Considerações Finais, julgadas por nós como pontos relevantes e por hora conclusivos.

PRIMEIRA PARTE

O caso do planejamento urbano de Curitiba

Se olharmos para a história do planejamento urbano brasileiro, principalmente no último século, não veremos um quadro do qual possamos nos orgulhar. Segundo Oliveira (2000),

Por toda parte, de norte a sul do país, o observador encontrará projetos mal concebidos, iniciativas frustradas e realizações incompletas. Como resultado, o país se destaca dentre as demais nações pelo caos que atualmente impera em suas cidades, marcado pela deteriorização de seus grandes centros, obsolescência dos equipamentos coletivos urbanos, carências infra-estruturais metropolitanas generalizadas e por uma extraordinária concentração da propriedade fundiária. (p. 14).

A título de exemplo, neste último verão pudemos acompanhar as tragédias, ocasionadas, em diversos casos, pela carência no que tange ao planejamento urbano em algumas cidades brasileiras: as enchentes provocadas pelas chuvas do começo do ano (2007) e seus desdobramentos, como desmoronamento de encostas, alagamentos de vilas inteiras, onde famílias mal puderam se salvar, entre outros.

Nem as cidades projetadas, como Brasília⁵ e Belo Horizonte, por exemplo, escapam desta triste estatística. Também ali se encontram as mazelas que assolam as grandes metrópoles. Entretanto, indícios apontam o município de Curitiba, dentre outros, como privilegiado nesse sentido.

Do 'laboratório de experiências urbanísticas' dos anos 70 à 'Capital Ecológica' dos anos 90, a cidade de Curitiba conseguiu projetar, ao longo de todos estes anos, uma imagem extremamente positiva da sua gestão urbana, fato que, afinal, terminou por alçá-la à condição de cidade modelo para todo o país. (OLIVEIRA, 2000, p. 15).

⁵ Sobre o conteúdo do projeto de Brasília ver: FARRET, R. L. O Estado, a questão territorial e as bases de implantação de Brasília. **Espaço e Debates**, n.15, p. 99-108, 1980.

O que destaca Curitiba no cenário urbano nacional e, inclusive, mundial, não é a ausência de problemas, uma vez que boa parte dos curitibanos também sofre com insegurança, medo, injustiça, desigualdade, etc. Ao contrário, Curitiba se apresenta como diferente porque encontrou certas soluções singulares para resolver os problemas comuns a todas as cidades. E isto só ocorreu porque houve um momento histórico em que seus administradores optaram pelo caminho do planejamento.

Segundo dados da Prefeitura (*apud* OLIVEIRA, 2000), na década de 40 um arquiteto francês foi contratado por uma empresa de São Paulo – a Coimbra Bueno & Cia. – para ordenar o crescimento da cidade de Curitiba. Alfred Agache propôs o primeiro plano urbanístico para Curitiba. Assim, a cidade foi pensada como um conjunto arquitetônico fundamentado basicamente sobre o tripé saneamento, sistema viário e uso do solo, buscando a integração de funções definidas na Carta de Atenas⁶: habitação, circulação, trabalho e recreação.

Coube ao arquiteto o planejamento de dividir a cidade em zonas funcionais: um centro comercial (o centro tradicional); um centro administrativo (o Centro Cívico); uma cidade universitária (o Centro Politécnico da Universidade Federal do Paraná); um setor militar (onde hoje se localiza a base aérea do Bacacheri); um centro industrial (atualmente deslocado no bairro CIC – Cidade Industrial de Curitiba) e um centro de abastecimento (onde hoje é o Mercado Municipal). Na seqüência foi adotado um sistema radial de vias, a partir do centro.

Embora implantadas parcialmente, as propostas de Agache deixaram marcas que perduram até hoje, como as grandes avenidas, as galerias pluviais, o próprio Mercado Municipal, entre outros. Mas o período chave para o processo de planejamento urbano de Curitiba foi a década de 60. Nesse período, foi elaborado o chamado terceiro grande plano urbanístico da cidade.

Segundo Oliveira (2001), esse processo de planejamento, no sentido moderno do termo, iniciou-se precisamente em 1962, durante a gestão de Ivo Arzua na Prefeitura da cidade. Quando a primeira turma de engenheiros-

⁶ Documento aprovado num Congresso Internacional de Arquitetura Moderna ocorrido na Grécia, na década de 30.

arquitetos⁷ procurou o então prefeito levando-lhe algumas idéias a respeito da circulação da cidade, surgiu a idéia de reexaminar o Plano Agache. Entretanto, para realizar tais idéias, recorreu-se à Codepar (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná) para financiamento. Esta agência estadual de fomento se recusou a estudar os pedidos, a menos que houvesse um projeto. Abriu-se, dessa forma, um processo de licitação em nível nacional para escolher a firma que elaboraria o Plano Diretor para a cidade.

A empresa Serete S/A, de São Paulo, associada ao escritório de arquitetura de Jorge Whilhem, venceu a licitação e seu projeto foi submetido a intensos debates para dar legitimidade ao plano. Segundo Oliveira (2000), foram realizados, nesse sentido, seminários envolvendo diversas entidades como o Instituto de Arquitetos do Brasil, o Instituto de Engenharia, o Sindicato das Indústrias da Construção Civil, a Associação Comercial do Paraná, a Federação das Indústrias, a Imprensa, bem como **segmentos organizados das classes populares**.

De acordo com este mesmo autor, o objetivo era, além de esclarecer a população em geral sobre os objetivos do plano (evitando o debate elitizado), dar chance de se acolher críticas e sugestões pertinentes.

Para acompanhar de perto as ações da empresa “de fora”, foi criada a APPUC – Assessoria de Planejamento Urbano de Curitiba – a qual viria a ser o órgão responsável pela criação e implementação dos parques da cidade. Segundo Oliveira (2001),

[...] da APPUC ao Instituto de Planejamento e Pesquisa Urbana de Curitiba (IPPUC) foi um passo. A Lei nº. 2.828/66, que instituiu o plano e o IPPUC, seria o segundo e definitivo ato no processo de institucionalização jurídica da decisão de planejar, como ficava claro nas atribuições conferidas ao Instituto: elaborar e detalhar projetos, indicar as soluções – enfim, executar o Plano Diretor, como seria denominado a partir de então. (p. 03).

A partir de meados de 60 e início dos anos 70, começou o período de “implementação”, quando coube ao IPPUC não apenas pesquisar e planejar,

⁷ Essa turma coincidiu com a criação do curso de Arquitetura na UFPR, cujos primeiros alunos eram oriundos do curso de Engenharia e puderam optar por transferir-se para o recém-criado curso, originando a denominação de “engenheiros-arquitetos”. Jaime Lerner pertenceu a essa turma.

mas também coordenar e gerir a implantação do Plano Diretor. Conhecido também como o período da institucionalização do **planejamento urbano** e do IPPUC como sua principal agência.

De acordo com Oliveira (2000, p. 76), na década seguinte “já estava definitiva e irreversivelmente implantado. As administrações que se seguiram (inclusive politicamente de oposição) pouco mais fizeram do que revisar o plano ou o próprio IPPUC, sem, entretanto, alterar nada de substancial”.

A esse respeito há de se destacar a relação direta entre o sucesso urbanístico de Curitiba com seu corolário político-partidário. Ou seja, a imagem positiva da cidade e seu sucesso estão intrinsecamente ligados pela seqüência de gestões do ex-prefeito Jaime Lerner e seus sucessores.

Este foi nomeado prefeito biônico⁸ da capital paranaense em 1971 até 1975; retornou ao cargo em 1979 até 1983; Em 1989 foi eleito por sufrágio popular para o mandato à frente da prefeitura curitibana. De acordo com Oliveira (2000), com o plano diretor já completamente implantado, Jaime Lerner optou por realizar uma mudança no enfoque: deixando um pouco de lado as questões teóricas e práticas relativas ao planejamento urbano, direcionou seus esforços com vias para as realizações urbanas de caráter estético⁹ e ambiental, reforçando a cidade na condição de produto do Estado.

Outro motivo para tal mudança de enfoque reside nas discussões ocorridas àquele momento quanto à arquitetura modernista. Em torno de um

⁸ Os cargos biônicos garantiram a manutenção da ditadura e o controle total das regiões pelo poder central no Brasil. Eram prefeito, governador e senador biônico nomes dados a figuras públicas escolhidas pelas Forças Armadas para supostamente garantir a lei e a ordem em cidades ou estados considerados áreas de segurança nacional, durante o regime militar. Na prática, porém, as regiões governadas por estes gestores não possuíam autonomia política: o poder e as decisões finais emanavam do governo central (Brasília); a população e os políticos locais ficavam, portanto, excluídos de qualquer influência direta sobre a governabilidade da região. (conforme a enciclopédia virtual Wikipédia. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Prefeito_bi%C3%B4nico).

⁹ Veja-se, p.ex., o grande destaque dado pela imprensa ao caso da Ópera de Arame – *CURITIBA ganha uma ópera de arame e ferro: construído em dois meses numa pedreira e cercado de árvores, o teatro pode receber 2 mil espectadores*. (Folha de São Paulo, 24 mar. 1992. *Apud* OLIVEIRA, 2000, p. 59).

grande movimento de crítica para com esse conceito, começou a falar-se em pós-modernidade¹⁰. A esse respeito, Harvey (1992, p. 69) define:

Enquanto os modernistas vêem o espaço como algo a ser moldado para propósitos sociais e, portanto, sempre subserviente à construção de um projeto social, os pós-modernistas o vêem como coisa independente e autônoma a ser moldada segundo objetivos e princípios estéticos que não têm necessariamente nenhuma relação com algum objetivo social abrangente, salvo, talvez, a consecução da intemporalidade e da beleza 'desinteressada' como fins em si mesmas.

Nesse sentido, em sua gestão, surgiram vários espaços (produtos) urbanísticos carregados de grande apelo visual. Destes empreendimentos, os principais foram a Ópera de Arame, o Jardim Botânico, a remodelação do Mercado Municipal e a Rua 24 Horas. Segundo Oliveira (2000), mesmo uma obra visando a melhoria do transporte público, como os ônibus Linha Direta (o popular Ligeirinho), recebeu destaque internacional muito mais por seus pontos de parada estilizados – as famosas estações-tubo – do que pela suposta eficiência. Este mesmo autor destaca:

Do ponto de vista dos objetivos da espetacularização do Urbano os resultados são animadores. A cidade realizou seu mito de vanguarda urbanística, reforçou sua vocação turística e, talvez o mais importante, conferiu a administração pública uma imagem de eficiência e agilidade administrativa, projetando seus titulares nacional e internacionalmente. (OLIVEIRA, 2000, p. 60).

Esta imagem de “eficiência e agilidade administrativa” garantiu a Jaime Lerner o vislumbre de alçar vãos mais altos, pois foi principalmente com esse *slogan* que ele conseguiu ascender ao Governo do Estado, “sem deixar a Prefeitura”, elegendo para a Administração de Curitiba seu sucessor, o agora também ex-ministro Rafael Greca (gestão 1993-96). Este último, por sua vez, deu continuidade ao modelo Lerner de administração, ou seja, com ênfase na política de conscientização ecológica e reciclagem (programa Lixo que Não é Lixo) e obras de grande porte e destaque visual, como o Memorial de Curitiba,

¹⁰ As questões acerca da Modernidade e Pós-Modernidade fogem do escopo deste trabalho. Portanto, serão tratadas em outra oportunidade.

os Faróis do Saber, as Ruas da Cidadania e o ônibus bi-articulado. Segundo a página virtual do ex-prefeito,

As boas práticas urbanas de Curitiba tiveram destaque no Habitat II (o Dia Mundial do Habitat, criado pelo Centro das Nações Unidas para assentamentos humanos), realizado em junho de 1996, em Istambul. O prefeito Rafael Greca e o governador Jaime Lerner mostraram os avanços obtidos pela política municipal de planejamento, com ênfase nas inovações em transportes coletivos e na habitação.

Duas estações-tubo e um ônibus bi-articulado, levados até Istambul, surpreenderam a população da capital da Turquia, demonstrando, na prática, os resultados das eficientes ações curitibanas na área de transporte. Centenas de delegados da Conferência das Nações Unidas para Assentamentos Humanos foram transportados pelas ruas da cidade e sobre a ponte do Estreito de Bósforo, na ligação entre a Europa e a Ásia.

A continuidade da execução dos planos municipais de desenvolvimento e o respeito da população pelas diretrizes ao longo de mais de trinta anos chamaram a atenção dos técnicos da ONU. Curitiba ganhou um prêmio do Núcleo do Habitat para a América Latina e Caribe, sediado em Quito. O urbanismo curitibano passou a ser levado como bom exemplo a todos os cantos do planeta, através de um livro editado pela ONU para comemorar a grande conferência. (GRECA. Destaques da Gestão¹¹).

Figura 1: O bi-articulado chama a atenção dos técnicos da ONU



Fonte: http://www.rafaelgreca.org.br/obras_destaque.htm

Da mesma forma, ou seja, aproveitando o filão do *slogan* “eficiência e agilidade administrativa” – obviamente não temos a intenção de desconsiderar seus méritos – o engenheiro Cássio Taniguchi viria a se tornar, em 1997, o prefeito da cidade, o qual permaneceu por dois mandatos consecutivos (1997-

¹¹ Disponível em <http://www.rafaelgreca.org.br>.

2004), mantendo, de certa forma, a linha administrativa da “era Lerner”. E com o atual prefeito, Beto Richa (vice da gestão anterior), pelo menos em certos aspectos, não poderia ser diferente.

Poderíamos concluir, portanto, que esta seqüência político-administrativa garantiu, relativamente, certo monopólio de 20 anos (a serem completados em 2008) do jeito “Lerner” de administrar.

Planejamento urbano x Gestão urbana

Deve-se, *a priori*, procurar distinguir estes conceitos, uma vez que, se não entendidos, podem ser confundidos, isto é, tomados um pelo outro, ou então encarados como antônimos.

Planejamento urbano, como qualquer tipo de planejamento, é uma atividade que conduz a determinados esforços voltados para o futuro. É uma forma encontrada entre os homens para tentar prever e se precaver, ou seja, a partir de um fenômeno e sua evolução, o homem pode planejar suas ações para os possíveis desdobramentos previstos (contenção de enchentes, p.ex.), ou ainda aproveitar mais e melhor alguns recursos e benefícios (criação de parques, p.ex.).

Cada um de nós, ao acordar, minimamente, planeja o seu dia. Obviamente para poder executar as melhores ações frente às tarefas previamente estabelecidas. Além de planejarmos certos aspectos de nossa vida (carreira, família, aposentadoria, atividades de lazer, etc.). Saindo da esfera pessoal, nossa sociedade, ou melhor, todas as sociedades e suas instituições – umas mais, outras menos – planejam (ou deveriam planejar) suas ações. Entretanto, um bom planejamento não é a garantia do sucesso, mas é sim a certeza de que, com isso, aumentam-se as chances para o êxito. Isto porque um planejamento não está imune à imprevisibilidade.

Aí entra a Gestão. Na gestão há a administração, condução das ações focadas no presente, no cotidiano. Está relacionada, segundo Souza & Rodrigues (2004), à “administração de determinadas situações, dentro de uma conjuntura, com os recursos disponíveis no presente, tendo em vista as necessidades imediatas”. (p. 16). Ou seja, uma vez planejado o nosso dia,

temos que administrá-lo, para que possamos tomar decisões rápidas e contornar os (bem) possíveis imprevistos que venham a surgir.

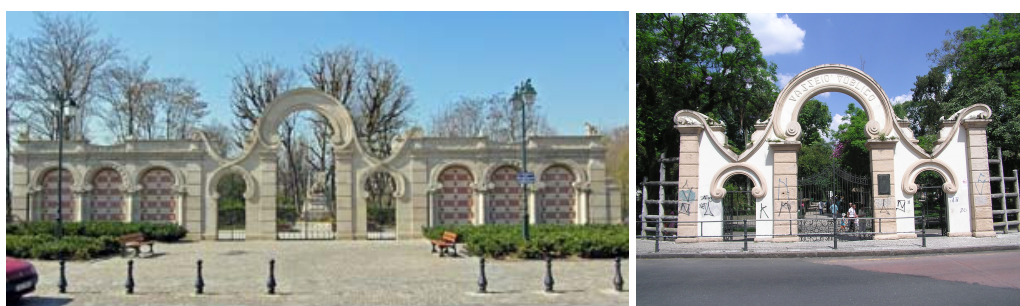
Nesse sentido torna-se pertinente discutirmos a tensão existente entre o poder público e as associações de moradores e usuários, pois planejamento e gestão são diferentes, porém, complementares. Basicamente, divergem na questão temporal, afetando tal relação. Enquanto um está voltado para os acontecimentos imediatos, o outro se direciona para o médio e longo prazo. Pode-se ver, portanto, o planejamento como preparação para uma gestão futura.

Mas agora retomemos o enfoque das gestões de Lerner (mais especificamente da primeira gestão) para tratar de outro ponto duplamente central – tanto na análise do planejamento urbano de Curitiba quanto relativa a este trabalho: os parques.

Parques: demanda de saneamento e oferta de áreas verdes

O primeiro espaço público destinado a vivências no tempo/espaço de lazer da cidade de Curitiba foi Passeio Público. Segundo dados da Prefeitura¹², este foi criado por Alfredo Taunay, quando presidente da Província do Paraná, e inaugurado em 1886. Nasceu da drenagem de um terreno pantanoso, próximo do Marco Zero da cidade. A entrada principal desse parque foi tombada como Patrimônio Histórico da cidade e é cópia fiel do portão que existiu no Cemitério de Cães de Paris.

Figura 2: O Cemitério de cães de Paris e a entrada do Passeio Público

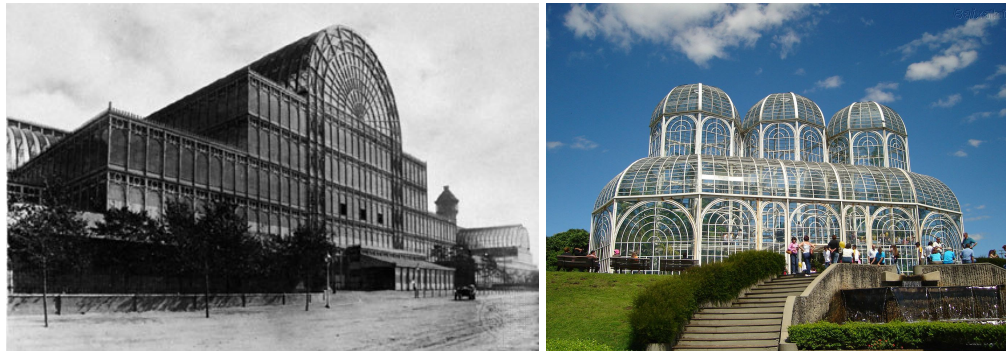


Fontes: www.europeforvisitors.com/paris/images/dogcemeteryentrance.jpg e www.viaje.curitiba.pr.gov.br

¹² Dados disponíveis em www.ippucnet.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados.

Tal fato evidencia a tendência curitibana em se basear na arquitetura européia para (re)produzir seus espaços voltados ao âmbito do lazer. Outros espaços como o Jardim Botânico (inspiração no Palácio de Cristal de Londres), a Ópera de Arame, entre outros parques, acabam seguindo essa mesma lógica de “importação”.

Figura 3: O Palácio de Cristal de Londres e o Jardim Botânico



Fontes: www.britannica.com e www.curitiba-parana.net

Nos início dos anos 70, foi tomada uma decisão estratégica em relação aos vazios urbanos: em vez de loteá-los, a Prefeitura optou por fazer dessas áreas uma ‘reserva de mercado’ ecológica. Nelas foram implantados, a partir de 1972, parques e bosques com funções de preservação, saneamento, lazer e contenção de enchentes. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, p. 19, 2006).

A maioria dos parques de Curitiba surgiu, portanto, na década de 70, na gestão Lerner. Naquele período havia uma grande preocupação por parte da Prefeitura com a questão ambiental, principalmente para conter as sempre desastrosas enchentes, ocasionadas pelas cheias dos principais rios que irrigavam a cidade, como os rios Belém, Passaúna, Iguaçu, Bacacheri, entre outros que, por sua vez, não davam conta da drenagem natural.

Segundo Rechia (2003), até este período era o Governo Federal o órgão responsável pelo controle do meio ambiente. “Curitiba, no entanto, inovou com a edição de dois instrumentos legais municipais: a Lei de Zoneamento e Uso do Solo, de 75, e o decreto Municipal de Preservação de Fundos de Vale, de 76”. (RECHIA, 2003, p. 94). Esta legislação garantiu ao Município o poder necessário para a devida intervenção nessa questão.

Inspirados nos modelos europeus de espaços urbanos e impulsionados pela euforia empreendedora do então prefeito, os técnicos do IPPUC em parceria com o recém criado Departamento de Parques e Praças, materializaram um processo de apropriação de alguns leitos dos rios citados e de grandes espaços “ociosos”, ou melhor, desabitados. Essa iniciativa uniu o que geralmente chamamos de “o útil ao agradável”.

Do ponto de vista ambiental, puderam-se assegurar vários aspectos: a preservação de alguns fundos de vale; contenção do assoreamento e poluição dos rios; proteção da mata ciliar; além da prevenção da ocupação irregular desses locais. Do ponto de vista social puderam ser ofertados à população espaços destinados a proporcionar uma relação diferenciada entre as pessoas e o meio ambiente no contexto urbano, além da possibilidade de vivências no âmbito do lazer e esporte: os parques. E do ponto de vista econômico e político-ideológico, esta iniciativa pôde, entre outras coisas, potencializar o turismo na cidade e impulsionar a mesma com o *slogan* de **Capital Ecológica**.

Já em seu discurso de posse, em 1971, Jaime Lerner afirmava que:

Dessa necessidade de assegurar conteúdo humano ao progresso, agora e amanhã, é que decorrem as obras que pretendemos realizar. Realce especial, por isso, será dado à recreação que envolve não apenas a criação de uma estrutura de animação da cidade, do ponto de vista social e cultural, como também a construção de novas praças e de grandes parques, a preservação das áreas verdes expressivas, a execução de um plano de arborização da cidade e uma nova política de ocupação do solo, destinada a coibir o processo de intensificação da poluição do ar e da água. (*apud* RECHIA, 2003, p. 97).

Conforme esta mesma autora, a cidade de Curitiba, que na década de 60 possuía pouco mais de 1m² de área verde por habitante, passou, em meados da década seguinte, a contar com 16m². Índice este considerado mínimo por diversas instâncias como a Organização Mundial da Saúde e a Sociedade Brasileira de Arborização Urbana.

Segundo a Prefeitura, atualmente esse índice gira em torno de 51 e 54m² de área verde por habitante. Entretanto, corroboramos com Matiello (2001, *apud* RECHIA, 2003, p. 97) quando este denuncia que **por** habitante não significa **para** os habitantes. O “verde propagandeado acerca da cidade muitas vezes

está ‘escondido’ em áreas de uso particular, ou ainda, é um verde para fotos de satélite, não necessariamente implicando em 54m² acessíveis ao uso de cada habitante”.

Nesse contexto, três grandes parques foram disponibilizados: o Parque Barreirinha (de 275.380m²), criado oficialmente em 1959, mas implantado em 1972; o Parque São Lourenço (com 203.918m²) e o Parque Barigüí (de 1.400.000m²).

Conforme Rechia (2003), o que chama atenção nos projetos destinados à experiências no âmbito do lazer na cidade de Curitiba é a simplicidade. Embora conte com alguns equipamentos modernos e de alto custo (como é o caso do Parque das Pedreiras, que comporta a Ópera de Arame, do Jardim Botânico com a estufa de plantas e do Parque Barigüí com o Centro de Exposições) os parques, em sua maioria, ocupam áreas com privilegiadas paisagens naturais ou se constituem em cenários reaproveitados (como no caso das pedreiras desativadas, que abrigam uma concha acústica natural no Parque das Pedreiras ou ainda túnel e cascata natural do Parque Tanguá).

Existe, portanto, a visão minimalista, onde, de acordo esta autora, o aproveitamento das condições naturais evita movimentos de terra, o que segundo técnicos da Prefeitura, barateia em grande parte o custo total dos parques. Os equipamentos de lazer que compõem os parques exigem pouca manutenção (materiais duráveis como tronco de árvores e outros elementos naturais), o que evita muita substituição. A padronização do mobiliário (lixeiras, bancos, luminárias), a disposição do mínimo necessário de equipamentos (canchas, pistas de caminhada e ciclovias) são fatores que também contribuem para baratear os custos viabilizando e agilizando a implantação desses espaços. Para o ex-prefeito da cidade, Cássio Taniguchi (*apud* RECHIA, 2003, p. 103), “a natureza contempla tudo, portanto, coloca-se o mínimo nos parques e deixam-se surgir as **demandas**”. (*grifos nossos*).

Agregam-se também a esses ambientes naturais equipamentos a partir de motivações culturais por meio de diversos memoriais étnicos com exposições permanentes de artigos típicos de diferentes colônias de imigrantes europeus.

De modo geral, a diversidade dos usos ocorre sempre dentro do nível cultural e ecológico, incluindo espaços para práticas esportivas, além de dispor de uma estrutura de certa forma

semelhante em todos os parques, com pistas de caminhadas, ciclovias, quiosques e espaços para vivências corporais. Com proporções distintas entre os parques e bosques, a presença desse tipo de equipamento é comum em todos os parques [...]. (*idem*, p. 104).

Ainda sobre os equipamentos, podemos notar que vão desde pistas de caminhada e canchas de areia até um Centro de Criatividade (escola de arte e ofícios situada no Parque São Lourenço, onde são oferecidos cursos e oficinas de diversas manifestações artísticas).

Além do São Lourenço, o Bosque Alemão e o Bosque Zaninelli também possuem bibliotecas. Alguns parques também contam com museus: Casa do Seringueiro, em homenagem a Chico Mendes (Bosque Gutierrez); Museu de História Natural (Bosque Capão da Imbuia); Museu do Automóvel (Parque Barigüí); Casa do escultor Erbo Stenzel (Parque São Lourenço), Museu botânico (Jardim Botânico), Memorial dos 500 anos de Brasil (Parque Tingüí) entre outros.

A UNILIVRE (Universidade Livre do Meio Ambiente) localizada no Bosque Zaninelli, por sua vez, possui até camping. No Parque dos Tropeiros existem canchas de rodeio. Além de tudo isso, há trilhas ecológicas em diversos parques, oferta de algumas modalidades de esportes náuticos no Parque Iguaçu e no Parque Passaúna e zoológico no Parque Iguaçu e Passeio Público.

Com relação ao perfil dos usuários de alguns parques de Curitiba, tem-se uma pesquisa realizada pela engenheira florestal Elisabeth Hildenbrand¹³ (*apud* RECHIA, 2003, p. 106). Na referida pesquisa foram entrevistadas 1.831 pessoas, onde se revelou que a maioria dos freqüentadores das seis áreas analisadas — Bosque do Alemão, Parque Barigüí, Jardim Botânico, Bosque João Paulo II, Parque São Lourenço e Parque Tanguá — é de classe média e tem bom grau de instrução. Das pessoas entrevistadas durante quatro meses em 1999, 72,4% tinham pelo menos o 2º grau completo, 52,7% pertenciam à classe média e 23,9%, eram da média alta.

¹³ Pesquisa financiada pela fundação O Boticário de Proteção à Natureza e fundação McArthur dos Estados Unidos, com dados divulgados no jornal Gazeta do Povo em maio de 2002.

Para o urbanista do IPPUC, Luiz Fragomeni, a questão do deslocamento é fundamental. Em uma entrevista (*apud* RECHIA, 2003, p. 109) concedida em 2003, ele diz o seguinte:

Curitiba, do ponto de vista dos parques, tem uma razoável distribuição de áreas verdes públicas em vários pontos, naturalmente na região Sul que é mais pobre tem menos parques em função de cheias e invasões [...]. A região dos parques ficou mais ao Norte [...]. Do ponto de vista do contexto do urbanismo, o que é questão básica hoje é identificar esses compartimentos ambientais e como esses bairros estão organizados na estrutura básica da cidade, dada pelo seu mapa de zoneamento, pelo seu sistema de áreas, de acesso, isso tudo, mas respeitando seus compartimentos. O que eu quero dizer com isso é que o lazer do cidadão tem que estar num raio de 1 km, que ele esteja disposto a andar, claro que depende do clima, depende da topografia, mas seria muito bom e mais saudável para o lazer se a cada 1 km houvesse um espaço público aberto. Neste caso, a noção do que é um parque, do que é um espaço de lazer precisa ser desmistificado. Precisa ser uma área com grama? Não necessariamente, mas precisa ser um espaço com que eu me identifico e que tenha alguma segurança até do ponto de vista da população de menor renda [...], o lazer no nosso conceito atual tem que estar no bairro próximo.

A referida pesquisa converge com esse argumento, apontando que é de 4 quilômetros o deslocamento médio para apropriação desses espaços na Região Norte por parte da população, o que, segundo Rechia (2003) indica realmente um acesso facilitado para quem mora nessa região. Esta mesma autora aponta que, de acordo com a ex-supervisora de obras e serviços da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), Maria Lúcia Rodrigues, a Prefeitura de Curitiba está atenta a essa demanda por áreas verdes nas regiões mais pobres, principalmente na região Sul da capital. Ela explica:

A região ainda possui uma cobertura vegetal grande, mas está havendo uma explosão demográfica, com a ocupação acelerada das áreas disponíveis. Estamos continuamente identificando áreas de loteamento e priorizando a criação de praças, mas também está em processo de estudo a utilização de grandes áreas para a criação de parques. (*apud* RECHIA, 2003, p. 110).

Para Hildenbrand (2002), um resultado bastante significativo foi a comprovação de que “todos os investimentos feitos pelo poder público em áreas

verdes em Curitiba dão retorno positivo para a comunidade”. Isso foi comprovado à partir do questionamento aos entrevistados sobre a importância desses espaços para a cidade e a maioria absoluta (91,8%) se mostrou favorável aos investimentos públicos em parques urbanos.

A importância social e econômica desses espaços também se revela quando analisadas as principais utilizações dos parques. O contato com a natureza foi o principal item de atração dos parques (66,8%), “revelando que os usuários dos parques de Curitiba buscam um certo estilo de vida, o qual contempla a relação sujeito/natureza por meio de vivências no âmbito do lazer em espaços ao ar livre, apontando para um cotidiano diferenciado no meio urbano”. (RECHIA, 2003, p. 110). Outros 20,7% dos entrevistados disseram que freqüentam as áreas verdes para praticar atividades físicas, principalmente para caminhar e correr. Para Elisabeth Hildenbrand, responsável pela pesquisa, “isso demonstra um benefício econômico indireto”, pois para ela, “as pessoas estariam deixando de gastar com academias”.

Esses resultados podem desmistificar a idéia de que os usuários vão aos parques apenas para realizar exercícios físicos. Ou seja, se identifica uma grande parcela que busca um estreitamento na relação com o meio ambiente. Para Rechia (2003), esse índice superior demonstra que, na realidade, pode estar presente nesses espaços certo **desfrute do ócio**, o qual inclui a contemplação ou simplesmente um passeio ao ar livre, “o que qualifica essas experiências e as tornam extremamente singulares no meio urbano”. (p. 111).

Nesse sentido emerge, mais uma vez, a relevância desses espaços no cotidiano das pessoas e na dinâmica da própria cidade. E a população do entorno de alguns parques da capital já se deu conta disso.

Ativismos, Comunidade Cívica e Capital Social: quando os moradores se organizam...

*E com o bucho mais cheio comecei a pensar
Que eu me organizando posso desorganizar
Que eu desorganizando posso me organizar
Que eu me organizando posso desorganizar.*

Chico Science & Nação Zumbi

Temos discutido até então apenas sobre a cidade de Curitiba, a era Lerner e o que tem sido disponibilizado à população com relação aos parques, portanto, a **oferta**. Cabe neste momento passar à **demanda**, ou seja, atentarmos àquele grupo de ativistas que se organiza e luta para suprir seus anseios, necessidades e interesses nos espaços em questão na forma de ativismos sociais, gerando capital social e podendo reproduzir alguns princípios de uma comunidade cívica.

Segundo Souza & Rodrigues (2004), ativismos e movimentos sociais são maneiras que os sujeitos têm de se organizar para entrar em cena e sair da condição de espectadores.

Na qualidade de participantes de ativismos e movimentos, homens e mulheres lutam por direitos, estabelecem laços de cooperação e realizam ações de caráter político e cultural. Tentam, com isso, tornar-se algo mais que simples sujeitos passivos do processo social, afirmando-se em alguma medida, como agentes e protagonistas de seus destinos – por mais modesta que essa atuação de fato seja. (p. 82).

Para estes autores deve-se fazer uma distinção entre ativismos sociais e movimentos sociais, pois todo movimento social é um ativismo, mas a recíproca não é verdadeira. Basicamente, a distinção repousa na dimensão do enfoque.

Nesse sentido, os ativismos reivindicatórios compreendem ações que visam obter melhorias coletivas *in loco*, isto é, na rua, no bairro (ou numa favela), ou no nosso caso, no parque ou bosque do bairro. Entretanto, tais melhorias se restringem ao benefício local, não considerando o conjunto da cidade e, menos ainda, ao nível nacional ou internacional. “Essas ações visam a

atender uma demanda pontual de um determinado grupo e, ao serem atendidas, acontece geralmente uma desmobilização das pessoas”. (*idem*, p. 83). Dessa forma, qualquer político – candidato ou eleito – que queira se promover, vai procurar atender tais reivindicações (geralmente com medidas paliativas) e, em troca, garantir a preferência do eleitorado. O ativismo de bairro¹⁴ é o caso mais comum de ativismo urbano.

Já os movimentos sociais são ativismos evoluídos, ou melhor, seus sujeitos revelam uma noção mais ampla, uma dimensão mais elevada (alguns até bastante elevada) de organização e luta. Estes militantes concentram seus esforços buscando alterações mais significativas na sociedade, como maior justiça social, combate à desigualdade, etc. Reivindicações estas as quais não podem ser atendidas por qualquer político oportunista ou com medidas paliativas.

Ainda de acordo com Souza & Rodrigues (2004), as associações de moradores no Brasil remontam ao início do século XX: eram as chamadas “comissões pró-melhoramentos” no Rio de Janeiro.

Como o nome indica, eram organizações de moradores que reivindicavam infra-estrutura para os bairros novos e afastados do Centro, carentes de tudo. Muitas vezes se manifestavam de forma incisiva na imprensa [...], fazendo publicar cartas abertas às autoridades do Estado. O tom, no entanto, geralmente não era de ataque violento, muito menos de crítica social profunda, mas, sim, de solicitação humilde, quase suplicante, contrastando fortemente com o movimento operário de inspiração anarquista (mais tarde comunista) que, na mesma época, florescia no Rio de Janeiro e São Paulo. (p. 86).

Estas associações, por muito tempo, caíram em descrédito por serem consideradas “currais eleitorais” e pouco faziam o que deveriam. Já na década de 80, no Rio de Janeiro, destacaram-se a Famerj – Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro – a qual ocupou as páginas da Imprensa com críticas, campanhas e manifestações, além de dar apoio jurídico e político aos inadimplentes do Sistema Financeiro de Habitação. “A despeito de suas deficiências, a Famerj foi, até o agravamento da crise (nos anos 90), o

¹⁴ O termo bairro é aqui entendido tanto no sentido legal, quanto às favelas que, corroborando com Souza & Rodrigues (2004), são tanto ou mais bairros que muitos bairros da classe média, a despeito de sua situação jurídica ilegal.

símbolo e o esteio organizativo de um movimento social urbano em ascensão”. (*idem*, p. 87).

Há de se destacar também a Faferj – Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro – a qual foi decisiva na luta pela urbanização das favelas e contra as remoções. Nessa época, em diversas regiões do Brasil, muitos ativismos de bairros, com lutas pontuais – melhoria de saneamento, iluminação, postos de saúde, etc. – começaram a romper suas fronteiras, encontrar parceiros (formando federações a nível municipal e estadual), militando em dimensões maiores e assumindo, entre outros, uma postura de participação das questões públicas.

Segundo Walzer (*apud* PUTNAM, 2002, p. 101), “o interesse pelas questões públicas e a devoção às causas públicas são os principais sinais de virtude cívica”. Tal virtude aponta para uma reconhecida dedicação ao bem público, muitas vezes em detrimento de qualquer interesse individual. Entretanto, não devemos confundir interesse individual, próprio, com altruísmo, pois todos temos nossas motivações pessoais. Para acontecer em uma comunidade o virtuosismo cívico, seus cidadãos não têm de ser altruístas, mas buscar seus interesses próprios, sensíveis e definidos no contexto dos interesses comuns.

Nesse sentido, segundo Putnam (2002), em uma comunidade cívica há, ou para materialização de uma comunidade cívica deve haver: toda uma rede de **direitos e deveres**, obviamente iguais a todos; relações de **reciprocidade coletiva, cooperação e engajamento político**, de maneira horizontal, e não relações verticais de autoritarismo ou dependência; buscar, como já anteriormente supracitado, o **interesse próprio em sintonia com o interesse coletivo**; tanto os cidadãos quanto os governantes devem se aproximar do ideal de **igualdade política**; devem ser priorizados os preceitos de **prestatividade, respeito e confiança mútua** entre os concidadãos; podem (e devem) haver conflitos, mas prevalecendo a **tolerância** entre os posicionamentos divergentes.

A ênfase dada às relações baseadas na confiança mútua assume grande importância, pois estas, segundo Granovetter (*apud* PUTNAM, 2002, p. 103), “[...] permitem à comunidade cívica superar mais facilmente o que os economistas chamam de ‘oportunismo’, no qual os interesses comuns não prevalecem porque o indivíduo, por desconfiança, prefere agir isoladamente e

não coletivamente”. Nesse sentido emergem as associações civis como geradores e potencializadores dos princípios cívicos anteriormente citados.

Segundo Putnam (2002), as associações desenvolvem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público. Tal afirmativa pode ser reforçada por uma pesquisa realizada em 5 países, sobre **cultura cívica**, mostrando que os cidadãos organizados em associações têm mais consciência política, confiança social e participação política. Este autor segue afirmando que “a participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos”. (p. 104).

O associativismo é, para este mesmo autor, um requisito *a priori* para um governo verdadeiramente democrático e, segundo Banfield (*apud* PUTNAM, 2002, p. 105), “a pobreza e o atraso se devem em grande parte (mas não inteiramente) à incapacidade de seus habitantes de agir em conjunto pelo bem comum ou mesmo visando a qualquer objetivo que transcenda os interesses materiais imediatos”.

Mas como definir se uma comunidade é mais cívica que a outra? Putnam (2002), ao investigar a reforma institucional italiana e o sucesso (ou fracasso) dos respectivos governos regionais por duas décadas, organizou 4 indicadores para “medir” o índice de civismo dessas regiões. São eles: o comparecimento à referendos (de caráter facultativo na Itália); uso do voto preferencial (voto em troca de favores); número de leitores de jornais; e rede de associações civis.

Comparando estatisticamente, ele pôde elencar as regiões mais e as menos cívicas e percebeu uma relação direta com o sucesso/fracasso das instituições regionais. Ou seja, “quanto mais cívica a região, mais eficaz seu governo”. (p. 112). Por serem governos economicamente equivalentes, a pesquisa mostrou que o sucesso da gestão não depende do desenvolvimento econômico.

Devido às limitações de nosso trabalho, não teríamos “fôlego” para investigar tais indicadores junto aos moradores do entorno dos parques de Curitiba, mas traçando um paralelo, esta pesquisa contribui reforçando a idéia de que os espaços dessa natureza que contam com associações de moradores e usuários podem ter o privilégio de contar com uma comunidade do entorno com capital social e perfil cívico.

A respeito do capital social, este pode ser entendido, ou melhor, diz respeito às características da organização social, como confiança, normas e sistemas, os quais podem potencializar e qualificar as relações sociais. Segundo Coleman:

Assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse [...]. Por exemplo, um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e confiança [...]. Numa comunidade rural [...], onde um agricultor ajuda o outro a enfardar o seu feno e onde os implementos agrícolas são reciprocamente emprestados, o capital social permite a cada agricultor realizar o seu trabalho com menos capital físico sob a forma de utensílios e equipamento. (*apud* PUTNAM, 2003, p. 177).

Um exemplo que facilmente ilustra este conceito reside nas Associações de Crédito Rotativo – ou comumente conhecidas como Consórcios. Basicamente, um grupo de pessoas reúne seus recursos financeiros e monta um fundo, o qual será entregue para a pessoa contemplada. Até a última pessoa ser beneficiada. Segundo o autor, nesse sistema as pessoas empenham suas relações sociais para obter o crédito em questão, o que pode ser chamado de mútua assistência, investindo assim em capital social.

Vale ressaltar que essa característica se reforça mutuamente, formando um círculo virtuoso, pois a confiança gera cooperação, a qual gera mais confiança e assim por diante. Porém, alerta o autor, tal confiança não se apresenta como “cega”. Ela se baseia em uma previsão do comportamento, ou seja, não se confia em uma pessoa ou instituição, simplesmente porque ela diz que fará algo, mas sim porque, conhecendo sua disposição, capacidade e as conseqüências, você espera que ela prefira agir assim.

Diferente do capital convencional (financeiro), o capital social normalmente se constitui como um bem público. “Por ser um atributo da estrutura social em que se insere o indivíduo, o capital social não é propriedade particular de nenhuma das pessoas que dele se beneficiam”. (COLEMAN, *apud* PUTNAM, 2003, p. 180). Portanto, por ser fruto da teia de relações sociais de características cívicas, o capital social pode beneficiar reciprocamente todos que fazem parte dela.

Acerca da reciprocidade, esta pode se manifestar de duas maneiras: **balanceada**, onde ocorrem relações de troca simultânea (ex. moeda) e a **generalizada**, onde a permuta se dá sem correspondência imediata, mas com expectativas futuras (troca de favores como ocorre na amizade, p.ex.).

Nesse sentido, para que determinada pessoa ou grupo – como associações de moradores e usuários dos parques da cidade de Curitiba – se caracterize como beneficiado pelo capital social, deve pautar suas práticas nos moldes cívicos da confiança, prestatividade, respeito, cooperação, reciprocidade, respeito às normas, entre outros. Tais princípios são geradores de reputação e credibilidade, qualificando as ações destes grupos.

Quer seja na forma de ativismos de bairro ou de movimentos sociais, muitas destas instituições sociais surgem e se organizam em um tempo e espaço diferenciados. Partindo desse pressuposto, acreditamos que é no tempo/espço de lazer, aonde algumas pessoas chegam a ter experiências significativas, que podem emergir os valores cívicos anteriormente citados. Onde pode haver, por exemplo, a possibilidade de reflexão sobre as condições do bairro, levantamento dos problemas, organização, cooperação e, assim, emergir a possibilidade de luta para vislumbrar o atendimento das demandas.

Lazer: uma dimensão privilegiada

Em época mais otimista que a atual, nossa espécie recebeu a designação de Homo sapiens. Com o passar do tempo, acabamos por compreender que afinal de contas não somos tão racionais quanto a ingenuidade e o culto a razão do século XVIII nos fizeram supor, e passou a ser moda designar nossa espécie como Homo faber. Embora faber não seja uma definição do ser humano tão inadequada como sapiens, ela é, contudo, ainda menos apropriada do que esta, visto poder servir para designar grande número de animais. Mas existe uma função [...], tão importante como o raciocínio e o fabrico de objetos [...]. Creio que, depois de Homo faber e talvez ao mesmo nível de Homo sapiens, a expressão Homo ludens merece um lugar em nossa nomenclatura.

Huizinga

Ao escrever o prefácio de seu livro, em 1938, Johan Huizinga inaugura o termo *homo ludens* e aponta para esta expressão enquanto, segundo o autor, sendo distinta e fundamental, presente em tudo o que acontece no mundo, defendendo o lúdico como elemento intrínseco da Cultura humana.

Como já dito anteriormente, a cidade de Curitiba é reconhecida como um celeiro de espaços que oferecem a oportunidade de manifestação dessa designação humana. Em sua maioria, pautados na questão ambiental. Eis alguns dados:

Tabela 1: Áreas de Lazer por tipo em Curitiba:

Tipo de Áreas de Lazer	Nº. de Unidades	Área em m²
Parques	13	18.481.316
Bosques	17	652.117
Praças	393	2.504.321
Jardinetes	416	423.130
Largos	54	65.378
Núcleos Ambientais	30	17.994
Eixos de Animação	15	535.623
Jardins Ambientais	3	48.725
Centros Esportivos	2	64.100
Total de Áreas de Lazer	944	22.792.704

Fonte: IPPUC. Disponível em <http://www.ippucnet.ippuc.org.br>

Entendendo os parques da cidade de Curitiba como espaços potencializadores da dimensão definida por Huizinga em 1938 – *homo ludens* – e vislumbrando que é no tempo e espaço de lazer que esta se realiza e se (re)cria, cabe aqui um questionamento prévio sobre este conceito complexo. Ou em outras palavras, **o que é lazer?**

De acordo com Mascarenhas (2000), o lazer é uma categoria moderna “[...] resultante das tensões entre capital e trabalho, o qual se materializa como um tempo e um espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da Cultura, perpassando por relações de Hegemonia”. (p. 58).

Nesta definição, vale destacar que tais “tensões entre capital e trabalho”, são, em outras palavras, a luta de ativistas organizados no sentido de reivindicar uma redução da pesada jornada de trabalho imposta em tempos de Revolução Industrial. Portanto, a partir das discussões tratadas no capítulo anterior, podemos afirmar que a conquista desse fenômeno, o lazer, pode ter se dado pelos esforços dos ativistas do Movimento dos Trabalhadores, voltado para equalizar, ou melhor, diminuir as desigualdades na esfera do trabalho, garantindo dessa maneira o aumento de um importante “tempo livre” para outras atividades.

Para muitas tendências do movimento operário organizado, o tempo livre era de suma importância, pois representava não apenas a necessária reposição da energia gasta, mas ocasião de desenvolvimento de uma cultura própria e independente dos valores burgueses. Representações teatrais, competições

desportivas, sessões de canto e música, leituras, passeios, além de debates e cursos de formação – tais eram as formas através das quais os militantes preenchiam seu tempo livre. (MAGNANI, 1994).

É inegável que o advento da maquinaria e o surgimento e desenvolvimento das indústrias nos séculos XVIII e XIX transformaram a vida das pessoas e o modo como a concebiam. Não é por acaso que este acontecimento é conhecido como Revolução! A este respeito, Thompson (*apud* DE DECCA, 2002) investigou de que modo o industrialismo do século XVIII se impôs, transformando a concepção de **tempo** da sociedade.

Segundo Gebara (1997), no período anterior ao da Revolução Industrial, os ciclos naturais eram os responsáveis por ditar o ritmo do homem. As necessidades como o trabalho, descanso, alimentação, lazer, eram supridas “naturalmente”, ou seja, à medida que surgiam. O tempo de trabalho e seu contrário, o tempo de não-trabalho, possuíam uma linha tênue. Os tempos para tais atividades acabavam sendo relativos.

À partir da nova mentalidade, imposta pelo principal ícone da Revolução Industrial, o **relógio**, o tempo passou a ser medido, cronometrado, calculado, enfim, controlado. O tempo se tornou um coeficiente absoluto e determinante, onde o relógio passou a ditar os ritmos humanos. Nessa nova concepção, era indiferente fabricar um sapato aqui ou na Rússia. Dessa forma, a especificidade cultural se curvava e se dissolvia ante aos ponteiros da produtividade.

Mas para que esse trabalho pudesse ser submetido ao controle disciplinar do tempo dos relógios, houve a necessidade de submissão dos trabalhadores ao mundo das fábricas. Retirar dos trabalhadores os seus meios de subsistência e obrigá-los à dependência do trabalho fabril [...], foi uma grande conquista dos empresários capitalistas do início da Revolução Industrial. A perda dos meios de organização da vida dos trabalhadores foi acompanhada pela perda de seus costumes e tradições, pela perda uma concepção de tempo vinculada aos ciclos naturais das sociedades pré-industriais. (DE DECCA, 2002, p. 63).

Nesse sentido, Thompson nos faz perceber o abismo que se criou entre o tempo produtivo do trabalho e o tempo considerado improdutivo do não-trabalho – ou tempo livre, o qual aos olhos do puritanismo era ocioso e desperdiçado.

A noção de tempo livre, portanto, “[...] sempre esteve vinculada aos significados do trabalho e do tempo de trabalho e, dessa maneira, seu sentido principal prevalece como sendo o de um **tempo de não-trabalho**”. (PADILHA, *apud* GOMES, 2004, p. 218. *Grifos no original*). Portanto, **tempo livre** pode ser entendido como um tempo social destinado para se fazer alguma atividade sem grandes compromissos, viver experiências significativas ou simplesmente não fazer nada. Este conceito é bastante controverso, pois segundo alguns autores, nenhum tempo é verdadeiramente livre, estando, pois, sujeito às coações, à lógica do capital, normas sociais ou dispositivos de controle (ADORNO, 1995; FOUCAULT, 1977; FROMM, 1963; PADILHA, 2000).

Por isso, atualmente, a categoria tempo e mais ainda o tempo livre acabam sendo um luxo que poucos conseguem deter, chegando a ser um emblema social¹⁵. Nesse sentido, a importância (e necessidade) de se conquistar um tempo torna-se essencial para a vivência de experiências no âmbito do lazer. Nesse sentido, Bramante (1998) já indicava e defendia o lazer enquanto um tempo **conquistado**.

Segundo Dumazedier (*apud* CAMARGO, 1998), o lazer é produto de uma dupla revolução: técnica (a já mencionada redução da jornada de trabalho) e ético-estética (crescente busca hedonista). Desse modo, paulatinamente, o tempo conquistado pelos trabalhadores acabou sendo muito valorizado pelos capitalistas, pois poderia passar a ser um tempo dedicado ao consumo.

Ou utilizando os termos já conhecidos neste trabalho, a demanda por rotinas menores de trabalho e remuneração justa, reivindicada pelos trabalhadores desse período, acabou gerando, proporcionalmente, a oportunidade de uma maior oferta de produtos industrializados e serviços voltados para atender as necessidades (e desejos) de consumo de vivências lúdicas.

Ainda sobre o lazer, outros autores vão além. Marcellino (1998), defendia o caráter subversivo e revolucionário do lazer como sendo privilegiado para “vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural, necessárias para solapar a estrutura social vigente”. (p. 38).

¹⁵ A este respeito ver sobre ócio conspícuo em VEBLEN, T. **A Teoria da Classe Ociosa**. São Paulo. Ed. Pioneira. 1965; OLIVEIRA, P. S. *In*: BRUHNS, H. T. (org.). **Lazer e Ciências Sociais**. São Paulo. Ed. Chronos, 2002.

Desse modo, é no tempo e espaço de lazer, o qual possui uma centelha revolucionária e socializadora, que ativistas organizados em associações de moradores e usuários de espaços como os parques podem desenvolver, em seus campos de luta, o que Marcellino (1998) chama de “duplo processo educativo”, ou seja, a educação para e pelo lazer.

Nessa perspectiva, pode ser **para** o lazer porque quando a dimensão lúdica dos sujeitos emerge, ou melhor, quando se vive de maneira intensa uma experiência de lazer, pode-se gerar novas sensibilidades, fazendo com que os sujeitos tenham mais opções e/ou possibilidades de escolha. Ainda para este mesmo autor, pode ser também **pelo** lazer, pois este pode vir a ser utilizado como um caminho para os ativistas sociais desenvolverem com a comunidade do entorno novas reflexões, posturas e atitudes, sobre a importância – ao mesmo nível do trabalho, saúde, educação, segurança, etc. – de entender o lazer como um direito. Tal desenvolvimento ocorrendo em diversos níveis (pessoal, social, cultural, político e até econômico).

Vale destacar ainda que o fenômeno do lazer está diretamente relacionado com a questão, muitas vezes determinante, da acessibilidade¹⁶ aos bens culturais. Nesse sentido, a influência dos veículos de comunicação em massa (os *Mass Media*), da iniciativa privada e um sem número de fatores sócio-político-econômicos devem ser considerados.

Para Bramante (1998), essa questão engloba tanto o aspecto temporal quanto espacial. No aspecto temporal, podemos citar como exemplo as atividades ofertadas em alguns parques de Curitiba, as quais funcionam apenas em horário comercial e, portanto, sem considerar o trabalhador ordinário. E no

¹⁶ Acessibilidade aqui entendida em seus diversos sentidos, a saber: **arquitetônica** (barreiras ambientais físicas, nas escolas, empresas, residências, edifícios públicos, etc.), **metodológica** (barreiras de métodos e nas técnicas de estudo, de trabalho, de ação comunitária, da educação dos filhos, etc.), **instrumental** (barreiras nos instrumentos e utensílios de estudo, de trabalho, de atividade da vida diária, de lazer, esporte e recreação, etc.), **programática** (barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas, em regulamentos, e em normas de um modo geral.) e **digital** (este tipo de acessibilidade envolve três noções: “utilizadores” – nenhum obstáculo é imposto ao indivíduo face às suas capacidades sensoriais e funcionais, “situação” – o sistema deve ser acessível e utilizável em diversas situações, independentemente do software, comunicações ou equipamentos e “ambiente” – o acesso não deve ser condicionado pelo ambiente físico envolvente, exterior ou interior.), entre outros (conforme MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004).

aspecto espacial, onde claramente podemos observar as inúmeras limitações impostas por barreiras.

As quais, por sua vez, podem ser, tanto visíveis (como as guias sem rebaixamento ou banheiros inadequados, p.ex.) quanto “invisíveis”, onde determinados espaços são carregados de signos próprios e códigos já pré-definidos. Nesse sentido, os frequentadores de alguns ambientes, consciente ou inconscientemente, seguem um perfil que vai se constituindo cotidianamente, onde qualquer pessoa que não se encaixe nesse perfil (modo de falar, determinadas roupas, acessórios, etc.) não consegue adentrar, efetivamente, nesse espaço e dessa forma acaba sendo, por razões óbvias, excluída.

Um exemplo em Curitiba está no Jardim Botânico, um parque localizado bem próximo de uma grande favela, a da Vila Torres. Se dermos uma volta neste espaço, naturalmente surgirão alguns questionamentos. Por que os moradores (ou, pelo menos a grande maioria) não se apropriam desse espaço? Entre outras questões, talvez por causas destas barreiras, exaurindo a possibilidade destes sujeitos participarem da gestão coletiva do espaço¹⁷.

A espacialidade das relações

O espaço é lugar do encontro e o produto do próprio encontro. A cidade ganha teatralidade e não existe dissociada da sociedade que lhe dá conteúdo e lhe determina a natureza.

Ana Fani Alessandri Carlos

Historicamente, a humanidade se relacionou com o espaço de diversas maneiras. Podemos tomar alguns exemplos:

Conquista, ilustrada pelo momento de expansionismo dos reinados europeus, dados a partir da declaração de “descobrimento” e posse de certos territórios (os quais quase nunca aconteciam sem derramamento de sangue);

¹⁷ Para um aprofundamento desta questão, ver: REIS, Rodrigo Siqueira. **Determinantes ambientais para a realização de atividades físicas nos parques urbanos de Curitiba:** uma abordagem sócio-ecológica da percepção dos usuários. Santa Catarina, [s.n.], 2001. Dissertação de Mestrado.

Exploração, no sentido da extração de riquezas naturais em geral (por vezes atrelada à primeira relação), bem como no sentido da especulação imobiliária; **Harmonia**, muito bem exemplificada pela relação simbiótica entre o homem indígena e o ambiente que o cerca; **Estética**, haja vista a peculiaridade de cada casa; **Luta**, gerada, conforme já destacado anteriormente, à partir dos ativismos sociais, onde podemos citar como exemplo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra¹⁸; **Descoberta**, no sentido de desvendar novos lugares, ainda desconhecidos como o fundo do mar, p.ex.; E, atualmente, através da **Raridade**, onde o espaço, no caso das densas metrópoles, é bastante disputado e cada metro quadrado é apropriado de um sem número de formas, entre outros.

Nos debates e reflexões da Academia, ao menos no que tange à vertente sociológica, a categoria espaço vem deixando o papel de coadjuvante para ser um importante instrumento analítico e ferramenta interpretativa. Mas nem sempre foi assim. Para retratar o caminho percorrido pela categoria em questão, corroboramos com Luchiari (1996), a qual se reporta desde ao Iluminismo (onde a metáfora do “tempo” sempre ocupou grande foco de interesse), em uma sociedade que buscava o progresso, à luz da razão e da libertação dos ranços da superstição, do mistério e da intuição.

É com este espírito que, no século XIX, o ‘progresso’ passou a ser o carro-chefe do capitalismo em ascensão, e as sociedades tradicionais/ primitivas foram vistas como retardatárias em uma escala de evolução onde a sociedade industrial européia se encontrava no estágio mais avançado. (*idem*, p. 194).

Em nome do desenvolvimento houve tentativas de colonização, cristianização, cientifização e civilização, ou em outras palavras, homogeneização quanto às diferenças culturais entre os povos. Estes, portanto, deveriam se curvar ao racionalismo, à “[...] razão que tudo ordena, da unidade que tudo controla – uniformidade lógica”. (HORKHEIMER & ADORNO, *apud* LUCHIARI, 1996, p. 194).

Já no século XX, a chamada “crise do progresso” desencantou a humanidade com acontecimentos como a Primeira e Segunda Grandes Guerras, o *crack* econômico da década de 30, o Nazismo, o Fascismo, entre outros. A

¹⁸ Acreditamos que, pela sua relevância sócio-histórica, este Movimento dispensa maiores explicações.

partir da metade do século, o crescimento econômico passou a ser a panacéia da maioria dos povos. Embora, para isso, tivessem que deixar de lado a preocupação com os impactos ao meio ambiente e o alastramento das seqüelas sociais.

Conforme já apontado *a priori*, a modernidade sempre deu preferência, ou melhor, suas idéias sempre estiveram associadas à temporalidade. O espaço fora relegado a segundo plano pelo historicismo e se restringira a mero cenário dos acontecimentos do ser social, ou seja, não passava de palco para as relações sociais.

Alguns autores anteciparam a importância da análise espacial para a compreensão da sociedade contemporânea. Michel Foucault foi um destes pensadores – chamados de estruturalistas – que perceberam, em meados da década de 70, o espaço/lugar mais do que a materialidade de um cenário neutro, inerte. Ele “mostrou a espacialidade criada e vivida, concreta e abstratamente pelas práticas sociais”. (LUCHIARI, 1996, p. 197). Denunciou o controle social através das estruturas disciplinares – família, igreja, escola, prisões – e apontou a importância do espaço nas relações e no exercício do poder¹⁹.

Outro personagem que pode ser destacado é Friedrich Ratzel. Este, com seu determinismo ambiental – onde todo meio físico exerce coerção sobre os seres, pois estes são obrigados, em certa medida, a se adaptarem a ele – e sua teoria do espaço vital, concebeu o que foi chamado de Geopolítica (esta muito criticada, pois influenciou a Alemanha nazista), conceituando o Estado como um organismo, na sua relação intrínseca com ambiente.

“Semelhante à luta pela vida, cuja finalidade básica é obter espaço, as lutas dos povos são quase sempre lutas pelo mesmo objeto [...], a recompensa sempre foi – ou tem pretendido ser – um proveito territorial”. (MORAES & FERNANDES, *apud* LUCHIARI, 1996, p. 199). A partir disso, o “espaço” passou a configurar-se como um paradigma na Geografia Alemã.

Para se opor ao determinismo de Ratzel, nasce na França a “escola possibilista”, liderada por Paul Vidal de La Blache. Baseado no viés funcionalista, este pensou o homem como um ser ativo que, embora sofra

¹⁹ A este respeito ver: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1977.

influência do meio, tem a capacidade de atuar sobre este, inclusive transformando-o e dominando-o. Portanto, na perspectiva Vidalina, a natureza passou a ser interpretada como possibilidades para a ação humana.

La Blache estudou, entre outras coisas, as populações rurais, as quais dominavam a natureza através de três elementos principais: as Técnicas, a Tradição e os Processos Criativos, possibilitando uma relação de equilíbrio entre natureza e sociedade. Desenvolveu o método empírico-indutivo e o conceito de Região – objeto de pesquisa dotado de individualidade física e sócio-cultural – norteando os caminhos da Geografia.

Para os sociólogos, contudo, a influência do ambiente sobre as relações sociais ainda era desconsiderada. Émile Durkheim, por exemplo, reconheceu uma relação entre os sujeitos e as estruturas, porém – pelo menos em suas obras iniciais – demonstrou dúvidas quanto a importância das representações sociais contidas no espaço. Contudo, numa outra leitura de Durkheim podemos pensar no fato social como “toda maneira de agir, fixa ou não, susceptível de exercer sobre o indivíduo uma coerção externa”. (DURKHEIM, *apud* LUCHIARI, 1996, p. 206). A partir disso, pode-se pensar que o espaço no qual a sociedade se envolve é coisa exterior ao indivíduo e exerce influência coercitiva sobre o mesmo e a sociedade.

O campo da História também deu sua contribuição. Lucien Febvre e Marc Bloch (discípulos de La Blache) interessaram-se pela geografia histórica, mas segundo Luchiari (1996), foi através de Baudrel que a geografia histórica ficou consagrada. Esta atitude – escrever a história do homem com relação ao seu meio físico – ressalta a importância espacial na história, fazendo do tempo geográfico uma nova forma de se interpretar a história.

A busca constante por respostas para o paradigma espacial conduziu algumas Ciências, como a Geografia, a outros “tempos”. Tempos do desenvolvimento tecnológico e metodológico e dos processos de automação. Surgiram conceitos como os de Rede de Fluxos; Espaço Funcional, associado ao Planejamento Regional; Rede de Centros; Nodalidade, caracterizando uma “Revolução Quantitativa”. Mas o caráter tecnicista dessa nova Geografia desprezou a análise dos processos e do espaço como *lócus* de contradições, transformação e/ou reprodução das relações sociais.

Somente a partir da década de 70 a perspectiva espacial foi trazida à tona pelas teorias marxistas, as quais se aproximariam mais das análises espaciais. Tal perspectiva possibilitou uma análise equilibrada da interpretação entre o tempo e o espaço na Teoria Social. Assim,

[...] uma nova teorização do tempo-espaço é reivindicada para a teoria social crítica. O espaço e o tempo deixam de ser considerados como mera representação ideológica das sociedades e passam a ser assimilados como a materialidade latente, o substrato da vida social que também é passível de uma leitura para investigar o comportamento e a estratificação sociais. (LUCHIARI, 1996, p. 218).

Entra em cena então, evitando uma impressão de causa-efeito, a nova Geografia Marxista, através do aprofundamento da discussão acerca do “espaço social”, produzido como um instrumento de poder do Estado e da sociedade. Foi o sociólogo francês Henry Lefebvre quem encabeçou esta discussão e renovou a categoria espaço enquanto análise dialética, pondo o mesmo como detentor de um papel decisivo na estrutura da moderna sociedade capitalista.

Outro autor importante nesse processo foi David Harvey. Este adota a perspectiva materialista na análise das concepções de tempo e espaço e defende que estas devem ser interpretadas à luz da ação social e que, de um lado é disciplinadora, mas que de outro, gera movimentos criativos e clandestinos que também são espacializados. Harvey propõe uma tríade a qual vem moldando a história do capitalismo: o domínio do espaço, o controle do tempo e a posse do capital.

O espaço não é um pano de fundo impassível e neutro. Assim, este não é apenas um reflexo da sociedade nem um fato social apenas, mas um condicionante condicionado, tal como as demais estruturas sociais. O espaço é uma estrutura social dotada de um dinamismo próprio e revestida de uma certa autonomia, na medida em que sua evolução se faz segundo leis que lhe são próprias. Existe uma dialética entre forma e conteúdo, que é responsável pela própria evolução do espaço. (SANTOS, *apud* LUCHIARI, 1996, p. 217).

Assim sendo, atualmente, não há mais como falar da sociedade e sua complexa teia de relações – nem buscar compreender a relação oferta e demanda entre administração pública e usuários dos parques que contam com

ativistas sociais – sem considerar a espacialidade aí inscrita e suas marcas. Pelo contrário,

O espaço parece, pois, transformar-se no modo privilegiado de pensar e agir o fim do século. Assim sendo, é de pensar que as representações sociais do espaço adquiram cada vez mais importância e centralidade analíticas. Os nossos próprios tempos e temporalidades serão progressivamente mais espaciais. É comum identificar em nossas trajetórias pessoais e sucessão do tempo da família, da escola, do trabalho. Foi em atenção a essa sucessão que se constituíram muitos dos ramos da sociologia e de outras ciências sociais [...]. Começamos a ver que cada um desses tempos é simultaneamente a convocação de um espaço específico que confere materialidade própria às relações sociais que nele tem lugar. A sucessão dos tempos é também uma sucessão de espaços que percorremos e nos percorrem, deixando em nós as marcas que deixamos neles. (SANTOS, 1991, p. 63-64).

Concordamos com Rechia (2003), quando esta afirma que, não apenas em Curitiba, mas em nível de meio urbano, o que chama atenção nesse sentido é a estreita vinculação entre as práticas corporais de caráter lúdico e os espaços. “Essas experiências podem estar sustentadas em valores que contemplam de maneira especial a relação sujeito-ludicidade, gerando um estilo de práticas singulares no ambiente urbano”. (p. 09).

Tais práticas diferenciadas são as responsáveis pela **produção** do espaço, pois como aponta Lefebvre (1969), as relações sociais se materializam, portanto, possuem existência real como existência espacial concreta, na medida em que produzem, efetivamente, um espaço, dotando-o de valor. Em outras palavras, é a transformação do **espaço** em **lugar**.

Conforme Rechia (2006), recentemente, o conceito de lugar é resgatado, principalmente pela geografia, como fundamental, passando a ser analisado de forma mais abrangente porque se entende que lugar constitui a dimensão da existência que se manifesta por meio de um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas e instituições.

Este conceito, amplamente discutido por autores como Tuan (1975), Relph (1979) e Santos (1997a), se refere, de acordo com este último, a uma análise do “mundo vivido” e vem assumindo dimensões diversas. Segundo Rechia (2003), o lugar pode ser entendido à partir do sentimento de **topofilia**, cunhado por Tuan (1975), no qual se destaca a afinidade emotiva de outrem

com determinado espaço²⁰. Este também pode ser apreendido através do conceito de “geograficidade”, que “encerra todas as respostas e experiências que temos de ambientes nos quais vivemos, antes de analisarmos e atribuírmos conceitos a essas experiências”. (RELPH, *apud* RECHIA, 2003, p. 131).

Tuan (1983), ao categorizar dialeticamente acerca de espaço e lugar, aponta suas similaridades:

Espaço é um símbolo comum de liberdade no mundo ocidental. O espaço permanece aberto, sugere futuro e convida à ação. O espaço fechado e humanizado é lugar. Os seres humanos necessitam de espaço e lugar, pois as suas vidas são um movimento dialético entre refúgio e aventura, dependência e liberdade. O lugar representa a segurança, enquanto o espaço representa a liberdade. (p. 03).

A partir disso, tem-se observado, atualmente, uma inversão de valores na prática sócio-espacial, especialmente no que tange à relação com o espaço. Este – assim como muitos elementos, produtos e manifestações da vida humana moderna – acabou tornando-se mercadorizado, isto é, como consequência do capitalismo, o espaço acaba adquirindo novo sentido. Em muitos casos, deixa de ser criado e vivido em sua essência pelos sujeitos e passa a ser reproduzido e dominado pelo pensamento tecnocrático, sendo assim meramente consumido por coadjuvantes. É a vitória do valor de troca sobre o valor de uso. Para Carlos (2001),

[...] a predominância do valor de troca como extensão do mundo da mercadoria se revela como produto de lutas que surgem a partir de relações sociais contraditórias [...], em que as batalhas se resolvem pelo jogo político das forças sociais [...], assentadas em relações de dominação-subordinação/uso-apropriação, que produzem conflitos inevitáveis que tendem a **questionar o entendimento da cidade exclusivamente, como valor de troca**. (p. 39. *Grifos no original*).

²⁰ Do grego *topos*=espaço e *filia*=amor, este conceito é aqui entendido como sendo "o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico", onde a memória cultural e a inteligência emocional se fundem na construção do imaginário (TUAN, 1975, p.106). Segundo o autor, a palavra 'topofilia' é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão.

Mas ainda assim os sujeitos resistem, pois é

[...] nas brechas e nos vazios que se encontram os lugares do possível, isto é, anuncia-se a possibilidade de outra apropriação do tempo que não aquela do tempo abstrato, quantificado, produtivo. O vivido se reafirma contra as regras impostas pela produção do espaço econômico ou político. O homem aparece criando sentido e valor, por que a cidade não é simples condição objetiva; é também objeto virtual. Passado, presente e possível se entrelaçam. (*idem*, 2001, p. 59).

Nesse sentido é nos interstícios, no tempo e no espaço de lazer que pode haver a organização de um movimento social – como as associações de usuários e amigos dos parques – de contraposição à sociedade de consumo, ou seja, significa que no espaço dos tecnocratas algo pode se contrapor ao modelo de criação de um espaço normatizado, voltado exclusivamente para a realização do lucro. Dessa forma, é no uso que se cria a identidade, que as pessoas organizadas em ativismos sociais podem se descobrir como sujeitos de sua própria história e, como co-participantes do processo, podem transcender a predominância do valor de troca.

O homem é uma figura que transgride, que cria constantemente novas possibilidades de encontro, de reunião, que não desaparece integralmente na metrópole tragada pelas renovações urbanas, uma vez que a realidade urbana se densifica, persiste, e os habitantes constroem, sem cessar, lugares para resistir, onde os usos tendem a escapar das exigências da troca. (*idem*, p. 62).

Foi importante até aqui discutirmos a questão do planejamento de Curitiba, esclarecer os conceitos relativos ao planejamento e gestão, a constituição e perfil geral dos parques, sua relação com o lazer e o espaço. Faz-se nesse momento pertinente voltarmos o olhar para o campo empírico, no sentido de investigar até que ponto a teoria consegue se materializar na prática, com seu devido rigor metodológico.

SEGUNDA PARTE

CAMINHO METODOLÓGICO

Cabe, neste momento, a tarefa de apresentar o **COMO**, ou seja, relacionar quais ferramentas, métodos e caminhos foram utilizados para dar conta dos objetivos e, com isto, da pesquisa. Esta possui um cunho qualitativo e adotou-se como processo metodológico a etnografia. Segundo Rechia (2006), praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, quando necessário, analisar documentos, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário de campo, e assim por diante. Portanto, trabalhamos com diferentes fontes auxiliares triangulando dados buscando garantir a qualidade dos resultados dessa pesquisa. Procuramos também basear-nos na análise cultural proposta por Geertz (1989), onde a partir de uma antropologia interpretativa, tem-se o método da **descrição densa** do cotidiano como ponto de partida. Segundo Marques²¹, Clifford Geertz aponta que o homem é um animal suspenso em teias de significados que ele mesmo tece ao longo de sua existência social e histórica. São essas teias que definem a cultura e sua análise não deve se constituir numa ciência experimental em busca de leis, mas numa ciência interpretativa em busca de significados para os sujeitos da ação.

Essa descrição do cotidiano possibilita que o pesquisador se depare com o inesperado, pois uma das principais características da pesquisa interpretativa é que não se deve prever resultados. Caso contrário estaríamos sendo incoerentes com a nossa opção metodológica. Nesse sentido, a metodologia indica que o pesquisador deve ir a campo o mais aberto possível para diferentes possibilidades, buscando o que se revela importante, tanto para a realidade quanto para os sujeitos estudados. É justamente esse fato – a busca do que é significativo para a realidade/sujeitos estudados, e não o que é importante para o pesquisador ou para as teorias que orientam o trabalho – que faz da pesquisa

²¹ Disponível em <http://ubista.ubi.pt/~comum/marques-ester-abordagem-etnometodo.html>. Acessado em agosto de 2006.

interpretativa um espaço de riqueza inigualável para a área de ciências humanas e sociais.

A partir disso, a pesquisa pôde ser dividida em duas fases: A primeira sendo a **revisão** de literatura e o **mapeamento** e **observação** dos parques da cidade de Curitiba, os quais contam com associação de moradores e a segunda fase composta pelas **entrevistas** com os presidentes das referidas associações de moradores do entorno e amigos dos parques e os administradores das Regionais responsáveis por tais espaços; na seqüência a **transcrição** das entrevistas e definição das categorias de análise, **correlação** e **análise** dos dados e **discussão** dos resultados. Para conseguir ter elementos comparativos e bases para analisar e discutir as entrevistas com os sujeitos envolvidos, foram elencadas algumas categorias, as quais surgiram à partir da convergência dos dados obtidos, a saber: origem das associações; departamentos; conquistas; estratégias; demandas; gestão do espaço e dificuldades.

A cidade de Curitiba parece ser, como já discutido, possivelmente a que conta com a maior gama de parques do país. Diante desse fato, num primeiro momento pareceu extensa a tarefa de identificar todos os espaços que interessavam. Todavia, após contato realizado com a Prefeitura – através do Departamento de Parques e Praças e das Administrações Regionais – descobrimos que apenas 3 parques contavam com um grupo de ativistas organizados na forma de AMA's (associação de moradores e amigos voltados às questões do parque), os quais, portanto, comporiam a “amostra”.

Os participantes da pesquisa escolhidos para fornecer os dados necessários à alcançar os objetivos da pesquisa teriam que estar de ambos os lados do binômio. Nesse sentido, o lado da oferta foi composto pelos Administradores Regionais onde se localizavam as amostras, a saber: o administrador da Regional Matriz e a administradora da Regional Boa Vista. Já o lado da demanda foi composto pelos presidentes das associações desses 3 parques, ou seja, do Parque São Lourenço, Parque General Iberê de Matos (o Parque Bacacheri) e o Parque Barigüí.

Para o mapeamento e observação dos usos e formas de apropriação dos espaços definidos, foi utilizado um protocolo²² – com referência ao espaço físico dos parques que contam com associação de usuários – o qual orientou a análise quanto à constituição dos espaços, seus objetivos iniciais, sua acessibilidade, condições do local, sua estrutura e seus equipamentos, as formas de apropriação, além da análise descritiva (em anexo).

A observação das vivências e formas de apropriação dos usuários/sócios foi devidamente registrada em diário de campo, de maneira estruturada, onde “[...] o observador tem sua atenção centrada em aspectos da situação que estão explicitamente definidos e para os quais são previstos modos de registros simples, rápidos, que não apelam para a memória e que reduzem os riscos de equívoco”. (LAVILLE & DIONNE, 1999, p. 178). Na ocasião tivemos a oportunidade de observar, no Parque São Lourenço, uma tarde dos 3 dias da Festa anual realizada pela associação, por a entendermos como um importante momento de organização coletiva, a qual trouxe muitos exemplos de como a comunidade se organiza e articula seus interesses.

Com relação às entrevistas²³, buscou-se dar voz aos sujeitos de ambos os lados dessa delicada relação entre gestores e usuários. Conforme já supracitado, foram realizadas com os presidentes das associações e representantes regionais da gestão pública e se deram de maneira semi-estruturada, onde há uma “[...] série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento”. (*idem*, p. 188). As perguntas se estruturaram a partir do referencial teórico e das pesquisas empíricas já desenvolvidas pelo grupo de estudo CEPELS/UFPR.

As mesmas aconteceram na seguinte ordem: No dia 25 de setembro de 2006, às 15h30, na sala da administração regional do Boa Vista, aconteceu a entrevista com a Secretária regional, a qual contou com a participação da Chefe regional da SME (Secretaria Municipal de Esporte e Lazer). No dia seguinte, 26 de setembro, às 17 horas, na sede da associação (e casa do presidente), se

²² Instrumento metodológico desenvolvido pelo CEPELS/UFPR (Centro de Estudos e Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade), a partir do projeto “Rede CEDES” (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer).

²³ As perguntas relativas às entrevistas encontram-se em apêndice.

realizou a segunda entrevista, com o Presidente da Associação dos Moradores e Amigos do São Lourenço. A terceira entrevista aconteceu no dia 30 de outubro, no período da tarde, na casa do Presidente da Associação de Moradores do Conjunto Solar, a ASSOLAR, ligada ao Parque Bacacheri. A entrevista seguinte aconteceu no dia 06 de janeiro de 2007 e, assim como as entrevistas anteriores, aconteceu no período da tarde e na casa do Presidente da Associação de Moradores e Amigos (AMA) do Parque Barigüí. Para finalizar, no dia 1º de fevereiro deste ano, às 16 horas, na Regional Matriz, aconteceu a entrevista com o Administrador desta regional. E para registro das entrevistas foi utilizado – com prévia autorização – um equipamento digital para gravação do áudio.

Vale destacar que neste tipo de pesquisa não se visa generalizações, mas sim descrições ricas e detalhadas da realidade. Desta forma, não se trabalha com um grande número de sujeitos, mas sim com participantes que possam oferecer informações para dar conta da problemática inicial, com o maior grau de profundidade e confiabilidade possível. Gostaríamos de ressaltar, no entanto, que em pesquisas que envolvem análise cultural, embora se estabeleça um número inicial de sujeitos, na medida em que o trabalho é desenvolvido, novos participantes podem — e às vezes devem — ser incluídos no estudo para que se consiga responder, com propriedade, o problema de pesquisa.

A seguir, apresentaremos a análise dos parques que compuseram o bojo da pesquisa e, por conseguinte, os resultados das entrevistas realizadas e a discussão com o referencial teórico.

OBSERVAÇÃO DOS PARQUES

Figura 4: Parque São Lourenço



Segundo dados da Prefeitura, a origem do parque remonta à grande inundação de 1970 na região, com o estouro da represa do São Lourenço, então pertencente à fábrica Adubos Boutin. O projeto buscou atender à regulação das águas do Rio Belém e aproveitamento da área ao redor, com reciclagem de uso de uma antiga fábrica de cola.

O parque, que fica situado perto do final da Rua Mateus Leme, no bairro que dá nome ao parque, foi, portanto, inicialmente planejado para conter as enchentes e, posteriormente, ofertar à população um espaço para vivências no âmbito do lazer, esporte, cultura e arte.

Este espaço público fica disponível à população diariamente (inclusive finais de semana e feriados) durante 24 horas. Contudo, o parque fecha às 22 horas e só pode ser utilizado como passagem pelos moradores do entorno.

Por ser um parque linear e plano, sua acessibilidade se dá, de acordo com os parâmetros legais, de maneira satisfatória. Tal característica foi reforçada pela construção, este ano, de um banheiro para Portadores de Necessidades Especiais (no caso, cadeirantes).

Figura 5: Banheiro adaptado do Parque São Lourenço²⁴



Fonte: FRANÇA, Rodrigo de. Curitiba, 2007.

²⁴ Todas as fotos foram tiradas pelo pesquisador.

Além do lago, resultado da contenção do rio Belém e uma original roda d'água, o parque abriga a Casa Erbo Stenzel. Segundo dados da Prefeitura, em junho de 1998, este espaço, amparado por incentivo cultural, foi remontado e restaurado – transferido do seu terreno original na Travessa General Francisco Lima e Silva, no Alto São Francisco – para, além de abrigar exposições, funcionar como uma casa da cultura, acolhendo o acervo e documentação do escultor, gravador, impressor, desenhista e professor paranaense que dá nome ao local.

A antiga fábrica, cuja chaminé de tijolos à vista pode ser avistada de longe, e seu maquinário, hoje transformado em esculturas, cederam lugar para criação do, já anteriormente citado, Centro de Criatividade, um atelier de artes e ofícios, auditório, espaço de exposições e biblioteca. Sua instalação e adaptação ocuparam cinco pavilhões da antiga fábrica que foram reciclados e adaptados para abrigar o Centro.

Ainda sobre os equipamentos, o parque São Lourenço conta com 1 estacionamento para carros e 1 bicicletário; 1 posto da Guarda Municipal; 2 aparelhos de telefone público (do tipo orelhão); 17 bancos do tipo praça e 1 que forma uma meia-lua em torno do parquinho; e 28 lixeiras (1 para coleta seletiva de resíduos). A maioria dos equipamentos encontra-se em boas condições de uso, limpeza e manutenção.

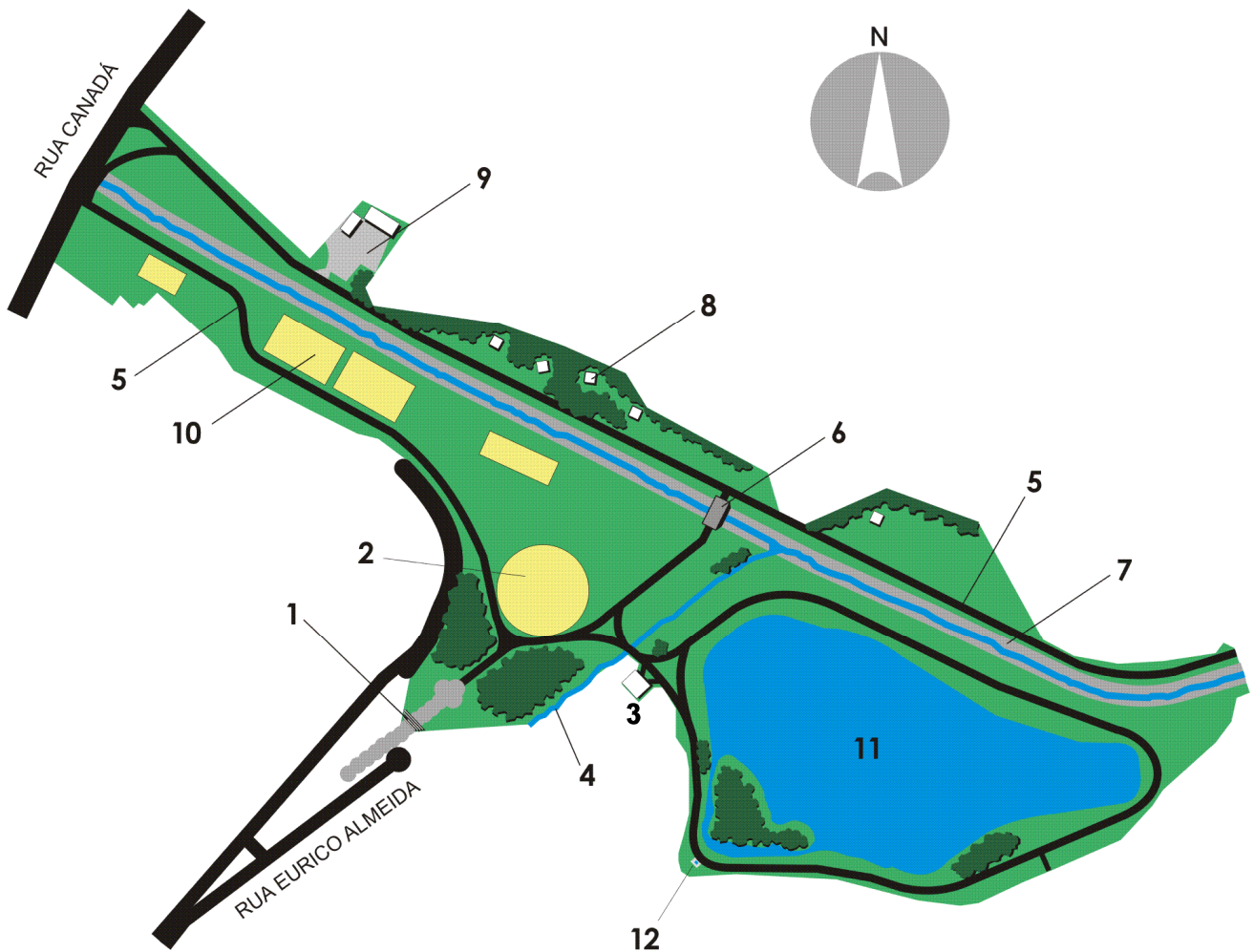
Uma informal conversa com o guarda municipal de serviço revelou que não foi autorizada pelo IAP a retirada dos resíduos do desassoreamento do lago para fora do parque e que o banheiro adaptado para cadeirantes não tem demanda de uso.

No âmbito do esporte e lazer, o parque conta com pista compartilhada de cimento para atividades de caminhada, cooper, passeio de bicicleta, etc.; pista, também de cimento, para a prática da descida de rolimã; possui também equipamentos (barras) para ginástica e alongamento; 2 canchas de areia para a prática de vôlei e 1 cancha para futebol; parque infantil com superfície de areia e diversos equipamentos como: 1 trepa-trepa, 4 balanças, 3 gangorras, 1 brinquedo diferenciado (anéis de ferro coloridos e interligados, com escorregador e barras), 1 labirinto de cimento; e 12 churrasqueiras (5 com cobertura e 7 abertas) com ganchos para rede.

Com relação aos usos e formas de apropriação (de determinado dia da observação) dos espaços e equipamentos de esporte e lazer, haviam pessoas: correndo, caminhando, pedalando, patinando, passeando com a família e outras com o cachorro, além dos tradicionais vendedores ambulantes;

Figura 6: Parque Bacacheri

(General Iberê de Matos)



Fonte: IPPUC. Disponível em www.ippucnet.ippuc.org.br

Área: 152.000 m²

Fauna: frango-d'água, marreca-pé-vermelho, jaçanãs, saracuras, garças, socós.

Flora: pinheiro do Paraná, canelas, aroeiras, açoita-cavalos, constitui-se de eucaliptos, pinus, ipês amarelos, acácia-mimosa, nêspira, uva-japão, corticeiras.

Horários de funcionamento:
De segunda-feira à domingo, ininterrupto.

- 1 – Portal;
- 2 – Playground;
- 3 – Lanchonete;
- 4 – Córrego;
- 5 – Pista de Caminhada;
- 6 – Ponte;
- 7 – Canal do Rio Bacacheri;
- 8 – Churrasqueira;
- 9 – Sede de manutenção;
- 10 – Canchas Esportivas;
- 11 – Lago;
- 12 – Bica d'Água;

O espaço onde hoje é o parque sempre teve relação com o lazer. De acordo com dados da Prefeitura, até a década de 70, o parque era conhecido como “Tanque do Bacacheri”. O local funcionava como um balneário, onde o proprietário, Sr. Manoel Fontoura Falavinha, alugava barcos a remo para passeios pelo lago. Porém, o assoreamento do tanque levou ao esgotamento do lago e sua desativação. “A área foi, posteriormente declarada de utilidade pública e, em 1988, na gestão do prefeito Roberto Requião, foi inaugurado o Parque Bacacheri, beneficiando os moradores da região com uma área de lazer próxima”. (PREFEITURA DE CURITIBA, 2006, p. 14).

Como ocorre com o Parque São Lourenço, o do Bacacheri se encontra, durante todo o tempo, disponível (entretanto, após as 22h como passagem). O parque é, sob a ótica da localização, de fácil acesso, existindo várias vias e ônibus disponíveis. Do ponto de vista arquitetônico, o parque garante acesso pelo fato de ser plano e linear. Entretanto, por não possuir um banheiro adaptado para usuários portadores de necessidades especiais, acaba sendo classificado como não acessível.

Atualmente o parque conta com os seguintes equipamentos: 1 estacionamento para carros e 1 bicicletário interno; 1 lanchonete com o único banheiro e 1 telefone público; 24 lixeiras e 36 bancos (sendo 25 do tipo praça e 11 do tipo tronco); além de uma fonte de água. Voltados ao âmbito do esporte e lazer tem-se 1 pista de cimento para caminhada, corrida, etc.; equipamentos para ginástica e alongamento como no São Lourenço; 1 parque infantil de madeira (com 1 escorregador, 4 balanças, 3 gangorras e 2 brinquedos diferenciados); 3 canchas para vôlei de areia e 2 para futebol (com refletores); 5 churrasqueiras – todas com ganchos para instalação de redes.

Figura 7: Fonte de água do Parque Bacacheri



Fonte: FRANÇA, Rodrigo de. Curitiba, 2007.

Algumas críticas se referem ao fato de existir apenas um tipo árvore (padronização) em torno do lago; o córrego que desemboca no rio Bacacheri continha resíduos de poluição; os 2 únicos guardas municipais estavam fazendo ronda lado a lado (ao invés de se separarem) e não havia torneira no bebedouro ao lado das canchas.

Figura 8: Córrego poluído



Fonte: FRANÇA, Rodrigo de. Curitiba, 2007.

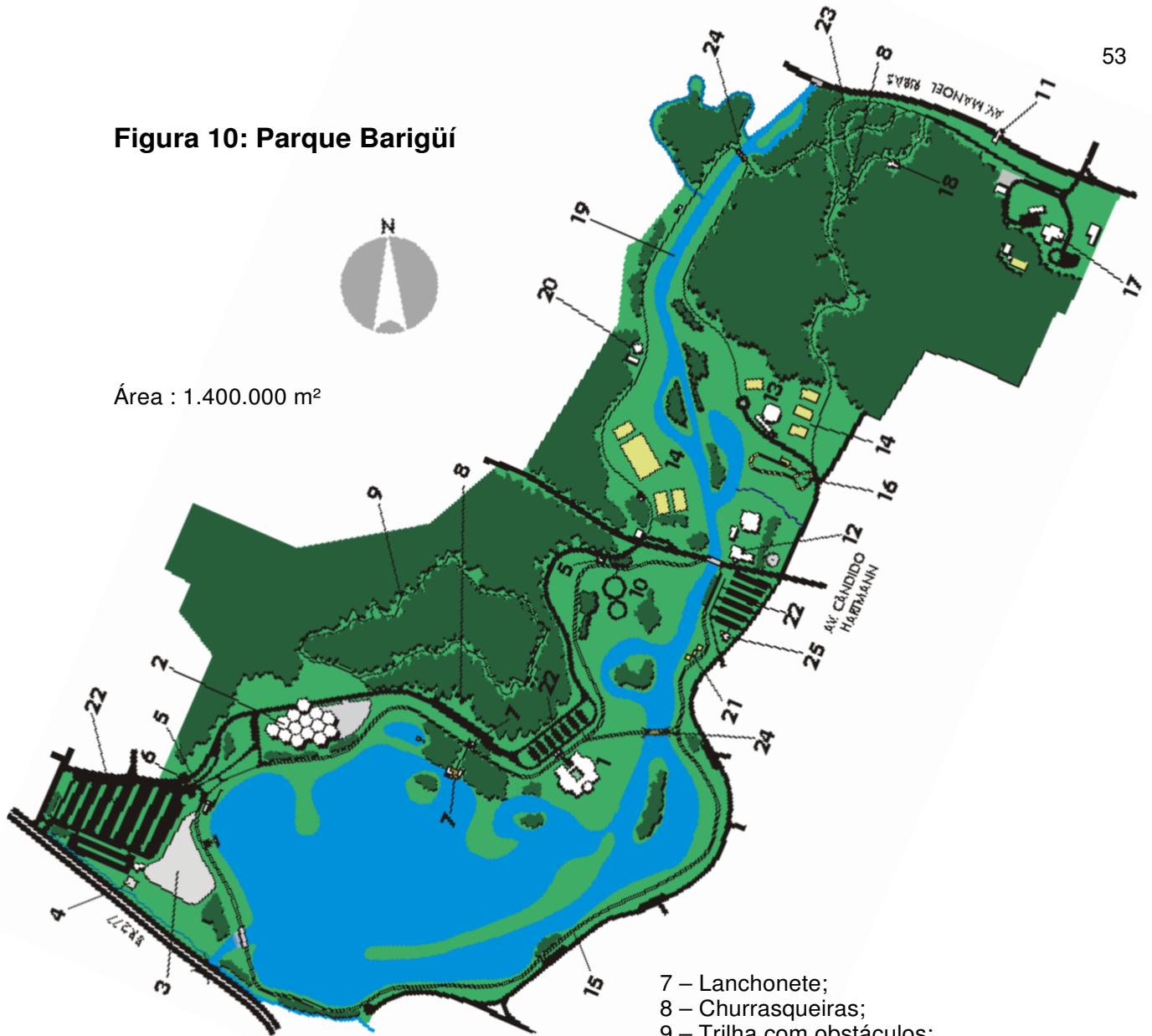
Figura 9: Acrobacias no barranco



Fonte: FRANÇA, Rodrigo de. Curitiba, 2007.

O que chamou a atenção durante a observação está relacionado aos usos e formas de apropriação do espaço. Além das usuais caminhadas, corridas, pedaladas, “peladas”, passeios com a família, pipa e piquenique, pudemos presenciar jovens se reapropriando do espaço e realizando acrobacias no barranco da lateral do parque (um espaço não “planejado” para isso) e 1 mulher descalça na grama! Não investigamos os motivos deste último, mas tal fato, aparentemente normal e inocente, pode se revelar como uma tentativa de reaproximação do sujeito “urbano” com a natureza.

Figura 10: Parque Barigüí



Área : 1.400.000 m²

Fonte: IPPUC. Disponível em www.ippucnet.ippuc.org.br

Fauna : garça-branca, quero-quero, tico-tico, sabiá, biguatinga, preá, capivara, cutia, sagüi e gambá

Flora : araucária, erva-mate, pitangueira, vassourão-branco, bromélia, orquídea, mirta, guabirota e guabiroba

Horários de funcionamento:

De segunda-feira à domingo, ininterrupto.

- 1 – Salão de Atos / restaurante;
- 2 – Pavilhão de exposições;
- 3 – Parque de diversões;
- 4 – Heliponto;
- 5 – Sanitários;
- 6 – Portal;

- 7 – Lanchonete;
- 8 – Churrasqueiras;
- 9 – Trilha com obstáculos;
- 10 – Pista de patinação;
- 11 – Portal de Santa Felicidade;
- 12 – Museu do Automóvel;
- 13 – Academia de ginástica / lanchonete;
- 14 – Canchas esportivas;
- 15 – Pista de caminhada / ciclovía;
- 16 – Pista de bicicross;
- 17 – Secretaria Municipal do Meio Ambiente;
- 18 – Sede dos escoteiros;
- 19 – Rio Barigüí;
- 20 – Sede de manutenção;
- 21 – Equipamentos de ginástica;
- 22 – Estacionamento;
- 23 – Trilhas;
- 24 – Ponte;
- 25 – Bistrô;

O parque mais freqüentado de Curitiba possui nome de origem indígena e quer dizer “rio do fruto espinhoso”, em alusão às pinhas das araucárias nativas, ainda remanescentes. Segundo a Prefeitura, o lugar era uma antiga “sesmaria²⁵”, a qual pertencera a Martins Mateus Leme, sendo por decreto transformado em parque, pelo então prefeito Jaime Lerner, em 1972.

Com singular área de quase 1 milhão e meio de metros quadrados, o parque – além de refúgio para animais – oferece à população um significativo e referencial espaço para práticas e vivências mais próximas à natureza. “Seus bosques ajudam a regular a qualidade do ar enquanto que o seu imenso lago, com 230.000 m², ajuda a conter as enchentes do Rio Barigüí, que antigamente eram tão comuns em alguns trechos da parte mais baixa de Curitiba”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 2006).

Uma academia de ginástica foi implantada em uma antiga olaria existente no parque, hoje administrada pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. Também, uma casa histórica foi readequada para instalação de um Bistrô, dirigido pela Fundação de Ação Social. Já o Salão de Atos tem sua coordenação feita pelo Instituto Municipal de Administração Pública – IMAP.

No âmbito do esporte e do lazer, o Parque Barigüí oferece variados equipamentos, a saber:

Duas pistas, sendo uma para passeio, corrida e/ou caminhada e outra para ciclistas, patinadores e afins; 2 conjuntos de equipamentos de ginástica e alongamento; Parque infantil (contendo 1 gangorra, 4 balanças, 2 brinquedos diferenciados; 2 canchas com hastes laterais, para a prática do vôlei de areia, 1 cancha (também de areia) com traves para prática de futebol e 1 quadra poliesportiva; Pista de patinação e aeromodelismo; 10 churrasqueiras cobertas (com ganchos para rede); Parque de diversões (particular – R\$ 10,00 / 7 tickets); Serviço de pedalinho no lago (R\$ 5,00 por 1/2 hora); além do Pavilhão de Exposições, do Museu do Automóvel e da trilha com obstáculos pelo bosque.

²⁵ “Lote de terra inculto ou abandonado, que os reis de Portugal cediam a sesmeiros que se dispusessem a cultivá-lo. Antiga medida agrária”. (cf. HOLANDA, 1988).

Figura 11: Parque infantil do Parque Barigüí



Fonte: FRANÇA, Rodrigo de. Curitiba, 2007.

Os demais equipamentos são: 3 estacionamentos para carros, 1 para motos e 1 para bicicletas; um exclusivo heliponto; 4 bares/lanchonetes e 1 restaurante; 6 telefones do tipo orelhão; 2 bebedouros; 62 bancos diversos (4 ao redor do parquinho infantil) e 69 lixeiras (4 ao redor do parquinho infantil e algumas com coleta seletiva). Existem apenas 2 banheiros no parque (excetuando-se os dos bares/lanchonetes, restaurantes, academia, bistrô e salão de atos), para os quais é cobrada uma taxa de utilização de R\$ 0,40 (sem contar o fato de que fecham no horário de almoço).

Em se tratando dos usos e formas de apropriação, observamos na ocasião pessoas correndo, caminhando, pedalando, fazendo churrasco, patinando, sentadas conversando, fazendo piquenique, tomando chimarrão, praticando aerodelismo, passeando com filhos e filhotes, brincando com bola, carrinho de controle remoto e jogando peteca. Uma curiosidade sobre a prática de corrida refere-se ao fato de que existe, paralela à pista de cimento voltada para o mesmo fim, uma trilha sobre a grama, marcada por aqueles que decidiram evitar ficar desviando das pessoas.

Figura 12: Pista paralela dos corredores



Fonte: FRANÇA, Rodrigo de. Curitiba, 2007.

As considerações acerca deste espaço se apresentam no sentido de que este foi o único onde estava, na ocasião da observação, sendo realizada uma limpeza, com alguns agentes varrendo o mesmo. Outra questão observada apenas neste último é a de que havia, junto aos equipamentos de ginástica e alongamento, um outdoor oferecendo dicas e instruções para tal. Também é curioso, ou melhor, bastante deficitário o fato do banheiro do parque “fechar” no horário do almoço.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS ENTREVISTAS

Origem: “bairrismo” ou ativismos reivindicatórios?

A partir dessa indagação, o objetivo foi perceber qual o motivo da criação ou as razões que levaram os usuários às vias do ativismo social, ou seja, a se organizarem e formarem um grupo preocupado com as questões do parque. Primeiramente pudemos perceber que não existe uma associação do parque! Ou melhor, que este não é senão mais um espaço de luta, na esfera do ativismo dentro do bairro. Existe sim uma associação de moradores do entorno que também (e em alguns casos principalmente) se debruçam sobre as questões pertinentes ao parque. Talvez a exceção mesmo esteja no Parque Barigüí, onde o presidente apontou que o parque é o foco principal.

Com relação ao Parque São Lourenço, no ano de 2000 foi feita uma pesquisa de opinião com alguns moradores dos bairros do entorno para estabelecer as demandas e dentre os motivos principais, a questão ambiental foi a que se destacou.

E nós achávamos, na época, que o pessoal ia falar de segurança, de trânsito, de outras coisas e para nossa surpresa, mais de 80% dos consultados – porque nós consultamos perto de 8 bairros além do São Lourenço, todo o entorno e mais de 80% dessas pessoas elegeram a questão ambiental como prioridade. (Presidente AMA São Lourenço).

Tal consulta popular coaduna com a afirmação de Rechia (2003), de que os moradores do entorno dos parques “buscam um certo estilo de vida, o qual contempla a relação sujeito/natureza [...], apontando para um cotidiano diferenciado no meio urbano”. (p. 110).

Na seqüência desta entrevista, surgiu o questionamento sobre as razões pelas quais alguns parques de Curitiba contam com moradores do entorno organizados e outros não. A fala do presidente da AMA São Lourenço trouxe o que pode se referir a uma hipótese:

[...], porque a nossa região é uma região que já tem asfalto, tem água, tem esgoto, então o São Lourenço se diferencia da maior parte das associações primeiro pela localização. Aquelas necessidades básicas, aqui, já estão praticamente resolvidas.

Existem pontos, mas a nossa preocupação foi voltada ao meio ambiente, pois existiam várias pessoas que tinham interesse em trabalhar aqui na região. (*idem*).

Portanto, segundo o presidente, para que uma determinada população possa lutar por espaços e equipamentos diferenciados nos parques, as questões de infra-estrutura – como saneamento, segurança, moradia saúde, entre outros – do bairro já devem estar minimamente garantidas *a priori*.

Uma vez que a maioria dos parques da cidade de Curitiba se encontra na região norte – onde parece ter sido possível segurar o avanço demográfico – e por se tratar de uma área relativamente nobre e atrativa, as questões de saneamento básico, educação, infra-estrutura, entre outras, estão bastante adiantadas. Segundo Rechia (2003),

Se compararmos a renda familiar dos habitantes das diversas regiões, podemos chegar à conclusão de que as pessoas com maior poder aquisitivo estão localizadas igualmente na região central e norte, portanto, as mais privilegiadas em número de áreas verdes. (p. 108).

Esse fator parece acabar interferindo na luta por interesses – como o lazer e o esporte, por exemplo – considerados, muitas vezes, “secundários” na escala de prioridades de grande parte da população. Dessa maneira, com as necessidades consideradas de primeira instância (dos moradores do entorno dos parques da região Norte) satisfatoriamente garantidas, questões como esporte e lazer “puderam” entrar na pauta de discussão, dando a possibilidade de lutar por melhorias nestes espaços privilegiados para vivências no âmbito do lazer.

A esse respeito, na entrevista realizada com o presidente da Associação dos Moradores do Conjunto Solar (ASSOLAR), relacionada ao Parque Bacacheri, percebemos uma visão convergente com o presidente da AMA Parque São Lourenço no que se refere aos pré-requisitos, ou melhor, às “condições” prévias para uma militância em outros aspectos do cotidiano.

Está faltando, talvez, um grupo de pessoas com um pouco mais de condições porque a gente que toca uma associação, já tem computador, telefone, carro, moto. Corro de um lado, corro do outro. Tem que ter uma estrutura porque senão você não

consegue. Eu coloco do bolso, como o outro presidente coloca do bolso. Então como a gente pode fazer? ... O Atuba: a melhor água de Curitiba está lá. Podia ser muito bem explorado. Aí você vai trabalhar com os meninos lá, se eles virem uma bicicleta, não vão brincar com a bicicleta, vão querer levar pra casa. A carência é muito grande. Então tem uma série de fatores a serem trabalhados lá que não é uma coisa tão simples assim. (Presidente da ASSOLAR).

A criação da ASSOLAR, associação ligada ao Parque Bacacheri, se deu de maneira diferente à relacionada ao Parque Barigüí. Segundo seu presidente, foi inicialmente criada, em 1993, para salvaguardar um terreno que fora doado aos moradores, mas que estava com dívidas. Desde então os mesmos perceberam que poderiam se organizar para lutar por outras coisas.

A partir daí você começa a se encontrar, começa a conversar e as idéias começam a surgir. [...] Tem um problema aqui, tem um lance aqui, tem um lance ali, daqui a pouco: 'Nós precisamos resolver isso, precisamos encaminhar isso'. Você entendeu? (*idem*).

Já no Parque Barigüí, em 1999, estavam acontecendo, segundo o presidente da associação, constantes queixas de “bagunça” dentro do parque e no entorno. À partir daí os usuários resolveram se organizar e criar uma associação para procurar soluções. O atual presidente entrou na associação em 2004 e, na época era apenas um colaborador. A diferença é que ele começou a batalhar somente pelas questões do parque, e não do entorno, tornando-se, assim, presidente.

Eu falei: 'Então tá, só que vai ser assim, assim, assado. Vou batalhar pelo parque!' [...] É que o pessoal queria um posto de saúde, queria que fizesse uma creche. Mas já tem posto de saúde ali do lado, no Campina do Siqueira, então não cabe. E creche, pô! Não tem nem criança! Nosso bairro é um bairro velho e quem vai pôr o filho na creche da Prefeitura? O dono do Unicenp²⁶? (Presidente da AMA Parque Barigüí).

²⁶ O presidente refere-se à abastada condição sócio-econômica de grande parte dos moradores e da relativa boa infra-estrutura do bairro Barigüí. Nesse sentido, ilustra com certo tom de ironia de que é pouco comum um empresário, dono de uma instituição de ensino superior como o Unicenp confiar a educação de seus filhos a um CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil).

Pode-se observar, após análise desta categoria, que os motivos de criação e fundação das associações são distintos, mas possuem a mesma essência dos ativismos de caráter reivindicatório, os quais, como já discutidos anteriormente, compreendem ações que visam obter melhorias coletivas *in loco*. Entretanto, tais melhorias se restringem ao benefício local, não considerando o conjunto da cidade e, menos ainda, ao nível nacional ou internacional. A associação do Parque São Lourenço caminha em uma direção que visa expandir esse “bairrismo”, principalmente na discussão ambiental.

Ao analisar esta categoria, pudemos perceber que as mesmas podem transitar entre interesses mais do bairro e lutas políticas maiores, mas em sua essência, ao se dedicarem às causas públicas, deixam claramente transparecer alguns princípios e virtudes cívicas.

Departamentos: distribuindo tarefas e ampliando as frentes...

Quando questionados sobre a forma de organização no que se refere aos departamentos ou conselhos para questões específicas, como esporte e lazer, apenas o presidente da AMA São Lourenço disse possuir um departamento dessa natureza, citando que este realiza mensalmente uma corrida rústica – na última sexta-feira de cada mês – e caminhadas ecológicas, destacando o seu ponto de vista quanto ao benefício do esporte para a saúde e sua ligação com o meio ambiente.

A gente parte do princípio de que o esporte está ligado diretamente à questão da saúde e você não tem como ter saúde se não estiver cuidando do meio ambiente. Percebe a ligação que a gente faz? (Presidente da AMA São Lourenço).

Ainda no São Lourenço, durante 3 dias do ano, o departamento de esporte e lazer, os demais e a comunidade se reúnem para fazer acontecer a Festa do São Lourenço, evento no qual todos podem desfrutar os mais diversos produtos e serviços da comunidade. Tive a oportunidade de realizar a pesquisa de observação em um desses dias e pude constatar que durante a festa são realizadas algumas atividades teatrais, inclusive folclóricas, feira de artesanato de comerciantes de todas as partes da cidade, apresentação de bandas, dança, apresentação circense com uma companhia convidada; ouvi contadores de

história – relacionadas à origem do bairro –, vi um varal de desenhos e poesias, entre outras coisas. O presidente da associação enfatizou que acontecem mais de 50 eventos simultâneos nesta festa. Sobre os varais de poesia ele destacou:

[...] nós procuramos atividades onde as pessoas têm um espaço pra escrever e elas concorrem no final a um prêmio. A motivação é sortear alguma coisa. Esse prêmio é cedido às vezes, muitas vezes pela Avon. E tem o Varal de Desenho, que é com a Associação Paranaense de Artistas Plásticos. Então vêm para o parque artistas profissionais para conversar com as crianças. Com gente que está começando a aprender a pintar, a desenhar. A exposição dos trabalhos acontece na hora. Então é uma coisa assim muito instantânea, a gente transfere sempre a ação pra última ponta. Não tem que guardar aquilo, selecionar pra depois mostrar, não. À medida que vai sendo feito, já vai sendo, entre aspas, publicado. E isso cria motivação nas pessoas de participar. Então ele vem pra escrever um texto também sobre a questão da doação de órgãos. Uma parceria que a gente tem com o Lions e a Central Estadual dos Transplantes. Que eu acho fundamental. (*idem*).

Já os outros presidentes – da ASSOLAR, ligada ao Parque Bacacheri e da AMA Parque Barigüí – admitiram não haver departamento de esporte e lazer nas respectivas associações. Tal constatação foi seguida pela justificativa de que não há pessoas suficientes para tanto.

A única experiência com esporte e lazer destacada foi quando o atual presidente da ASSOLAR resolveu, anos atrás, dar aulas de futebol nas canchas do bairro. Para tentar coibir o problema de gangues ele pessoalmente fez um convênio com a Prefeitura de Curitiba e conseguiu bolas e coletes.

Virei professor de futebol... A partir daí comecei, no sábado e domingo, a dar futebol pra eles, mas com segundas intenções. Futebol foi o pretexto, a bola foi o pretexto. [...], depois de 7 anos de futebol eles se encontram, jogam bola. Acabou o problema de gangue, nunca mais existiu na nossa área. (Presidente da ASSOLAR).

Há de se destacar, portanto, que a estratégia de buscar parceria com o poder público para trabalhar valores diferenciados, através do futebol, obviamente tem seus méritos, entretanto, partiu de uma iniciativa pessoal em detrimento de uma demanda coletiva. Em certa medida poderia ser facilmente entendida como oportunidade para promoção de alguns políticos. Souza & Rodrigues (2004) alertam para o risco da desmobilização ocasionada por ações

isoladas, pois “visam a atender uma demanda pontual de um determinado grupo e, ao serem atendidas, acontece geralmente uma desmobilização das pessoas”. (p. 83). Dessa forma, algum político com outras intenções – querendo se promover – vai procurar atender tais reivindicações e, em troca, garantir a preferência do eleitorado.

Analisando os resultados das entrevistas relacionadas a esta categoria, percebemos que as associações, muitas vezes, carecem de suporte técnico para determinadas questões específicas, como saúde, esporte, lazer, etc. Tal carência poderia ser subsidiada por parcerias com universidades ou por um órgão do poder público criado para qualificar as demandas, como um assessoramento técnico.

Este modelo de assessoramento não é novidade, principalmente se tomarmos como exemplo a experiência das três gestões da Frente Popular na Prefeitura Municipal de Porto Alegre, na década de 90. Neste período foi criado um órgão ligado às secretarias chamado ASSCOM (Assessoria Comunitária), o qual era responsável por estreitar a relação com as comunidades, “a fim de escutá-las, incentivá-las a participar em co-gestão nas programações desenvolvidas, bem como chamar para si a responsabilidade de qualificar as demandas”. (AMARAL, 2003, p. 72).

Esta mesma autora apresenta a descrição e competências deste órgão, ligado à Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer da capital gaúcha (SME – Regimento Geral).

Art. 7º - A Assessoria Comunitária (ASSCOM), diretamente subordinada ao secretário, é o órgão de assessoramento, coordenação e controle das atividades relativas às relações da Secretaria junto à comunidade;

Art. 8º - À ASSCOM compete: I- assessorar ao secretário em assuntos referentes às relações com a comunidade; II- assessorar as áreas-fim da secretaria quanto às relações com a comunidade, na localização de demandas e na solução de problemas; III- cadastrar as assessorias comunitárias e outras formas de organização das comunidades; IV- relacionar-se com outras repartições do Município, prefeitura, fundações e outras entidades oficiais, com o objetivo de estabelecer parcerias; V- auxiliar na organização de eventos e acompanhar a realização dos mesmos; VI- receber e encaminhar as demandas de obras oriundas da comunidade, no âmbito de competência da secretaria; VII- articular-se com a Coordenação de Relações com a Comunidade (CRC) e

demais Assessorias Comunitárias do Município; VIII- Participar da organização do Campeonato Municipal de Futebol de Várzea; IX- exercer outras atividades pertinentes que lhe forem delegadas. (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, *apud* AMARAL, 2003, p. 72-73).

Conquistas: o fruto que se colhe...

Em termos de conquistas objetivas, isto é, reivindicações atendidas por parte das associações, a AMA Parque Barigüí se destaca pelos avanços alcançados. Segundo seu presidente, esta associação já conseguiu muito em relação ao seu tempo no cargo.

Nós já conseguimos calçadas, uma ilha de travessia, consegui que colocassem de volta a tela de contenção de lixo lá no rio Barigüí, que tinham tirado. O que mais? Vaga para deficiente no estacionamento e calçada elevada direto para pista, aquela lombada. Consegui que o posto de saúde do Campina do Siqueira atendesse toda a área do Parque Barigüí. Aquele conjunto de barras no parque Alvorada. Consegui aumentar as barras que têm ali no bistrô. Mais bancos de madeira pro parque. Manilhas pra ruas no bairro das Mercês. Consegui até um poste que tava faltando! Os alunos pediram lá. Isso eu consegui em um ano. Mas só que, pô, muita briga com os caras. Ah! Também consegui a manutenção da academia do parque. Porque a academia tava com infiltração aí eu consegui uma manutenção. [...] A calçada que eu falei, os caras falaram que fazem não sei quantos anos que estavam batalhando por isso. Conversavam com vereador, com fulano e com ciclano aí ninguém conseguia. Aí eu fui lá, falei com o cara certo. Trouxe até o secretário municipal de obras pra ver o negócio, aí fizeram. (Presidente da AMA Parque Barigüí).

Figura 13: Ilha de travessia no Parque Barigüí



Fonte: FRANÇA, Rodrigo de. Curitiba, 2007.

Nesse sentido destacamos, mais uma vez, a importância da organização das pessoas na luta por melhorias, pois, no caso de Curitiba, o poder público, em certa medida, respeita e dá preferência e credibilidade às associações.

[...] é muito mais adequado quando você tem uma sociedade organizada para demandar e explicitar sua vontade. A grande dificuldade é a diferença que existe entre a demanda e a sua capacidade de atender. A falta de dinheiro, a falta, às vezes, de pessoal, por conta da falta de dinheiro. Você não pode ter um quadro muito gigantesco de servidores. (Administrador da Regional Matriz).

É muito mais fácil trabalhar com associação, porque daí você trata dos anseios daquela população. Quando a comunidade não é organizada fica difícil, porque cada um puxa pro seu lado, é aquela coisa. Agora, quando se tem uma associação... Mas desde que não vire clubinho. Ser sempre a mesma família, só os amigos do presidente, aí não dá. (Chefe regional da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer).

Esse respeito e preferência do poder público pelas comunidades organizadas podem ser reflexos de uma conquista subjetiva de confiança mútua. Conforme já discutido, a ênfase dada às relações baseadas na confiança mútua assume grande importância, pois estas, segundo Granovetter (*apud* PUTNAM, 2002, p. 103), “[...] permitem à comunidade cívica superar mais facilmente o que os economistas chamam de ‘oportunismo’, no qual os interesses comuns não prevalecem porque o indivíduo, por desconfiança, prefere agir isoladamente e não coletivamente”.

Já a AMA São Lourenço, além da prioritária questão ambiental, onde conseguiram a despoluição de boa parte das nascentes do rio Belém, o presidente mencionou algumas conquistas como o resgate histórico da região, as primeiras famílias, etc. No campo religioso, o presidente conseguiu recuperar a imagem do santo que dá nome ao parque. Também devolveu a roda d’água que, segundo ele,

Era uma coisa que muita gente tinha saudade. Saudade de ficar sentado lá, olhando a roda d’água. Porque era um saudosismo que existia. (Presidente da AMA São Lourenço).

Esses resultados podem desmistificar a idéia de que os usuários vão aos parques apenas para realizar exercícios físicos. Ou seja, se identifica uma grande parcela que busca outro tipo de relação, seja com o meio ambiente, seja consigo mesmo. Para Rechia (2003), isso demonstra que, na realidade, pode estar presente nesses espaços certo desfrute do ócio, o qual inclui a contemplação ou simplesmente um passeio ao ar livre, “o que qualifica essas experiências e as tornam extremamente singulares no meio urbano”. (p. 111).

Para De Grazia (1966),

O ideal do ócio, ainda que requeira uma separação dos laços do trabalho diário, oferece a possibilidade do descobrimento e da criação. Seu desejo de se ver livre de obrigações é diferente do tempo livre. Seu fim é o poder estar tranqüilo, não simplesmente para se guiar na vida, porém para limpar o caminho em direção à verdade, para ser tranqüilamente objetivo. Desta forma a moral e a obrigação transformam-se em ócio pela verdade que as governa. (p. 376).

Outra conquista alcançada se refere às torres de telefonia. Desde 2001, a Associação do São Lourenço, preocupada com os indícios de possíveis danos ocasionados pelos campos eletromagnéticos destes equipamentos, pressionou para que fosse criada uma Lei Municipal para ordenar a instalação destas torres, ou seja, lutaram pela regulamentação e maior controle sobre os campos eletromagnéticos.

O presidente da ASSOLAR também focou suas conquistas na questão ambiental, dizendo que através de audiências com a Promotoria de Justiça conseguiram que mais de 40 km de coletor de esgoto fossem instalados. Foi, inclusive, a partir da luta pela reversão do quadro de poluição do rio Bacacheri que a associação começou a se preocupar também com o parque. Outro ponto que ele fez questão de levantar foi uma promessa do então candidato à Prefeitura, o qual prometera asfaltar a entrada do parque e, com a cobrança da associação, este acabou cumprindo o que havia prometido.

Figura 14: Entrada e estacionamento do parque



Fonte: FRANÇA, Rodrigo de. Curitiba, 2007.

Analisando esta categoria, ou seja, ao se detectar as conquistas objetivas desses grupos de moradores e usuários organizados, são inegáveis os avanços que uma comunidade organizada pode engendrar em determinado espaço, no sentido de vislumbrarem suas idéias e reivindicações atendidas, participando da organização do espaço e exercendo o **direito à cidade**, no caso aos parques da cidade de Curitiba.

No âmbito da subjetividade, as conquistas se observam no sentido de que, segundo Putnam (2002), as associações desenvolvem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público. Tal afirmativa pode ser reforçada pela pesquisa por ele realizada sobre cultura cívica, mostrando que os cidadãos organizados em associações têm mais consciência política, confiança social e participação política. Este autor segue afirmando que “[...]. A participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos”. (p. 104).

Na próxima categoria tentaremos estabelecer a discussão das estratégias para perceber até que ponto as organizações conseguem escapar das malhas da máquina burocrática e, portanto, podendo garantir as conquistas necessárias.

Estratégias, Táticas e Astúcias: maneiras de fazer...

Esta categoria trata dos meios e “maneiras de fazer” que as associações buscam para atingir seus objetivos, além da postura da administração frente às demandas. Segundo Certeau (1994), estas “maneiras de fazer” se referem basicamente às práticas (estratégias, táticas e astúcias²⁷) utilizadas pelos usuários para, nas brechas, escapar da malha controladora ou jogar com o sistema estabelecido. O autor deixa didaticamente claro sua idéia quando traz o exemplo dos indígenas no período da colonização.

Submetidos e mesmo consentindo na dominação, muitas vezes esses indígenas faziam das ações rituais, representações ou leis que lhes eram impostas, outra coisa que não aquela que o conquistador julgava obter por elas. Os indígenas as subvertiam, não rejeitando-as diretamente ou modificando-as, mas pela sua maneira de usá-las para fins e em função de referências estranhas ao sistema do qual não podiam fugir [...]; a esse poder escapavam sem deixá-lo. (CERTEAU, 1994, p. 30).

Ou seja, dentro de qualquer lógica imposta, sempre existirão brechas onde poderão escapar as ações daqueles mais astuciosos. Michel de Certeau se interessou em estudar as operações cotidianas dos usuários (supostamente entregues à passividade e à disciplina) e explicitar, para além das estruturas disciplinadoras foucaultianas, as diversas práticas pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado e controlado.

Se é verdade que por toda parte se estende e se precisa a rede da ‘vigilância’, mais urgente ainda é descobrir como uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também ‘minúsculos’ e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com eles a não ser para alterá-los; enfim, que ‘maneiras de fazer’ formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou ‘dominados’?) dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política. (*idem*, p. 41).

Dentre as três associações pesquisadas, a que se destaca, por suas “maneiras de fazer” é a AMA São Lourenço. Esta acaba se beneficiando ao

²⁷ Para Certeau, estes 3 conceitos diferem-se na medida em que a estratégia é entendida como objetivo, fim ou produto de uma ação (“para quê”, relacionada ao planejamento). A tática seria o método, meio ou processo (o “como”, relacionado à gestão) e a astúcia como a manipulação, as relações de poder e as negociações utilizadas.

utilizar certificados que conferem certo *status*, ou melhor, determinado capital social²⁸ aos colaboradores de suas causas. É o certificado chamado “Amigos do São Lourenço”.

É uma distinção e com isso procuramos nomear todos aqueles que apoiavam os projetos. Não importa se tivesse no São Lourenço, nos bairros vizinhos, até na cidade vizinha, mas se ele fosse amigo do São Lourenço, conhecesse e divulgasse os projetos, ele receberia a distinção. Os mais ativos a gente faz questão de reconhecer. Com isso aquele grupo que era 15, 20, 30 pessoas passou, em 6 anos, pra mais de 4.000, em 18 países. Passou qualquer limite... (Presidente da AMA São Lourenço).

A respeito do capital social – no caso aqui conferido pelos certificados distribuídos pela Associação, Costa (2003) e Putnam (2002) convergem afirmando que este se refere aos laços de confiança, de compromisso, de vínculos de reciprocidade, cooperação e solidariedade, capazes de estimular normas, contatos sociais e iniciativas de pessoas para aumentar o desenvolvimento humano. “O capital social será tanto mais forte quanto mais permitir a ampliação do círculo de relações sociais em que vivem aqueles que participam de sua construção”. (COSTA, 2003, p. 155).

A partir da iniciativa de conferir certificados aos parceiros, a associação do Parque São Lourenço conseguiu reunir para seu “quadro de sócios”, diversos empresários, presidentes de clubes de serviço como o Rotary, o Lions, além de importantes simpatizantes da esfera municipal (vereadores), estadual (deputados) e nacional. Vale ressaltar que essa característica se reforça mutuamente, formando um círculo virtuoso, pois a confiança do “quadro de sócios” às causas da associação gera uma cooperação para reforçar sua legitimidade. Cooperação esta que gera mais confiança mútua e assim por diante.

Outra maneira utilizada pela associação do São Lourenço é a tática da mobilização das escolas do entorno. Para a campanha de despoluição das

²⁸ Segundo Costa (2003), o termo “capital social” foi definido por Pierre Bourdieu nos anos 1980, como laços sociais que possibilitam vantagens e oportunidades a indivíduos e comunidade. A análise de Bourdieu focaliza os benefícios que resultam em virtude da participação dos indivíduos em grupos e o papel que a sociabilidade pode trazer aos indivíduos. O sociólogo definiu capital social como “o agregado de recursos reais ou potenciais que são ligados ao domínio de uma rede permanente de conexões institucionais de habilidades ou reconhecimento mútuos”. (p. 155).

nascentes, a associação “recrutou”, isto é, buscou parcerias junto às escolas próximas de cada nascente, conscientizou e realizou o que se chamam de monitoramento ambiental.

A escola vai lá e acha, por exemplo, lixo jogado, esgoto sendo jogado no rio, corte de mata ciliar e eles avisam a Associação. E a associação, dependendo do passivo ambiental, da irregularidade que se encontra, ela aciona ou o IAP, ou a Prefeitura, as secretarias. (Presidente da AMA São Lourenço).

Com esse projeto vieram outros como o de reflorestamento do pinheiro. A associação mobiliza os mais de 20.000 alunos parceiros para uma festa que está programada para daqui a 18 anos.

Então nós adotamos estratégias de projetos de longo prazo. O do Rio Belém é de 11 anos. E o do pinhão é maior ainda [...]. Anualmente estamos plantando de 30 a 40 pinheiros, refazendo a floresta, para depois fazer a festa, que seria com os próprios pinhões das árvores. (*idem*).

Este presidente fez questão de destacar ainda que sua associação se mobiliza de maneira pacífica e dentro da lei, demonstrando, inclusive, certo preconceito com outros grupos que se manifestam de maneira diferente.

Porque um diferencial que queremos dizer claramente pra todo mundo, é que a maioria das associações faz pilha de pneu e toca fogo. Você vê lá na televisão, qualquer coisinha os cara tão tocando fogo. Reivindicação de forma violenta. É passeata, é quebradeira. Falei – não, no São Lourenço o departamento pirotécnico foi desativado, ninguém toca fogo em nada. Então, com isso nós conseguimos que as pessoas viessem. Aí você sente mais segurança, porque imagine você ser convidado a participar de um grupo de pessoas que faz desordem, faz baderna e tal, entende? Como vou, dentro da minha conduta, estar junto de um grupo desses? Com isso nós ganhamos a simpatia da Prefeitura, do Governo do Estado, a Câmara Municipal. E nós fomos ganhando amigos durante todo esse tempo. Ao invés de fazer inimigos, nós procuramos sempre chamar mais gente para o projeto. (*idem*).

No mesmo sentido está a ASSOLAR, atuante no Parque Bacacheri.

Então é muito sutil a coisa e a gente não vai para televisão. ‘Tem que fazer isso, tem que fazer aquilo’, nem bloquear a rua. (Presidente da ASSOLAR).

Esta última concentra seus esforços na questão da vigilância política, cobrando melhorias dos representantes eleitos – os vereadores – e na sensibilização, confeccionando um jornal informativo para mobilização dos moradores do entorno sobre os acontecimentos mais recentes e as metas.

Este periódico, chamado Gazeta Alternativa, além de divulgar o comércio da região, parece ser uma importante ferramenta comunicativa para a comunidade. Segundo seu editorial, a Gazeta Alternativa “é hoje o novo conceito de jornal comunitário. Nós estamos tornando nossa comunidade forte e independente. Este veículo de comunicação está à disposição de toda a população como um órgão pluralista e justo”. A este respeito, Tocqueville destaca:

Quando já não mais existem laços firmes e duradouros a unir os homens, é impossível obter a cooperação de um bom número deles, a não ser que se consiga convencer cada homem cujo auxílio é necessário de que ele estará servindo aos seus próprios interesses unindo voluntariamente seus esforços aos de todos os demais. Isso não pode ser feito habitualmente e convenientemente sem o auxílio de um jornal. Somente um jornal pode apresentar a mil leitores o mesmo pensamento ao mesmo tempo [...]. Portanto, uma associação democrática dificilmente pode prescindir de um jornal. (TOCQUEVILLE, *apud* PUTNAM, 2002, p. 106).

Segundo o presidente desta associação, quando tem alguma demanda, a tática também é acionar alguns órgãos municipais como a Corregedoria, Ouvidoria, Promotoria, Superintendência, etc.

Por parte da Prefeitura, uma estratégia foi identificada na fala do administrador da Regional Matriz, quando este demonstrou certa postura passiva, de espera das demandas (postura equivalente a de gestões anteriores), além da clara preferência pelos grupos organizados.

[...] porque o poder público nada mais é do que um agente de atendimento das prioridades da população, dentro da capacidade financeira e das diferentes demandas [...], quando você tem a sociedade organizada, você acaba dando preferência para atender essa e não a outra que não está organizada, porque você não tem

a pressão da demanda e você não tem também a identificação muito clara do que é que eles querem, precisam. E já que você tem menos recurso que toda a demanda exige, você não vai provocar uma demanda. Chegar lá: ‘Escuta, o que vocês querem que eu faça?’ Então se não tenho recurso, não vou inventar demanda. (Administrador da regional Matriz).

Já o presidente da AMA Parque Barigüí, quando questionado sobre os meios para terem suas demandas atendidas, declarou que a “tática” é possuir contatos. Ele tem contatos diretos com o prefeito e sua esposa conseguindo, “astuciosamente”, mais agilidade nas soluções. Nesse sentido, o presidente faz uma acentuada crítica à má atuação dos vereadores, destacando que os mesmos colhem votos prometendo cumplicidade, mas não é o que acontece.

Você tem que ir atrás de quem manda. Então vai no secretário municipal, vai nos administradores, [...]. (Presidente da AMA Parque Barigüí).

Outra “tática” destacada tanto pela associação do Parque São Lourenço como do Parque Barigüí é a procura de parceria com a iniciativa privada para execução de projetos nesses espaços. O primeiro explicou sua estratégia da seguinte maneira:

A primeira coisa que tem que fazer é a planta, fazer o desenho, fazer o projeto da obra. Aí você vai juntar todo aquele material de justificativa [...], aí faz a proposta. Uma questão é a competência técnica. Tem que ter um projeto de um engenheiro. Com capacidade pra fazer. Lógico que você não vai bater lá na porta do secretário pra fazer a proposta, entendeu? Procura de preferência um vereador, do mesmo partido do prefeito, porque não vai procurar alguém da oposição pra ir lá oferecer pro prefeito. Percebe a engrenagem? [...] Com isso você vai conseguir 2 vias. Uma é a via política. Através de uma liderança política da região você vai viabilizar o encontro. E você precisa da via do patrocinador. Que é aquele que esteja interessado em produzir aquilo que você quer e que em troca ele possa colocar um material de publicidade. Aí você tem vários interesses. O interesse em resolver o problema, o interesse da comunidade em melhorar a questão do esporte, o interesse do vereador em atender a reivindicação e o interesse da empresa em colocar sua marca no espaço. (Presidente da AMA São Lourenço).

Essa “receita” se apresenta como bastante eficaz, uma vez que, aparentemente, beneficia a todos os envolvidos. O Estado, o qual pode oferecer

mais uma benfeitoria à população; a iniciativa privada que tem a oportunidade de ter a sua marca estampada em um local de destaque e os usuários que podem usufruir daquele novo equipamento.

Segundo Rechia (2006), essa relação é imbricada de tal forma, que “no espaço urbano, fundem-se os interesses do capital, a ação do Estado e a luta dos moradores como forma de resistência contra a segregação no espaço e pelo direito à cidade”. O direito à cidade, para Lefebvre (1969), “manifesta-se como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e à habitação”.

Cabe aqui considerar que a AMA Parque Barigüí tem o privilégio de atuar junto ao parque mais cobiçado da cidade²⁹. É conhecido como a “praia” dos curitibanos³⁰. Isso explica, talvez, a quantidade de conquistas alcançadas em tão pouco tempo pela associação, sem, obviamente, tirar os méritos da mesma pelos seus esforços.

Traçando um comparativo entre as associações, podemos observar que as estratégias, táticas e astúcias utilizadas para o atendimento das reivindicações são distintas e diversas. Algumas são mais elaboradas, como é o caso dos certificados de amigos do parque, conferido pela AMA São Lourenço, e as parcerias com empresas privadas, envolvendo múltiplos interesses. Outras são mais usualmente conhecidas, como a postura vigilante adotada pela ASSOLAR e a vantagem dos contatos com funcionários de cargos de confiança, destacado pela AMA Parque Barigüí.

Sem a intenção de julgar uma como melhor que a outra, deve-se pensar no sentido de que tais práticas são “maneiras de fazer” legítimas. Tomemos como exemplo a tática do enfrentamento. A esse respeito, o secretário da Regional Matriz afirma:

A via do enfrentamento, normalmente, é quando não tem proposta, quando você só quer chamar atenção para o problema. Aí você grita, queima pneu, tranca rua. Mas você não sabe o que quer, você sabe o que você não quer. Não quer mais violência, mais atropelamento, então você grita pra te escutarem, você não quer

²⁹ Conforme já destacado anteriormente, é o que conta com maior área, possui 5 ou 6 bairros em seu entorno, é de fácil acesso, tanto das vias e ônibus, quanto para oportunidade de diversas práticas de esporte e lazer.

³⁰ Maiores detalhes a esse respeito ver os dados de pesquisa de Rechia (2003).

mais. Quando você tem proposta, leva para quem pode implantar a proposta. Você busca o diálogo, que é o que faz os presidentes das associações do Barigüí, do São Lourenço. (Secretário da Regional Matriz).

Nesse sentido, um grupo organizado, que goza de capital social – isto é, tem credibilidade e na maior parte das vezes sabe o que quer – pode possuir as condições para cobrar demandas específicas qualificadas (já com propostas) e, portanto, não precisaria de uma tática como “queimar pneu”, por exemplo.

Entretanto, quando outro grupo qualquer tem consciência de determinada problemática e cobra uma solução, contudo, sem ter bem definida uma proposta, muitas vezes acaba optando pela tática supracitada para se “fazer ouvir”. Nesse caso, a tensão manifestada pelo enfrentamento, através da astúcia de “queimar pneu” pode se apresentar como bastante eficaz e as conquistas podem acontecer.

Vale destacar também que, com relação a questões objetivas como: mais bancos, lixeiras, iluminação nos parques, etc., as demandas (com ou sem propostas) da comunidade estão ao alcance de serem atendidas. Todavia, questões mais gerais como violência urbana, injustiças de toda ordem, exploração, entre outros, estão fora do alcance da co-gestão do coletivo. Existe a demanda porque tais questões influenciam e afetam grande parcela da população, porém não há solução tangível à gestão. É a partir daí que surgem os movimentos sociais que lutam por (ou contra) causas maiores.

Outro ponto a ser destacado é que a preferência dada pela Administração para dialogar com comunidades organizadas e detentoras de princípios cívicos pode trazer benefícios para o sucesso da gestão. Putnam (2002), ao investigar a reforma institucional italiana e o sucesso (ou fracasso) dos respectivos governos regionais por duas décadas, percebeu uma relação direta entre as associações e o sucesso/fracasso das instituições regionais. Ou seja, “quanto mais cívica a região, mais eficaz seu governo”. (p. 112).

Demandas: novas frentes de luta

Com relação às demandas, isto é, – novas necessidades e/ou outras que ainda não foram atingidas até o momento das entrevistas, a AMA São Lourenço solicitou e, segundo o presidente, pode sair a qualquer momento, a construção

de banheiros adaptados a portadores de necessidade especiais, demonstrando sensibilidade à causas inclusivas. Também perceberam a necessidade de dragagem do lago. Há também a preocupação de promover à comunidade mais acesso aos bens culturais, nesse sentido materializado por mais cursos no Centro Cultural, principalmente à noite. Mas isso depende diretamente de uma questão importante que, inclusive, também foi destacado como demanda pela associação voltada ao Parque Bacacheri: a iluminação.

A esse respeito, Jacobs (2000) afirma que “o valor da iluminação [...] nas áreas apagadas e desvitalizadas vem do reconforto que proporciona às pessoas que precisam andar nas calçadas, ou gostariam de andar, as quais não fariam se não houvesse boa iluminação”. (p. 43).

Nesse sentido, a iluminação precária nos espaços públicos desencoraja a apropriação efetiva por parte dos usuários em determinados horários, por causa da insegurança. Um sujeito que, por exemplo, trabalha o dia todo e, portanto, teria o período da noite como único tempo para viver uma experiência lúdica, preferirá fazer outra coisa qualquer (como ficar em casa, na frente da TV ou ir a um bar, etc.) a ir a um parque público e correr riscos. Por isso, fica evidente o quanto esta questão altera as possibilidades das pessoas. O simples benefício de uma satisfatória iluminação, para uma prática diferenciada.

Este não é, obviamente, um fator determinante, pois como a mesma autora, apenas uma boa iluminação não basta, se não houver também “[...] olhos e não existir no cérebro por trás dos olhos a quase inconsciente reconfirmação do apoio geral na rua para a preservação da civilidade”. (*idem, ibidem*). Mas é sim um facilitador para os preceitos de uma comunidade cívica.

Ainda com relação às demandas, a associação ligada ao Parque Bacacheri soma esforços no sentido da implementação de uma pista de skate no parque, a qual foi considerada (talvez equivocadamente³¹) inviável pela Prefeitura por prejudicar os outros usuários.

³¹ A respeito da inviabilidade da pista de skate, uma rápida observação do cotidiano neste parque aponta que o problema é maior. A questão no Parque Bacacheri não são os skatistas – uma vez que também se apropriam muitos ciclistas e os riscos são os mesmos – e sim o equipamento que é deficitário. Existe apenas uma pista para a prática de atividades corporais como corrida, caminhada, pedalada, patinação, etc.

Quando a gente pensa em atender uma demanda da garotada, é complicado, pois como diz o superintendente 'Os garotos em vez que pegar os skates quando estiverem do lado da pista, mas não, eles vão entrar no parque de skate'. Então ali ele pode atropelar um pedestre, um carrinho de bebê, sabe? Gente que tá correndo e não pode perder o pique, esse tipo de coisa, então quando a população vem trazer uma solicitação é em benefício de um segmento, de um grupo, de uma faixa etária, mas quem está aqui na administração pública tem que atender a comunidade como um todo. (Administradora da Regional Boa Vista).

Uma das provas do sucesso das associações é que – no momento em que escrevemos estas demandas – descobrimos, através da página virtual da Prefeitura, que as mesmas já foram e/ou estão sendo atendidas!³² No caso da pista de skate, o impasse foi resolvido transferindo a construção para um espaço esportivo próximo ao parque.

Figura 15: Nova iluminação do Parque São Lourenço



Fonte: www.curitiba.pr.gov.br

³² Maiores detalhes podem ser conferidos nos anexos.

Figura 16: Fase final da pista de skate



Fonte: www.curitiba.pr.gov.br

Figura 17: Dragagem do lago do São Lourenço



Fonte: www.curitiba.pr.gov.br

Outra demanda que foi apontada pelas três associações é a questão do policiamento. A ASSOLAR pediu um posto policial da Guarda Municipal ao Parque Bacacheri. Segundo o mesmo,

Seria um local central que dali o guarda observaria tudo. Um posto policial ali, com uma torre média, algo assim de 2 andares, daria um pouco mais de respeito. (Presidente da ASSOLAR).

No Parque Barigüí a associação cobra pela qualidade do policiamento. Segundo o presidente da associação desse parque, está faltando uma preocupação maior nesse sentido.

Ali no parque está havendo muito roubo de óculos de grife e MP3 [aparelho portátil de som]. É uma quadrilha de bicicletas e um cara de roller. E não é ‘malaco’, é gente de classe média, bem ajeitadinho, bonitinho, piazzada ‘saradinha’. Aposto que vão ali, roubam e vão trocar por droga. É uma quadrilha bem organizada! [ele contou – em detalhes – um caso de uma tentativa de assalto]. Então eu estou cobrando para eles ficarem espertos, mas os policiais ali são muito devagar. Além de não dar conta eles são muito despreparados. Primeiro que falta comando e depois que eles são despreparados. É muito fácil pegar os caras, é só colocar os policiais à paisana. (Presidente da AMA Parque Barigüí).

A questão da insegurança, da violência urbana, levantada nas falas dos entrevistados é algo preocupante, pois acaba ocasionando a desapropriação, o esvaziamento do espaço público e “manchando” a imagem da cidade.

E os gestores das políticas públicas devem estar atentos para esta demanda, pois a beleza de um parque não se caracteriza somente pelo seu valor de troca, como algo apenas para ser consumido com os olhos, algo para turista. Nesse sentido, acreditamos que a tarefa talvez possa ser a de sensibilizar os gestores para a importância do valor de uso.

O uso como apropriação, como atividade poética³³, atividade humana que se realiza pelo homem em torno do ser humano e nele engloba seus sentidos, sensibilidade, necessidade e desejos. Realiza-se com base em uma estratégia que escapa à equivalência (imposta pela troca) e ao homogêneo (imposto pela norma) e faz aflorar o diferente – é a multiplicidade na heterogeneidade, o que acentua seu caráter apropriador, isto é, o homem apropria-se das condições exteriores, transformando-as. (CARLOS, 2001, p. 216).

³³ Do grego *poiein*, o qual significa “criar, inventar, gerar”.

Outra demanda apontada para o Parque Barigüí é o desassoreamento do lago e despoluição dos rios da bacia do Barigüí. Assim como no São Lourenço, a associação do Parque Barigüí está buscando unir forças com clubes de serviços como Rotary e clubes de pesca para lutar por isso.

Só que isso vai ser uma briga bonita, porque semana passada nós já tivemos uma reunião com o pessoal da Sanepar e eles mandaram lá um ‘boi-de-piranha’. O cara chegou lá com uns ‘slidezinhos’, gráficos e dizendo que tava tudo muito bem, tudo muito bom. Falei pro cara ‘Meu amigo, não adianta você vir aqui mostrar para nós gráficos bonitinhos, sendo que nós vamos lá à beira do rio e ele está cheio de merda’. Como diz o Greca, ‘rio não caga! Então eu disse pro cara ‘Como é que está tudo poluído?’, ‘É que eu não tenho conhecimento’. Mas o cara tem que ter! Mas ele é do administrativo, da diretoria do Meio Ambiente. Então não adianta! Tem que vir um técnico. (Presidente da AMA Parque Barigüí).

Na área de esporte e lazer, a associação do Parque Barigüí está batalhando pela implementação de uma cancha de peteca, bocha, mesas com tabuleiros de xadrez, dama, etc. Mas quando questionado sobre a origem da demanda, ou seja, se a idéia surgiu de um consenso tirado em reunião, ele confessou:

A cancha de bocha e o outro fui eu mesmo. Agora as canchas de peteca foi o pessoal da academia que solicitou. Porque eles jogam peteca ali na academia e daí queriam ver se a prefeitura faria umas canchas de peteca. (*idem*).

De fato, na academia do parque existe um grupo organizado de jogadores de peteca e badminton onde, inclusive, segundo o presidente, se encontra o presidente da Federação Brasileira de Peteca. Portanto, as canchas de peteca – assim como a pista de skate no Parque Bacacheri – se justificam porque existe, efetivamente, uma demanda coletiva.

Pudemos perceber, a partir das entrevistas, que as associações trabalham na maioria das vezes com os interesses do coletivo. Entretanto, ocasionalmente, elas se deparam com interesses individuais. Novamente corroboramos com o alerta de Souza & Rodrigues (2004), sobre os riscos provocados pelas iniciativas e “interesses” desarticulados, o que pode criar um

círculo vicioso, no sentido de que os interesses individuais geram a desmobilização, os quais acabam gerando a necessidade de iniciativas isoladas.

Estamos cientes das dificuldades postas diante dessas questões, contudo, é necessário que as associações estejam atentas nesse sentido, ou seja, procurar associar, agregar e definir os interesses do coletivo.

Ainda a respeito das demandas, uma questão bastante importante, levantada pelos administradores, se refere à **viabilidade**. Estes apontam que existem algumas reivindicações que, ao serem analisadas pelos técnicos, fogem da possibilidade de concretização.

[...] às vezes as pessoas querem coisas que não são cabíveis. Por mais que a gente tente ser flexível, fugir do técnico para atender a população, que é isso que o prefeito quer, que as pessoas se sintam atendidas e que nós aqui da ponta, das regionais, façamos essa interface prefeitura com os moradores, tem coisas assim que não têm cabimento. (Administradora da Regional Boa Vista).

Há um processo técnico, que às vezes o pedido não é possível de ser atendido. Nos pediram um trecho de calçada. Uma parte foi feita, a outra parte não foi feita porque a responsabilidade de fazer a calçada é do proprietário do lote. Então a prefeitura não vai entrar com recurso público pra fazer um serviço que é particular. Então aí a gente explica que não dá [...]. Então sempre há a participação da estrutura técnica da prefeitura. A gente analisa o aspecto financeiro, se tem disponibilidade no orçamento, ou se não foi previsto, se há possibilidade de incluir no orçamento do ano seguinte. (Administrador da Regional Matriz).

Mais uma vez podemos remeter as demandas inviáveis à falta de suporte técnico da população, onde um órgão de assessoramento poderia existir (ou ser buscado) para facilitar a qualificação da demanda. A este respeito, Amaral (2003, p. 72) nos alerta que,

Qualificar as demandas não deve e não pode ser um papel do poder público, porém, no modelo da democracia participativa pode ser partilhado entre ele e outras instituições organizativas centrais da sociedade civil. Significa possibilitar que as informações gerais sobre o funcionamento da máquina estatal sejam de domínio público, que a população adquira condições de desvendar informações técnicas e alcançar um excelente nível de politização, que lhe permita superar os limites históricos impostos ao exercício da cidadania. Aspectos importantes à qualificação das demandas são o acesso irrestrito da população à informação e, neste sentido, o poder público deve primar por estabelecer canais que atinjam a

todos; informações que esclareçam aspectos técnicos e políticos do orçamento público, do planejamento urbano, da visão conceitual concernente a cada setor das políticas públicas, da importância de planejar a cidade e do que seja uma vida comunitária (com os direitos e deveres de cada cidadão), dos aspectos fundamentais que compõem um campo promissor à participação e à delegação de poderes, quando sua forma direta não puder ser exercida.

A próxima categoria vai ao encontro da discussão sobre o planejamento e gestão urbanos, os quais são categorias diferentes. Conforme dito, divergem basicamente na questão temporal. Enquanto um está voltado para os acontecimentos imediatos, o outro se direciona para o médio e longo prazo. Pode-se ver o planejamento como preparação para uma gestão futura.

Gestão do Espaço: vistas para o planejamento

A esse respeito, ou seja, à forma de administração do parque, o presidente da associação ligada ao Parque São Lourenço apontou o fator tempo como determinante na elaboração e execução dos projetos. Nesse sentido, dentro da esfera municipal, um projeto ou idéia que parecia excelente na gestão anterior, pode ser totalmente inutilizada na gestão seguinte. Segundo ele,

A maioria dos prefeitos e governadores tem 4 anos pra fazer tudo. E daí tem que tirar da cartola alguma coisa! (Presidente da AMA São Lourenço).

Portanto, pudemos perceber que é procurando superar esse problema da descontinuidade que a associação ligada ao Parque São Lourenço concentra esforços para projetos à longo prazo.

Nós não, temos um projeto que é pra 2025! E vamos chegar lá! Não importa quem seja o prefeito, o governador e tal, pois o projeto vai atravessar várias gestões. Então, a minha sugestão, na questão do esporte e lazer, é que devemos parar de pensar em planejar estruturas de esporte e lazer para 3, 4 anos. Tem que se pensar um grande plano de esporte e lazer para 20 anos. Você não forma campeão olímpico em 4 anos. [...] fugir do que engessa. (*idem*).

Na seqüência, ele defende a importância da descentralização das ações.

E tem que tirar a responsabilidade da execução de tudo isso das costas do Estado, dos Municípios. Então é criar um espaço e entregar a administração daquele espaço para um clube de Lions, o Rotary, para uma associação. Se tiver uma associação atuante. (*idem*).

Acerca da descentralização e terceirização dos espaços/equipamentos públicos, uma vez que o presidente dessa associação acredita ser um fardo do Estado, vislumbra-se a possibilidade de entregar a administração destes espaços para outras instituições. Entretanto, tal estratégia não daria margem, ou melhor, não se correria o risco da privatização do espaço? A este respeito o presidente da AMA São Lourenço garantiu que isso não aconteceria, pois seria uma “concessão”. Mais uma vez ele defende a idoneidade dos grupos de serviços, dizendo:

Ainda mais se você faz essa concessão para Lions, para Rotary, aí não corre o menor risco. A idéia é não deixar na mão de alguém que depois se torne proprietário. É o institucional. (*idem*).

E segue discursando que a administração e manutenção dos parques públicos não é dever do Estado, é dever do cidadão, o qual não pode ficar esperando o município fazer.

Porque se você ficar nessa de atribuição do estado, do Governo Federal, aí você não faz nada. Nossa linha é diferente. Tem gente que não concorda, confia ainda no Estado Paternalista, que paga imposto e quer tudo. Mas aí vai passar 20 anos dizendo isso e a vida não muda. Porque a maioria que elege os candidatos não quer que mude. Percebe? [...] Então não se iluda achando que isso ou aquilo é dever do Estado. A idéia é que cada comunidade eleja suas prioridades, para o esporte e lazer, por exemplo, e encontrem a solução mais viável e comecem a executar. (Presidente da AMA São Lourenço).

Diferente do presidente da AMA Parque Barigüí, o qual afirma que o Estado tem atribuições, mas não trabalha sozinho. Ou seja, não é nem somente dever do Estado, nem somente do cidadão. Deve acontecer uma gestão compartilhada, onde o poder público recebe as reivindicações, fornece subsídios

para qualificar a demanda, ouve e sugere as propostas e viabiliza o devido atendimento.

Tem muita coisa que você pode resolver sozinho, não precisa ir atrás do Município. Já vi gente ligar pra Prefeitura e dizer que o bueiro da frente da casa tava entupido. Tinha uns plásticos lá. Pô! Custa o cara ir lá e tirar os plásticos e pôr no lixo? (Presidente da AMA Parque Barigüí).

Convergindo com esses apontamentos, o administrador da Regional Matriz considera o seguinte:

Acho que tem uma coisa que a gente tem que restabelecer. A cultura portuguesa, da ocupação do Brasil, é político-dependente. Ela é burocratizada. Sempre se esperava que a Coroa, ou depois que o Estado, resolvesse o problema. É o paternalismo conduzindo uma inércia da sociedade.

Segundo Putnam (2002), momentos históricos decisivos podem ter conseqüências duradouras, pois, por reagirem racionalmente ao contexto social que lhes foi legado pela História, os indivíduos acabam reforçando as patologias sociais. Tal fato é chamado pelos historiadores de **subordinação à trajetória**. Em outras palavras, este conceito pode ser entendido como o “lugar a que se pode chegar depende do lugar a que se veio”, trazendo profundas implicações para o desenvolvimento político-econômico³⁴.

No que tange à oferta de espaços e equipamentos para práticas no âmbito do esporte e lazer, concordamos com Rechia (2003) quando esta alerta que “devemos ter cuidado em não considerar que cabe somente ao poder público a manipulação das ofertas de lazer e esporte, e que suas formas e sua qualidade dependem somente de uma decisão do mesmo”. (p. 113). Entretanto, a comunidade, mesmo organizada em associações, com diversos parceiros, não

³⁴ North (*apud* PUTNAM, 2002) ilustrou tal afirmação ao remontar as experiências pós-coloniais das Américas do Norte e do Sul aos seus respectivos legados coloniais. Após a independência, tanto os Estados Unidos quanto a maioria das nações Latino-americanas dispunham de recursos e oportunidades semelhantes. Porém, os norte-americanos foram beneficiados pelas tradições de civismo inglesas (como a política de descentralização e o Parlamentarismo), ao passo que os povos latinos herdaram as tradições de dependência vertical (o autoritarismo centralizado, o ‘familismo’ e o ‘clientelismo’) e exploração de Portugal e da Espanha medieval.

adquiriu essa consciência. É necessário, neste sentido, não ignorar a necessidade de se preparar a comunidade para que ela própria tenha autonomia para escolher e conduzir as experiências no âmbito do lazer que melhor lhes convier.

Dificuldades: o problema da desmobilização...

Dentro dessa categoria de análise, ou seja, a respeito dos percalços e entraves para uma associação, a questão destacada com maior ênfase nas entrevistas foi a desmobilização. Com exceção da associação do São Lourenço, a qual aparenta estar em um nível maior de organização e contar com um grupo relativamente coeso e satisfatório, as outras associações se queixaram do esvaziamento da associação. Tal fato está diretamente relacionado com a questão do trabalho voluntário. O presidente da AMA Parque Barigüí, por exemplo, usou o argumento de que “não tem gente”, como justificativa, e seguiu dizendo que:

O certo seria nos dividirmos em conselhos. Quando assumi eu falei: ‘Olha, a gente precisa de um pessoal para cuidar da parte esportiva, outro para cuidar do parque, manutenção, segurança’. Só que não adianta, não tem efetivo para fazer isso. Não tem gente participativa. Está todo mundo só se preocupando com sua empresa, com seus negócios, com seu trabalho. Agora falar todo mundo fala... Se tivesse mais envolvimento, a gente conseguia bastante coisa. (Presidente da AMA Parque Barigüí).

É indo ao encontro dessa problemática que Santos (*apud* RECHIA, 2003) destaca a relevância da relação afetiva com o espaço, “pois sua ausência pode tornar os cidadãos descomprometidos com o espaço físico em que vivem, o que de certa forma elimina a vitalidade da cidade”. (p. 174).

Na seqüência, surpreendentemente, atribuiu a causa da desmobilização à falta dos problemas de primeira necessidade! Enquanto alguns moradores do entorno de diversos parques, de repente, não se organizam para lutar por melhores condições no âmbito do lazer – por possuir outras necessidades que consideram mais importantes – o presidente de um grupo de usuários, relativamente organizados, acaba afirmando justamente o inverso. Ou seja, que

não se organizam para lutar por melhores condições no âmbito do lazer por não possuírem outras necessidades.

É aquele negócio, não é um bairro carente. Se você está lá na vila tal, que é cheio de problema, não tem creche, não tem escola, não tem rua asfaltada, que não tem esgoto, aí é diferente. E mesmo assim, eu já tive contato com o pessoal dessas associações e lá também eles acabam ficando sozinhos, só fica o presidente. Mas lá ainda tem um motivo maior para brigar, agora aqui não tem. O que incomodava os caras era, final de semana, domingo à tarde, aquela zona lá no parque. Mas o nosso problema é que não tem gente engajada no projeto. (*idem*).

Mais uma vez podemos perceber uma defasagem no nível de percepção de alguns sujeitos acerca das questões de ordem cultural, política e social que permeiam a vida cotidiana. Isto pode ser claramente observado quando este presidente tenta justificar a não militância pela ausência de “problemas” no bairro. Ora, se pensarmos dessa maneira, nunca haverá espaço para refletir sobre manifestações diferenciadas como o lazer, pois os problemas estruturais existem e (com maior ou menor grau) sempre existirão. Nesse sentido, reitera-se a necessidade de haver uma educação **para** o lazer para emergir o potencial lúdico e, portanto, eleger tal manifestação também como prioridade.

Uma problemática comum a todas as categorias...

Diversas questões levantadas nas categorias se encerram em uma problemática, a qual há tempos perturba também grandes pesquisadores: a **passividade**. A guisa da conclusão de seu livro – A Revolução Urbana, de 1970 – Henry Lefebvre se vê diante desse problema, para ele perturbador: “a extraordinária passividade das pessoas diretamente interessadas, concernidas pelos projetos, postas em questão pelas estratégias. Por que esse silêncio dos usuários? Como explicar essa estranha situação?” (1999, p. 165). Para ele, a intervenção maciça dos interessados – aqui, organizados em associações de moradores e usuários – poderia mudar tal situação, potencializando cada uma das categorias tratadas nas entrevistas.

Na seqüência ele tenta cercar a origem dessa passividade, comparando-a com o bloqueio que tem freado o pensamento urbanístico e aponta quatro razões para isso: teóricas, históricas, políticas e sociológicas.

No plano teórico observa-se a substituição do espaço concreto (o do **habitar**: gestos e percursos, símbolos e sentidos, contradições e conflitos entre desejo e necessidade, etc.) por um espaço abstrato (o do **habitat**: da geometria, da técnica, do olhar de cima e de longe, da imobilidade, etc.) e, por conseguinte, a fragmentação do fenômeno urbano.

As razões históricas são múltiplas. Uma delas é que, historicamente, a Cidade, sua *Cité*, apaixonou as pessoas por muito tempo. Elas se interessavam pela organização do espaço e os rumos que a mesma tomava e participavam ativamente da produção do espaço urbano. Com o tempo – e a expansão quase descontrolada da cidade – as pessoas passaram de uma posição ativa, produtiva para uma posição passiva, desconectada, onde lhes escapa a percepção da totalidade, ou seja, passaram de atores em espectadores e, atualmente, em consumidores.

“Defendem-se contra as usurpações das autoridades centrais, contra as pressões do Estado [ou nem isso]. Mas sabem que os grandes problemas residem alhures, que as grandes decisões são tomadas noutros lugares”. (*idem*, p. 167). Este mesmo autor compara tal situação aos fenômenos da indústria onde a maioria (leigos e esclarecidos) não compreendia as conexões e apenas fragmentos, partes, unidades separadas. Não se sabia, efetivamente, apreender os fatos no pensamento, tampouco agir sobre eles.

Não ocorre o mesmo, nos nossos dias, quanto ao fenômeno urbano e à sociedade urbana? Não se sabe por onde considerá-los. Somente os espaços vazios e o vazio do espaço prestam-se à reflexão, à ação. O pleno resiste. Escapa às considerações, ou melhor, fragmenta-se indefinidamente frente à reflexão e à ação que querem apreendê-lo. O pensamento flutua entre o pleno que se pulveriza e o vazio que o desafia. (*idem*, p. 168).

Nesse sentido, as razões políticas da passividade se revelam. Há uma certa coerção para limitar as consciências. Para Lefebvre, o quantitativo é posto como regra, norma e valor no plano ideológico, técnico e político. O que escapa do quantitativo é excluído. “O terrorismo generalizado do quantificável acentua a eficácia do espaço repressivo”. (*idem, ibidem*).

Sociologicamente, as razões da passividade, para Lefebvre são, entre outras, o longo hábito da população de delegar os seus interesses e

reivindicações a seus representantes, o que poderia até ser compreensível se os mesmos – no caso os vereadores – efetivamente funcionassem como a “voz do povo” nas instâncias maiores (mas sabemos que isso não acontece). Assim, a quem confiar a delegação de poderes e a busca por melhorias no espaço? Aos especialistas, aos quais tudo é quantificável? Aos urbanistas, com suas pranchetas, escalas e olhar de satélite? Aos dois? O usuário certamente se sente excluído do processo.

O usuário? Quem é? Tudo se passa como se os competentes, os ‘agentes’, as autoridades afastassem de tal modo o *uso* em proveito da *troca* que esse uso se confundisse com a *usura*. A partir daí, como o usuário é considerado? Como um personagem muito repugnante que emporcalha o que lhe é vendido novo e fresco, que deteriora, que estraga, que felizmente realiza uma função: a de tornar inevitável a substituição da coisa, de levar a obsolescência a contento. O que muito pouco o desculpa. (*idem, ibidem*).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tais considerações não se caracterizam como o momento de apresentar as conclusões, pois acreditamos que durante todo o trabalho foram apresentadas reflexões conclusivas acerca da pesquisa. Neste momento, sem a menor intenção de considerar o trabalho acabado, ficam algumas reflexões, procurando preencher algumas possíveis arestas deixadas em aberto durante o estudo.

Este teve por objetivo investigar acerca da relação entre a oferta e a demanda nos parques da cidade de Curitiba e evidenciar a importância de uma população organizada para uma dinâmica diferenciada nesses espaços. Desse modo, procuramos percorrer um caminho teórico-metodológico que pudesse dar conta de chegarmos ao final do trabalho com condições de superar os questionamentos iniciais. A partir das referências teóricas estudadas e após a devida análise dos dados, ficam algumas considerações.

Planejados *a priori* como espaços com o intuito de preservação dos fundos de vale, matas ciliares e importantes nascentes de rios – além de poder, dessa forma, conter a voracidade do avanço demográfico – os parques da capital acabaram se tornando a “praia” dos curitibanos e atualmente são lugares diferenciados de práticas corporais para determinada parcela da população.

Um aspecto bastante peculiar entre os habitantes da cidade de Curitiba, [...], é a relação afetiva com a cidade, sinalizando a existência de um típico modo de vida coletivo onde está presente uma certa admiração pelos espaços públicos, especialmente pelos parques. Essa interação entre espaço e cidadão facilitou a adesão da população a essa composição de espaço, [...]. Portanto, hoje os parques públicos marcam a identidade da cidade. (RECHIA, 2003, p. 174).

Partindo desta premissa, ratificamos a necessidade destes espaços, inicialmente entendidos como produto do Estado, virem a ser obras dos usuários, os quais se apropriam cotidianamente e os transformam em lugares significativos, dotados de valor. É essa dialética entre espaço e lugar, produto e

obra que engendra as condições necessárias para poder surgir sujeitos organizados, alicerçados em princípios cívicos e favorecidos pelo capital social, para (re)significar as práticas sociais, em relação aos parques e ao poder público.

Com relação ao planejamento urbano de Curitiba, se nos reportarmos ao passado recente, podemos afirmar que o aclamado sucesso parece estar simbioticamente conectado com a manutenção e permanência das sucessivas gestões com mesma orientação sócio-política. Ou seja, podemos concluir que a “seqüência” administrativa garantiu, relativamente, um certo monopólio de 20 anos (a serem completados em 2008) do jeito “Lerner” de administrar.

À partir da observação dos três parques, os quais contemplam grupos de moradores do entorno, usuários e amigos organizados em associações, o que, de certa forma, mais chamou a atenção, está relacionado aos usos e formas de apropriação desses espaços. Além das usuais práticas, pré-determinadas pelos equipamentos, ou seja, as caminhadas, as corridas, as pedaladas, as “peladas”, os churrascos, entre outros, pudemos observar cidadãos “astuciosos” – se reapropriando e realizando, por exemplo, acrobacias no barranco da lateral de um dos parques – e, talvez, “saudosos” – como a mulher descalça na grama, numa possível tentativa de reaproximação com a natureza. Corroboramos com Certeau (1994), quando este afirma que “essas ‘maneiras de fazer’, constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural”. (p. 41).

Ao refletirmos sobre as possíveis razões pelas quais alguns parques de Curitiba contam com associações e outros não, devemos levar em conta que, comumente, a luta por interesses diferenciados (como o lazer, por exemplo) tem sido subjugada. Isto porque na escala de prioridades de grande parte da população as questões objetivas como saúde, segurança, habitação, etc., vêm em primeiro lugar.

Nesse sentido, uma educação **pelo** e **para** o lazer se apresenta como relevante na medida em que visa uma reflexão da importância desta manifestação e vislumbra a luta por este tempo/espaço para além dos moldes consumistas, como um direito social, estabelecido ao mesmo nível da saúde, habitação, trabalho, entre outros.

Portanto, o lazer possui em sua essência também um caráter aglutinador, pois são nesses tempos e espaços diferenciados – como os parques – que as pessoas podem se encontrar, se organizar e refletir sobre as outras dimensões da vida cotidiana que precisam, da mesma maneira, ser melhoradas.

Tal organização inicialmente se debruça sobre questões *in loco*, isto é, do bairro: saneamento, pavimentação, segurança, etc. Com o tempo percebem que algumas questões vão além da esfera do bairro, e começam a “abrir o leque”, encontrando parceiros e aumentando suas estratégias, táticas e posturas no trato com as questões públicas. Retomamos a afirmação de Walzer (*apud* PUTNAM, 2002, p. 101), na qual para este, “o interesse pelas questões públicas e a devoção às causas públicas são os principais sinais de virtude cívica”. Virtude esta a qual pode gerar toda uma rede de direitos e deveres, relações de reciprocidade mútua, cooperação, engajamento político, prestatividade, respeito e confiança.

Com relação à pesquisa empírica, ou seja, analisando as entrevistas, percebemos que falta suporte técnico para ampliar as associações e o leque na forma de departamentos ou conselhos, ou seja, não é apenas com força de vontade que se briga por uma causa específica, como saúde, esporte, lazer, meio ambiente, etc. Tal deficiência poderia ser preenchida por um profissional relacionado a essas áreas no auxílio e/ou suporte de respectivo conselho ou, quando da falta deste, o suporte poderia ser subsidiado por parcerias com Instituições de Ensino Superior ou (e principalmente) pelas chefias regionais da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, isto é, funcionando como uma espécie de assessoramento técnico.

Se fizermos apenas uma análise quantitativa entre o número de parques da cidade e o número de grupos organizados na forma de ativismos sociais, os quais lutam por melhores condições desses espaços, podemos localizar uma fragilidade política do cidadão curitibano no que se refere a participação nas decisões do governo local. Entretanto, após uma análise qualitativa, percebemos que são latentes os avanços que estes grupos de moradores e usuários organizados são capazes de viabilizar para seus respectivos parques. Tais conquistas observadas tanto na esfera objetiva – como banheiros adaptados, nova iluminação, estacionamentos, etc. – quanto na esfera subjetiva – onde as

associações podem potencializar em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade, confiança mútua, entre outros. E o poder público parece estar atento a isso, dando credibilidade e preferência para atender às demandas destes espaços os quais contam com associações.

Com relação às “maneiras de fazer”, ou seja, diferentes práticas utilizadas pelas pessoas para – nos interstícios do tempo/espço controlado – jogar com as estruturas estabelecidas e suprir suas necessidades e desejos, podemos destacar que as estratégias, táticas e astúcias elencadas nas entrevistas se apresentam como distintas e podem ser entendidas em níveis (sem a intenção do juízo de valor). Desse modo, a tática de, como já discutido, “queimar pneu” pode não ser interessante para uma associação detentora de capital social e, portanto, com credibilidade e condições de sugerir propostas qualificadas para suas demandas. Já para um grupo que reivindica uma demanda, mas não consegue se fazer ouvir, a referida tática pode vir a ser eficiente e as conquistas podem acontecer.

Vale destacar também que, com relação a questões objetivas como: mais bancos, lixeiras, iluminação nos parques, etc., as demandas (com ou sem propostas) da comunidade estão ao alcance de serem atendidas. Todavia, questões mais gerais como violência urbana, injustiças de toda ordem, exploração, entre outros, fogem do alcance da comunidade. Obviamente existe a demanda porque tais questões influenciam e, muitas vezes afetam grande parcela da população, porém não há solução tangível à gestão. É a partir daí que surgem os movimentos sociais que lutam por (ou contra) causas maiores.

A questão da violência urbana, insegurança, levantadas nas entrevistas é um fator preocupante, pois provavelmente pode acabar ocasionando a desapropriação, o esvaziamento do espaço público e “manchando” a imagem da cidade. E os gestores das políticas públicas, principalmente de uma cidade preocupada com sua imagem como Curitiba, devem estar atentos à esta demanda, pois a beleza, riqueza de um parque não se caracteriza apenas por sua assepsia, suas gramas aparadas, seus belos equipamentos, patinho, ovelha, etc., enfim, apenas pelo seu valor de troca, como algo apenas para ser consumido com os olhos, algo para turista. Nesse sentido, acreditamos que a tarefa talvez possa ser a de sensibilizar os gestores para a importância do **valor**

de uso em relação a esses espaços, transformando-os em lugares significativos.

No que tange à oferta de espaços e equipamentos para práticas no âmbito do esporte e lazer, concordamos com Rechia (2003) quando esta alerta que “devemos ter cuidado em não considerar que cabe somente ao poder público a manipulação das ofertas de lazer e esporte, e que suas formas e sua qualidade dependem somente de uma decisão deste”. Entretanto, a maioria das pessoas – inclusive algumas, organizadas em associações, com diversos parceiros – não adquiriram essa consciência. É necessário, neste sentido, não ignorar a necessidade de se preparar a comunidade para que ela própria tenha autonomia para escolher e conduzir as experiências no âmbito do lazer que melhor lhes convier.

A respeito das dificuldades enfrentadas pelas associações, a questão destacada com maior ênfase nas entrevistas foi a desmobilização. Tal fato há tempos perturba também grandes pesquisadores. Esta desmobilização pode se dar por diversos motivos, mas entre outros, é fruto da passividade – teoricamente dada pela substituição do espaço concreto em abstrato, historicamente pelo desinteresse à organização do espaço, politicamente pela coerção para limitar as consciências e, sociologicamente pelo ranço do paternalismo – e da falta de uma identidade com o espaço. É indo ao encontro dessa problemática que destacamos a relevância da relação afetiva, “topofílica”, com o espaço, “pois sua ausência pode tornar os cidadãos descomprometidos com o espaço físico em que vivem, o que de certa forma elimina a vitalidade da cidade”. (*idem*, p. 174).

Desse modo, esforços generalizados para o incentivo à organização e participação da população se fazem necessários. Pois, uma vez organizados, os cidadãos poderão superar a passividade e, a partir de um senso de responsabilidade coletiva, (re)criar uma CIDADE diferenciada, transformando espaços em **lugares** e produtos em **obras**.

Chegamos ao fim deste trabalho (ufal!). Olhando para trás, ou seja, voltando aos objetivos, temos a sensação do dever cumprido. E, a partir deste momento, o que se coloca à nossa frente é a certeza de que novos caminhos se abrem e futuros estudos nos aguardam. Fica aqui, portanto, um “convite ao vôo”.

Gostaríamos de finalizar com algumas palavras de Eduardo Galeano, para abastecer àqueles e àquelas que aceitarem o convite, para uma nova prática social, fundada em princípios cívicos.

Verdade seja dita, não há quem resista: numa época assim, por arbitrária que seja, qualquer um sente a tentação de perguntar-se como será o tempo que será. E vá-se lá saber como será. Embora não possamos adivinhar o tempo que será, temos, sim, o direito de imaginar o que queremos que seja. Em 1948 e em 1976, as Nações Unidas proclamaram extensas listas de direitos humanos, mas a imensa maioria da humanidade só tem o direito de ver, ouvir e calar. Que tal começarmos a exercer o jamais proclamado direito de sonhar? Que tal delirarmos um pouquinho? Vamos fixar o olhar num ponto além da infâmia para adivinhar outro mundo possível:

O ar estará livre de todo o veneno que não vier dos medos humanos e das paixões humanas; nas ruas os automóveis serão esmagados pelos cães; as pessoas não serão dirigidas pelos automóveis, nem programadas pelo computador; nem compradas pelo supermercado, nem olhadas pelo televisor; o televisor deixará de ser o membro mais importante da família e será tratado como o ferro de passar e a máquina de lavar roupa;

As pessoas trabalharão para viver, em vez de viver para trabalhar; será incorporado aos códigos penais o delito da estupidez, cometido por aqueles que vivem para ter e para ganhar, em vez de viver apenas por viver, como canta o pássaro sem saber que canta e como brinca a criança sem saber que brinca;

Em nenhum país serão presos os jovens que se negarem a prestar serviço militar, mas irão para a cadeia os que desejarem prestá-lo; os economistas não chamarão nível de vida de nível de consumo, nem chamarão qualidade de vida a quantidade de coisas; os cozinheiros não acreditarão que as lagostas gostam de serem fervidas vivas; os historiadores não acreditarão que os países gostam de serem invadidos; os políticos não acreditarão que os pobres gostam de comer promessas;

Ninguém acreditará que a solenidade é uma virtude e ninguém levará a sério aquele que não for capaz de deixar de ser sério; a morte e o dinheiro perderão seus mágicos poderes e nem por falecimento ou fortuna o canalha será transformado em virtuoso cavaleiro; ninguém será considerado herói ou pascácio por fazer o que acha justo em lugar de fazer o que mais lhe convém;

O mundo já não estará em guerra contra os pobres, mas contra a pobreza, e a indústria militar não terá outro remédio senão declarar-se em falência; a comida não será uma mercadoria e nem a informação um negócio, por que a comida e a informação são

direitos humanos; ninguém morrerá de fome, porque ninguém morrerá de indigestão;

Os meninos de rua não serão tratados como lixo, porque não haverá meninos de rua; os meninos ricos não serão tratados como se fossem dinheiro, porque não haverá meninos ricos; a educação não será privilégio de quem possa pagá-la; a polícia não será o terror de quem não possa pagá-la; a justiça e a liberdade, irmãs siamesas condenadas a viverem separadas, tornarão a unir-se, bem juntinhas, ombro contra ombro;

Uma mulher, negra, será presidente do Brasil, e outra mulher, negra, será presidente dos Estados Unidos da América; e uma mulher índia governará a Guatemala e outra o Peru; na Argentina, as loucas da Praça de Mayo serão um exemplo de saúde mental, porque se negaram a esquecer dos tempos da amnésia obrigatória;

A Santa Madre Igreja corrigirá os erros das tábuas de Moisés e o sexto mandamento ordenará que se festeje o corpo; a Igreja também ditará outro mandamento, do qual Deus se esqueceu: "Amarás a natureza, da qual fazes parte"; serão reflorestados os desertos do mundo e os desertos da alma; os desesperados serão esperados e os perdidos serão encontrados, porque eles são os que se desesperam de tanto esperar e os que se perdem de tanto procurar;

Seremos compatriotas e contemporâneos de todos que tenham aspiração de justiça e aspiração de beleza, tenham nascido onde tenham nascido e tenham vivido quando tenham vivido, sem que importem nem um pouco as fronteiras do mapa ou do tempo;

A perfeição continuará sendo um aborrecido privilégio dos deuses; mas, neste mundo confuso e fastidioso, cada noite será vivida como se fosse a última e cada dia como se fosse o primeiro.

Eduardo Galeano.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund. Tempo livre. *In*: ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund. **Palavras e sinais: modelos críticos 2**. Trad. Maria Helena Ruschel. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

AMARAL, Sílvia Cristina Franco do. **Políticas públicas de lazer e participação cidadã: entendendo o caso de Porto Alegre**. Campinas, [s. n.], 2002. Tese de Doutorado.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Trad. Afrânio Mendes Catani. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

BRAMANTE, Antônio Carlos. **Lazer: concepções e significados**. *In*: LICERE. v.1, nº1. Setembro, Belo Horizonte, 1998.

BRUHNS, Heloisa Turini (org.). **Lazer e Ciências Sociais: Diálogos Pertinentes**. São Paulo: Editora Chronos, 2002.

CAMARGO, Luiz Otávio de Lima. **Lazer: concepções e significados**. *In*: LICERE. v.1, nº1. Setembro, Belo Horizonte, 1998.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-Tempo na Metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. (1.Artes de fazer). Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

COSTA, Maria Alice Nunes. **Sinergia e Capital Social na Construção de Políticas Públicas: a favela da Mangueira no Rio de Janeiro**. *In*: Revista de Sociologia e Política. Curitiba, nº. 21: 147-163, nov. 2003.

CURITIBA, Prefeitura Municipal de. **Curitiba, na prática**. Curitiba: IPPUC, 2002.

DE DECCA, Edgar Salvatori. E. P. Thompson: tempo e lazer nas sociedades modernas. *In*: BRUNHS, Heloísa Turini (org). **Lazer e ciências sociais: diálogos pertinentes**. São Paulo: Editora Chronos, 2002.

DE GRAZIA, Sebastian. **Tiempo, trabajo y ocio**. Trad. C. V. Parga. Madri: Editora Tecnos, 1996.

FARRET, Ricardo Libanez. **O Estado, a questão territorial e as bases de implantação de Brasília**. *In*: Espaço e Debates, n.15, p. 99-108, 1980.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Básico da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Trad. Lúcia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

FROMM, Erich. **Meu encontro com Marx e Freud**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1963.

GALEANO, Eduardo. **Galeano de pernas pro ar**. São Paulo: Editora LPM, 1999.

GEBARA, Ademir. Considerações para uma história do Lazer no Brasil. *In*: BRUHNS, Heloísa Turini (org.). **Introdução aos estudos do lazer**. Campinas: Editora Unicamp, 1997.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Trad. Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: LTC – Livros técnicos e científicos Editora S/A, 1989.

GOMES, Christiane Luce. **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens**. Trad. João Paulo Monteiro. 4ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC). **Plano de Recreação em Curitiba**: Pesquisa, Diagnóstico e Propostas. Curitiba, 1973.

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE JANEIRO (IUPERJ). **Dimensões do planejamento urbano**: o caso de Curitiba. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1973.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de grandes cidades**. Trad. Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Editora Martins Fontes (coleção a), 2000.

LAVILLE, Christian & DIONNE, Jean. **A Construção do Saber**: Manual de Metodologia de Pesquisa em Ciências Humanas. Trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Editora UFMG e ARTMED, 1999.

LAFARGUE, Paul. **O Direito à preguiça**. Trad. J. Teixeira Coelho Netto. Lisboa: Editora Estampa, 1980.

LEFBVRE, Henry. **O Direito à cidade**. Trad. J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Editora Documentos, 1969.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. **A categoria Espaço na teoria social**. *In*: Temáticos. Campinas 4(7): 191-238, jan./jun. 1996.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **O lazer na cidade**. Texto apresentado ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico para fundamentar o processo de tombamento do Parque do Povo. São Paulo, 4 de julho de 1994.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer: concepções e significados**. In: LICERE. v.1, nº1. Setembro, Belo Horizonte, 1998.

MASCARENHAS, Fernando. **Lazer como prática de liberdade**. Goiânia: Editora da UFG, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretária de Educação Especial. **Educação Inclusiva**. Brasília, MEC, 2004.

OLIVEIRA, Dennison de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

OLIVEIRA, Márcio de. **A trajetória do discurso ambiental em Curitiba (1960-2000)**. In: Rev. Sociologia e Política, nº16. Curitiba, 2001.

PADILHA, Valquíria. **Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito**. Campinas: Editora Alínea, 2000.

PINTO, Leila Mirtes de Souza. **Lazer: concepções e significados**. In: LICERE. v.1, nº1. Setembro, Belo Horizonte, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Curitiba: gestão ambiental**. Material informativo para o COP8, MOP3. Curitiba, 2006.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Lei nº. 10.098 de 19 de dezembro de 2000**. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/sicorde/lei10098.asp>

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna**. 3ª edição. Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

RECHIA, Simone. **Parques públicos de Curitiba: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer**. UNICAMP: Campinas, 2003. Tese de Doutorado.

_____. **Espaço e planejamento urbano na sociedade contemporânea: políticas públicas e a busca por uma marca identitária na cidade de Curitiba**. In: Revista Movimento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Educação Física. vol. 11, n. 3, set. 2005.

_____. **O Estado do Paraná e seus espaços e equipamentos de esporte lazer e cultura: uma breve análise comparativa entre Londrina, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu**. Curitiba, 2006a. *Mimeo*.

_____. **O Pulsar da Vida Urbana: o Espaço, o Lugar e os Detalhes do Cotidiano**. In: Anais do Encontro Nacional de Recreação e Lazer. Curitiba, 2006.

REIS, Rodrigo Siqueira. **Determinantes ambientais para a realização de atividades físicas nos parques urbanos de Curitiba: uma abordagem sócio-**

ecológica da percepção dos usuários. Santa Catarina, [s.n.], 2001. Dissertação de Mestrado.

RELPH, Edward C. **As bases fenomenológicas da geografia**. In: Geografia, São Paulo, v.4, n.7, AGETEO, 1979.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 5ª edição. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997a.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora Edusp, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de & RODRIGUES, Glauro Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

TUAN. Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Editora Difel, 1975.

_____. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Editora Difel, 1983.

VEBLER, Thorstein Bunde. **A Teoria da Classe Ociosa**: um estudo econômico das instituições. Trad. Olívia Krähenbühl. São Paulo: Editora. Pioneira, 1965.

APÊNDICES

PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DE ESPORTE E LAZER

NOME DO ESPAÇO:

PERFIL

Caráter / Responsável: Órgão responsável pelo espaço (prefeitura, estado, privado, etc.).

Localização: Endereço completo.

Número de pessoas que atende: Média de público.

Data de Fundação: Data em que o espaço foi inaugurado.

Histórico: Resumo da história do local, o que tinha antes no lugar, porque se deu sua construção, reformas ocorridas, etc.

ACESSIBILIDADE

Espaço físico (adequação a portadores de necessidades especiais): Possibilidades de acesso a portadores de qualquer tipo de necessidades especiais em todos os espaços e equipamentos.

Meios de transporte: Facilidade ou dificuldade de se chegar ao local, quais os ônibus, vias de acesso, estacionamento, etc.

Valor: Se há cobrança de alguma taxa para a utilização de qualquer espaço ou equipamento e o valor cobrado.

Horário: Horário disponível para a utilização do público.

Tempo: Se o espaço fica disponível para a utilização todos os dias, somente durante a semana, só nos fins de semana ou apenas durante o período de férias.

DESCRIÇÃO

Área total: Quanto mede (m², hectares, alqueires, etc.) a área ocupada pelo espaço.

Equipamentos: Descrição detalhada e quantificação dos equipamentos disponíveis (exemplo: uma quadra poliesportiva de cimento, pintada de verde com linhas brancas, sem rede, em espaço aberto, sem grades ao redor e com 5 bancos de madeira em volta), e outras coisas que forem consideradas relevantes.

Materiais: Se existem materiais (bolas, redes, jogos, corda, etc.) disponíveis, quantidades e condições destes materiais.

Condições: Se o local é limpo, se há segurança, iluminação e manutenção dos equipamentos.

Banheiros: Se há banheiros, qual a quantidade, a localização e manutenção/ limpeza.

APROPRIAÇÃO

Projetos: Se existem e quais são os projetos existentes no espaço (ONG's, projetos sociais, escolinhas, recreação, etc.).

Faixa etária / Sexo: Qual a faixa etária e o sexo que mais utiliza o espaço.

Formas de apropriação: Quais as práticas de lazer observadas no local.

Outras possibilidades de apropriação: Quais outras práticas poderiam ser realizadas no local (a critério do grupo).

USUÁRIOS: (se for o caso)

Idade / Sexo: Qual a idade e o sexo da pessoa entrevistada.

Residência: Qual o bairro em que a pessoa entrevistada mora.

Transporte: Qual meio de transporte é utilizado para chegar neste espaço.

Frequência: Qual a frequência com que o usuário utiliza o local.

Formas de apropriação: Quais os equipamentos e como ele utiliza o espaço.

Opinião sobre as condições: O que o usuário acha das condições do espaço/equipamentos.

Pontos positivos, negativos e sugestões: O que o usuário considera bom e ruim no local e quais as sugestões para a melhora do espaço.

PERGUNTAS AOS SECRETÁRIOS REGIONAIS

1. Quanto tempo está no cargo?
2. Como é a relação desta gestão com os Parques?
3. Como é a relação com as Associações de Usuários dos Parques desta regional?
4. Existe algum projeto ou ação sendo desenvolvida em parceria com tais instituições no momento?
5. Houve algum projeto ou planejamento nesses espaços cuja idéia ou reivindicação tenha partido de tais Associações? Se sim, quais?
6. As intervenções no âmbito do esporte e do lazer que esta secretaria eventualmente realiza nestes espaços contam com o apoio de tais Associações? A recíproca é verdadeira?
7. Basicamente, como se dá a manutenção destes espaços? Existe **CO-GESTÃO** com as Associações?
8. Sobre o binômio oferta *versus* demanda nesses espaços, o que este órgão dispõe e o que as Associações mais solicitam e/ou cobram?

PERGUNTAS AOS PRESIDENTES DAS ASSOCIAÇÕES

1. Quanto tempo tem a associação?
2. Qual o motivo de criação da associação?
3. Como é a relação com o poder público?
4. Como essa associação se organiza, quais as estratégias para buscar os anseios dos usuários?
5. Quais foram as conquistas até agora? E quais são as demandas daqui para frente?
6. O que é a co-gestão para esta associação?
7. Quais são as dificuldades enfrentadas?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, RG: _____, estou sendo convidado(a) a participar do trabalho intitulado “Diálogos entre Oferta e Demanda: Uma Análise da Relação entre o Poder Público e os Grupos de Ativismos Sociais referentes aos Parques da Cidade de Curitiba”, cujo objetivo principal é *compreender a relação entre a administração pública e os cidadãos organizados, no que tange às ofertas e demandas para os parques da cidade de Curitiba que contam com associações*.

Em outras palavras, verificar se a aquilo que os sujeitos organizados em associações de moradores e usuários em alguns parques da cidade anseiam (suas aspirações, desejos e preferências de vivências de práticas corporais lúdicas), convergem ou divergem com aquilo que os administradores e técnicos da administração municipal planejam, propõem e disponibilizam aos espaços em questão.

Portanto, minha participação na pesquisa acaba sendo fundamental para o avanço do entendimento (em ambas as esferas) e esclarecimento da relevância destes espaços para vivências significativas no âmbito do esporte e lazer por parte dos usuários organizados.

Caso aceite participar desta pesquisa, estou ciente de que responderei a uma entrevista, que poderá ser gravada, a qual foi elaborada pelo pesquisador, com base em literatura específica. Estou ciente ainda que minha privacidade será respeitada, preservando a confidencialidade dos meus dados pessoais (nome, endereço ou quaisquer outras informações). A tabulação dos dados será de forma codificada, respeitando a confidencialidade dos sujeitos da pesquisa.

Compreendo que os benefícios de minha participação sejam que os dados obtidos nesta entrevista possam servir de base para elaboração de uma dissertação de Mestrado sobre a relação entre a oferta e a demanda no âmbito do esporte e lazer nos parques de Curitiba.

Estou ciente que posso, a qualquer momento, me recusar a participar do estudo ou retirar meu consentimento, sem justificativa prévia ou qualquer ônus à minha pessoa. Declaro ainda estar ciente de que não receberei qualquer pagamento pela participação no trabalho, da mesma forma, não terei que desembolsar qualquer quantia em dinheiro para tal.

O trabalho de pesquisa será realizado pelo mestrando Rodrigo de França, aluno regularmente matriculado no Programa de Mestrado em Educação Física da UFPR, sob orientação da professora Dr^a. Simone Rechia, docente desta Universidade.

Li, portanto, este termo e fui orientado(a) quanto ao teor da pesquisa acima mencionada, que compreendi a natureza e o objetivo do trabalho de pesquisa do qual fui convidado(a) a participar.

Curitiba, _____ de _____ de 2007.

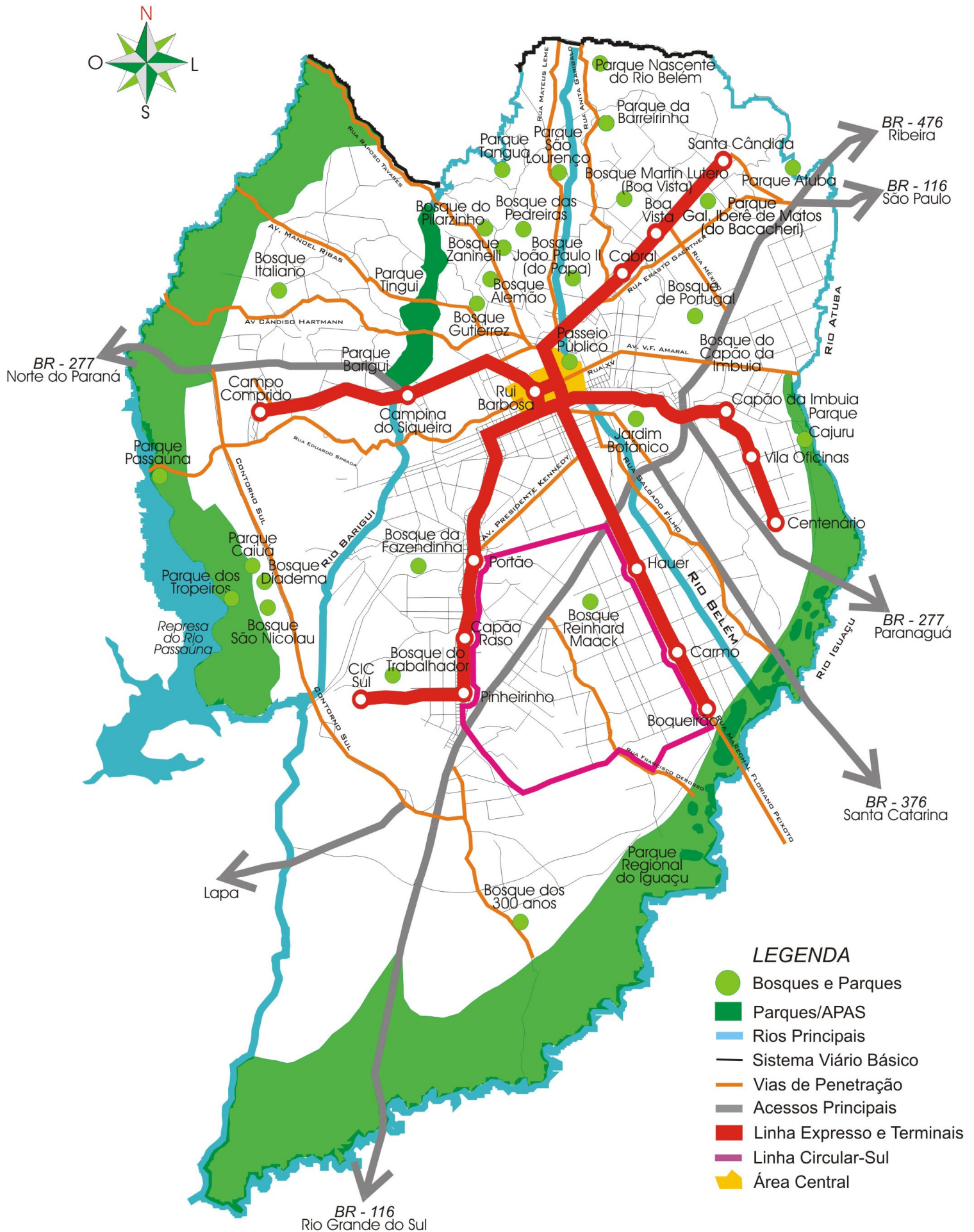
Sujeito da Pesquisa

Rodrigo de França

Contato: (41) 3286-3019 ou 9153-4024

ANEXOS

Parques e Bosques de Curitiba - 2005





PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

Secretaria Municipal da Comunicação Social

Meio Ambiente

Em 2006, Prefeitura revitalizou 72 parques e praças da cidade

Em 2006, a Prefeitura de Curitiba revitalizou 72 praças e parques da cidade. Os investimentos municipais recuperaram importantes ícones da cidade, como os parques das Pedreiras, São Lourenço, Tanguá, Tingüí, Barreirinha, Náutico, Reinhardt Maack, Zoológico, Passeio Público, Jardim Botânico, Bacacheri e Bosque Alemão.

“Além de espaços para o lazer das famílias curitubanas, os parques e as praças são patrimônios naturais e parte da memória da cidade. Nossa administração está resgatando estes locais com objetivo de conservar a diversidade biológica e deixá-los em plenas condições de uso público”, afirma o prefeito Beto Richa.

As obras recuperaram edificações que ofereciam riscos à segurança dos usuários. Foram refeitas estruturas de pontes, passarelas, calçadas, telhados e iluminação entre outros equipamentos. A administração também investiu na construção de novos equipamentos e atrativos dentro de parques e praças, como banheiros e canchas esportivas.

Além disso, neste ano o município reestruturou os equipamentos levando em conta padrões de acessibilidade, reformando e construindo acessos, vagas de estacionamento e banheiros que atendem a portadores de deficiências físicas.

Parque das Pedreiras - Os quatro banheiros para portadores de deficiência dos principais atrativos do parque - Pedreira e a Ópera de Arame -, que não atendiam às especificações exigidas, foram ampliados. Também foram eliminados degraus e obstáculos. Rampas e calçamentos apropriados à circulação de deficientes e quatro vagas para veículos especiais já estão prontas. O investimento no Parque das Pedreiras inclui também uma pista de asfalto para facilitar o acesso de deficientes ao palco. A Secretaria do Meio Ambiente também está preparando a estrutura para instalação de um elevador especial na Ópera de Arame, para acesso aos três níveis do teatro. O equipamento será colocado no ano que vem.

Passeio Público – Em 2006 o Passeio Público ganhou novo calçamento interno. O antigo pavimento, irregular e esburacado, cedeu lugar a um piso novo e homogêneo. A complementação das novas calçadas será feita em janeiro. A obra atende a uma antiga reivindicação feita pelos frequentadores do lugar.

Parque Náutico – Outra grande revitalização foi iniciada pela prefeitura. Estão sendo construídos novos sanitários - um adaptado a portadores de deficiência física -, ciclovia e terraplanagem, que deixará o local mais plano e com melhor visibilidade. A reforma do Náutico inclui intervenções para melhoria da qualidade da água dos lagos. A secretaria está retirando espécies invasoras, como os “repolhos d’água”.

Bosque Alemão – Reforma de toda estrutura de madeira. Escadarias, rampas e passarelas e coberturas que estavam comprometidas pela ação do tempo foram refeitas. As estações que contam a história de João e Maria foram reformadas. Todos os equipamentos do local passaram por limpeza geral nova pintura. O bosque também ganhou um estacionamento especial para ônibus de turismo.

Bosque Reinhardt Maack – A Prefeitura recuperou e restaurou os brinquedos da Trilha da Aventura, os principais atrativos do lugar. Os equipamentos, que estavam desgastados pelo uso intenso e pela ação do tempo, não passavam por uma reforma mais ampla desde a inauguração do espaço, há 17 anos. A falta de investimentos colocava em risco a segurança dos usuários. No bosque, a Secretaria do Meio Ambiente substituiu 952 metros cúbicos de troncos de eucaliptos, 60 metros de correntes e 50 metros de cordas, além de pinturas e sinalização.

Zoológico – O novo portal com guarita, equipado com catracas de controle de acesso reduziu os congestionamentos na entrada do parque. Na guarita, os funcionários ganharam uma área equipada com copa e banheiro para uso exclusivo dos trabalhadores. Dois novos conjuntos de sanitários para uso do público foram construídos, um próximo ao portal de entrada e outro ao lado da administração do parque. Antes, tinha apenas um bloco para atender os visitantes. A Prefeitura também construiu um fraldário. O equipamento era reivindicado pelos frequentadores. O antigo centro de educação ambiental foi reformado e transformado em Centro de Apoio ao Visitante. No sábado (16/12/06), foi inaugurada a nova cozinha para preparo das refeições dos animais. Além da estrutura física, os investimentos incluíram aquisição de novos equipamentos, como congeladores, balanças, armários e geladeiras.

Botânico – Em 2006, o prefeito Beto Richa entregou aos curitibanos um renovado Jardim Botânico. A recuperação de um dos mais importantes ícones da cidade, e importante centro de pesquisa da flora paranaense, foi possível graças à credibilidade do município junto à iniciativa privada. Com recursos privados, o Botânico teve sua primeira grande reforma desde sua inauguração em 1991. O projeto patrocinado pela empresa brasileira de cosméticos, Natura, incluiu a restauração da estufa que abriga o acervo de plantas raras e representativas do ecossistema Floresta Atlântica. A reforma incluiu a implantação de um moderno sistema de irrigação do jardim francês; instalação de cerca de proteção em volta do bosque de araucária, nova sinalização do local e a manutenção anual das áreas verdes.

São Lourenço – Toda a iluminação do parque foi refeita, com a instalação de novos postes e lâmpadas mais potentes. Em novembro foi iniciado a dragagem do lago, serviço que não era feito há sete anos. Os sanitários do parque foram reformados e construído um banheiro para deficientes físicos.

Bacacheri – Em 2006, o Parque Bacacheri ficou livre da poeira e do barro. As obras de drenagem, com instalação de rede de captação de água das chuvas, pavimentação com asfalto e novas calçadas eliminaram problemas de lama, poeira e poças de água, que provocavam acidentes e desconforto. O paisagismo na entrada do parque e as novas calçadas, com blocos de cimento melhoraram a segurança dos pedestres e deixaram o Bacacheri ainda mais bonito.

Tanguá e Tingüí – Reforma das passarelas e dos mirantes. Construção de sanitários para deficientes físicos em ambas as unidades. No parque Tingüí foi construída uma quadra poli esportiva.

Cajurú – A Prefeitura entregou à população a segunda etapa do parque linear do Cajurú. Com 440 metros de extensão e uma área de 18 mil metros quadrados, o trecho de uma antiga ocupação irregular às margens do rio Atuba foi equipado com ciclovia, mesas de jogos, iluminação, canchas de vôlei, futebol de areia e playground para uso da comunidade. Antes da obra, a Prefeitura relocou, dentro da mesma região, as famílias que vivam no local, em condições precárias.

Bosque Vila Verde – A prefeitura transformou um terreno abandonado e tomado de lixo e mato em área de lazer e de preservação ambiental na Vila Verde, CIC. O bosque que fica entre as ruas Emílio Romani e Vereador Victorio José Roda. Os moradores região ganharam brinquedos, pista de skate, ciclovia e canchas esportivas. A prefeitura também fez o paisagismo do local e a instalação da iluminação no Bosque.

MEIO AMBIENTE

Nova pista de skate será entregue em março

Em março próximo os skatistas de Curitiba ganharão um novo espaço para praticar o esporte. A Prefeitura está concluindo a construção da maior pista pública de skate da cidade.

A inauguração da nova pista, pelo prefeito Beto Richa, fará parte das comemorações dos 314 anos da capital. A pista fica no Centro de Esporte e Lazer Avelino Vieira, no Bacacheri.

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente, responsável pelo projeto, está fazendo o acabamento final da obra e o paisagismo no entorno. Com 450 metros quadrados, a pista terá cinco grupos de obstáculos e poderá ser usada tanto por iniciantes no esporte como por skatistas já experientes. A pista foi projetada para manobras da categoria *streetpark*, que imita obstáculos de ruas. Os cinco grupos de obstáculos contam com rampas, curvas, caixotes e tobogã.

O skatista e arquiteto Fábio Stingen, foi um dos esportistas consultados pela Secretaria do Meio Ambiente na elaboração do projeto. Segundo Stingen, além da estrutura, a localização escolhida para implantação da pista também favorece o esporte. “A região tem bastante praticantes de skate e era carente deste tipo de equipamento”, diz.

A localização escolhida pela Prefeitura para a nova pista é estratégica. O Centro Esportivo abriga uma série de outros equipamentos esportivos e conta com professores de educação física. A pista também próxima à escola municipal Eny Caldeira.

Publicado em 09/02/2007 às 15h01min, em
www.curitiba.pr.gov.br/Noticia.aspx?n=8247

MEIO AMBIENTE

Dragagem vai retirar 850 toneladas de lodo do lago do São Lourenço

A Prefeitura de Curitiba está fazendo a dragagem do lago do parque São Lourenço para retirar 850 toneladas de lodo. A dragagem faz parte do pacote de investimentos municipais na revitalização do Parque São Lourenço.

O investimento da Secretaria Municipal do Meio Ambiente nas obras de dragagem é de R\$ 230 mil. O secretário do Meio Ambiente, Mário Sérgio Raser, alerta que em função dos trabalhos, o trânsito de caminhões ao redor do parque ficará mais intenso.

“Todos os cuidados necessários serão tomados. A empresa contratada pela Prefeitura foi orientada a executar os serviços com a máxima responsabilidade e cautela, para não colocar em risco a segurança dos frequentadores e visitantes”, disse. “Mas, pedimos a compreensão da comunidade, uma vez que a obra é temporária e vai trazer melhoria para todos”, acrescentou Raser.

A estimativa é retirar do lago 40 mil metros cúbicos de lodo (matéria orgânica) e areia. O material será depositado numa área do parque, preparada com diques de contenção para evitar vazamento. Depois de seco, e com volume reduzido, o material será transportado para o aterro da Caximba.

Um estudo da Secretaria do Meio Ambiente demonstra que o lodo e a areia ocupavam 1,5 metro do fundo do lago. A última dragagem do lago, um dos principais atrativos do parque, foi feita há mais de oito anos. O acúmulo de material dificultava a oxigenação da água, comprometendo a qualidade do ambiente.

Conforme os trabalhos avançam, a Secretaria recompõe as margens do lago. Além do reforço de taludes são feitas melhorias no paisagismo e plantio de grama. “São intervenções de saneamento que deixam os passeios no parque muito mais agradáveis”, diz o diretor de Parques e Praças da Secretaria, Sérgio Tocchio.

O parque ganhou também três novos banheiros, incluindo um para pessoas com deficiência. Os banheiros foram instalados ao lado da sede da Guarda Municipal. Até então, o parque contava apenas com um sanitário antigo, em péssimas condições.

Publicado em 30/01/2007 às 10h01min, em
www.curitiba.pr.gov.br/Noticia.aspx?n=8138

PARQUES E BOSQUES³⁵

JARDIM BOTÂNICO MUNICIPAL

Francisca Maria Garfunkel Rischbieter

O Jardim Botânico de Curitiba, inaugurado em 5 de outubro de 1991, funciona como um centro de pesquisas da flora do Paraná. Contribui para a preservação e conservação da natureza, para a educação ambiental, na formação de espaços representativos da flora brasileira e ainda oferece uma alternativa de lazer para a população. O nome oficial é uma homenagem à urbanista Francisca Maria Garfunkel Rischbieter, uma das pioneiras no trabalho de planejamento urbano de Curitiba.

Mais de 40% de sua área total que é de 178.000 m², correspondem a um remanescente florestal típico da vegetação regional (capões), com nascentes que formam os lagos, onde uma trilha leva o visitante a um contato maior com a natureza numa área bem próxima do centro da cidade.

Sua principal atração é uma estufa de ferro e vidro com 450 m², inspirada no Palácio de Cristal de Londres, que em seu interior abriga exemplares vegetais característicos de regiões tropicais. Emoldura a estufa um imenso jardim francês com seus canteiros geométricos, cujas flores são plantadas e mantidas por crianças carentes da região, que desta forma aprendem uma profissão e também as primeiras noções de ecologia. Esculturas como “A Mãe” (situada no jardim), também fazem parte da paisagem.

Circundando a estufa há um espaço com 1740 m², destinado a exposições periódicas, entre as quais: orquídeas, bromélias, ikebanas e bonsais de diversas espécies. No Museu Botânico Municipal cientistas e pesquisadores de todo o mundo encontram um dos maiores herbários do país, com o que há de mais representativo da flora paranaense e brasileira. Incentivar o amor à natureza e a sua proteção completam o trabalho científico desenvolvido pelo Museu.

Área: 278.000 m²

Localização: Avenida Lothário Meissner x Rua Ostoja Roguski

Bairro: Jardim Botânico

Acesso: gratuito

Ano de Implantação: 1991

Fauna: saracura, ouriço, sanhaço, canário-da-terra, preá, gambá e pequenos roedores, sabiá.

Flora : araucária, imbuia, cedro, aroeira, pimenteira e pitangueira

Equipamentos: estufa, galeria de exposições, Museu Botânico Municipal, bistrô , jardim francês, lago, fontes, pista de cooper, trilhas, sanitários públicos, loja, equipamentos de ginástica e estacionamento

Horário de funcionamento: Jardim Botânico - de segunda-feira a domingo, das 8h às 20h e Salão de Exposições do Museu Botânico - de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e 13h às 18h e nos sábados, domingos e feriados, das 8h às 18h

Ônibus: Expresso Centenário ou Capão da Imbuia - Jardim Botânico (a partir da Rua Dr. Muricy) e Linha Turismo.

³⁵ Dados fornecidos pela Prefeitura e referentes a quase todos os parques e bosques da cidade.

PARQUE IGUAÇU

Iguaçu é “água grande” na linguagem dos primeiros habitantes dessa terra, os índios. O rio Iguaçu nasce na Região Metropolitana de Curitiba e, cortando o Estado, despenca em cataratas na sua foz, no grande Rio Paraná. O Parque Iguaçu foi implantado a partir de 1976, na região sudeste de Curitiba, para preservar os fundos de vale do Rio Iguaçu, o mais importante do Paraná. Tem 14 km de extensão, uma largura média de 571m e uma área de aproximadamente 8.200.000 m².

Entregue aos curitibanos em 1982, o Zoológico Municipal, que ocupa 530.000 m² do Parque Municipal do Iguaçu, foi criado para acolher os grandes animais (até então confinados no Passeio Público, em pleno centro da cidade), propiciar condições de reprodução para os animais nativos e ainda servir de porto seguro para as aves migratórias. Ali, hoje, convivem mais de 1000 animais de 80 espécies, com todas as condições de preservação, num habitat muito próximo ao natural. Em plena área urbana, o zoológico é também um grande espaço de educação ambiental. A Casa do Acantonamento, por exemplo, é pioneira no país e realiza atividades recreativas e ecológicas com grupos de crianças. Possui um zoológico com animais domésticos, pomar, horta educativa e trilha ecológica.

O setor esportivo, com área aproximada de 126.000m² é constituído pelo Parque Peladeiro contendo equipamentos como: canchas de futebol, futebol de areia e vôlei, vestiários, sanitários, playground e um estádio destinado à prática de beisebol com arquibancadas, iluminação, estacionamento e lanchonete.

O setor náutico, com área aproximada de 2.300.000 m², destinados a esportes náuticos não poluentes (remo, vela e canoagem), é dotado dos seguintes equipamentos: sede administrativa, cais/ancoradouro, garagem de barcos, sanitários, lanchonete, mirante, raias, arquibancada lateral, torre de cronometragem para canoagem e canal inter-cavas.

Área: 8.264.316 m²

Localização: entre a linha férrea e o Rio Iguaçu

Bairro: Cajuru, Boqueirão e Alto Boqueirão

Acesso: gratuito

Ano de Implantação: 1976

Fauna: garça, jacanã, maçarico, vanelo, turdo, saracura, marreca do banhado, pato selvagem, gavião, rola, tico-tico, parará, cotia, nútria, capivara, preá, lagarto, cágado da água, cobras de pequeno e médio porte, roedores de pequeno porte.

Flora: floresta nativa, com variadas espécies: branquinho, vacuum, aroeira, casearia, juvevê, timbó, araucária, pinheiro brabo, carne de vaca, covatã, pimenteira, corticeira do banhado, pitangueira, guabirobeira, cambuí, cambará, cedro rosa, canjerana, bracatinga, ipê amarelo e roxo e árvores frutíferas.

Equipamentos: zoológico, estacionamentos para carros e ônibus, quiosques, bar e lanchonete, ancoradouros, choupana, bicicletário, canal de circulação de barcos, ciclovia, trilha para acantonamento, casa de educação ambiental, canchas esportivas.

Horário de funcionamento: Zoológico: de terça-feira a domingo, das 8h às 17h, Parque Náutico e Peladeiro: ininterrupto

Ônibus: Zoológico: Bi-articulado Boqueirão (Praça Carlos Gomes); Alimentador Zoológico (Terminal Boqueirão); Pró-parque – domingos e feriados (saída do Passeio Público)

PARQUE PASSAÚNA

Originalmente apahuna, o nome indígena foi sendo modificado até chegar a passaúna, que pode ser traduzido por “homem negro”. Inaugurado em 1991, o parque nasceu para preservar a qualidade da água da represa do Rio Passaúna, considerada como interesse de proteção ambiental desde 1980 e responsável por parte do abastecimento de água para a população curitibana.

No parque, a principal atração é o mirante de 12 metros de altura. Localizado no alto de um morro à beira da represa, à 60 metros do nível do lago, propicia uma visão privilegiada das águas mansas, da exuberância da mata e do vizinho Município de Campo Largo. Ao longe, avistam-se as chaminés das antigas olarias: Alberto Klemtz, Isfer, Baggio e Santa Rosa, que encerram em suas sólidas construções parte da história de Curitiba.

A trilha ecológica, com 3,5 km de extensão, junto ao lago e em meio ao bosque, percorre caminhos com pontes de madeira, recantos com churrasqueiras, ancoradouros para pescarias e acesso às antigas olarias.

O Passaúna, localizado na parte oeste de Curitiba, a 12km do centro da cidade, representa não só uma área protegida por decreto como APA – Área de Proteção Ambiental, mas como uma grande opção de lazer para o curitibano.

Área : 6.500.000 m²

Localização: final da R. Eduardo Sprada, na divisa com o Município de Campo Largo

Bairro: Augusta

Ano de implantação: 1991

Acesso: gratuito

Fauna: lontra, capivara, paca, tatu, biguá, garça, mergulhão, jaçanã, cágado, gavião e graxaim

Flora: branquilha, guamirim, guaçuatunga, aroeira, pinheiro-bravo, corticeira, açoita-cavalo, tarumã, cafezeiro-do-mato, imbuia, araucária, cedro, guabiroba.

Equipamentos: mirante, lago, trilha ecológica, churrasqueiras, portal, pontes e estacionamentos

Horário de funcionamento: de segunda-feira a domingo, ininterrupto

Ônibus: Expresso Campina do Siqueira (Praça Rui Barbosa), Alimentador da Vila Marqueto (Terminal do Campina do Siqueira) e Pró-Parque – domingos e feriados (saída do Passeio Público)

PASSEIO PÚBLICO

É o mais antigo parque municipal de Curitiba, criado por Alfredo D'Estragnolle Taunay quando presidente da Província do Paraná, e inaugurado em 1886. Nasceu da drenagem de um terreno pantanoso. Passou por várias transformações ao longo do tempo, tendo sido conhecido como Jardim Botânico.

A partir de sua inauguração, o Passeio se tornou o mais tradicional ponto de encontro dos curitibanos, cumprindo integralmente a sua finalidade. Em 2 de julho de 1887 ali foram inaugurados 8 lampiões a gasolina, mais tarde aumentados para 17, doados pelo comércio e a indústria da cidade. A 19 de dezembro de 1887, ali brilhou pela primeira vez na noite curitibana a lâmpada incandescente de luz elétrica, em concorrida demonstração realizada pelo alemão Schewing que, auxiliado pelo engenheiro Lazzarinni, um dos construtores da Catedral, instalou um gerador para informar a Província do mais novo prodígio da ciência moderna.

O Passeio Público, primeiro zoológico da cidade, foi palco de fatos marcantes na vida cultural e no folclore curitibanos. Em 1909, foi dali que alçou voo num balão a intrépida Maria Alda, para aterrizar desastrosamente no telhado da Catedral Metropolitana, na Praça Tiradentes. Em 1911, na ilha desde então chamada da Ilusão, o simbolista Emiliano Perneta foi coroado “Príncipe dos Poetas Paranaenses”.

Na década de 70, com a concretagem do lago e a canalização do Rio Belém na Rua Ivo Leão, o lago passou a ser alimentado por água de poços artesianos. Atualmente, o Passeio funciona como sede do Departamento de Zoológico e abriga os pequenos animais que permaneceram quando o Zoológico se transferiu para o Parque Iguazu em 1982.

É o parque mais central da cidade, com implantação e equipamentos em torno do verde de diversas espécies nativas e exóticas. Carvalhos e ciprestes centenários se harmonizam às paineiras e jacarandás mimosos, abrigando sob sua copa a vivência de sabiás, tico-ticos e canários-da-terra. Também há coleirinhas, chupins, pica-paus, sanhaços, pombos e majestosas garças brancas em desfile pelo lago. Ilhas e pontes interrompem as aléias, capturando o olhar e os passos do caminhante.

Outras atrações são o Terrário que, numa área de 156 m², abriga 40 animais, entre serpentes e lagartos de espécies exóticas e raras, vindas de diversas partes do mundo e o Aquário que possui 30 variedades de peixes de rios e ornamentais da região amazônica e da África.

Área: 69.285 m²

Localização: Rua Carlos Cavalcanti X Av. João Gualberto X Rua Presidente Faria

Bairro: Centro

Ano de implantação: 1886

Acesso : gratuito

Fauna: Sabiá, tico-tico e canário-da-terra, coleirinha, chupim, pica-pau, sanhaço, pombo, joão-de-barro e garça branca.

Flora: Árvores nativas e exóticas como o carvalho, o cipreste, a paineira, o jacarandá, o plátano, o ipê-amarelo, a canela e o eucalipto.

Equipamentos: Restaurante, playground, aquário, terrário, sanitários, rинque de patinação, ponte pênsil, casa da guarda, pedalinhos, pista para caminhadas, ciclovia, bicicletário.

Horários de funcionamento: Terça-feira a domingo, das 8h às 18h.

PARQUE DAS PEDREIRAS
 Espaço Cultural Paulo Leminski
 Ópera de Arame

Um show em homenagem à memória de Paulo Leminski, poeta e escritor curitibano, inaugurou o Espaço Cultural que levou o seu nome. É um imenso auditório ao ar livre, com capacidade para até 30 mil pessoas no local onde, no passado, funcionava a Pedreira Municipal e a usina de asfalto.

O espaço é dotado de infra-estrutura para a realização de grandes shows com um palco fixo com 480 m², camarins, sanitários, bilheterias, lanchonetes, além uma excelente acústica proporcionada por um paredão de rocha maciça com mais de 30 m de altura.

Anos mais tarde, em 1992, foi entregue, por ocasião do 1º. Festival de Teatro de Curitiba, a Ópera de Arame. O nome foi dado pelo então prefeito Jaime Lerner a partir das suas formas que lembram uma estrutura de arame, e ao mesmo tempo remetem às salas de ópera mais famosas do mundo, como a Ópera de Paris e o Scala de Milão.

É um teatro de forma circular, com estrutura tubular, totalmente transparente, no meio da cratera de uma pedreira desativada, rodeado por lagos, cascatas e uma vegetação abundante, criando uma paisagem inusitada.

Do local de onde no passado saíram as pedras que calçaram os caminhos dos curitibanos, hoje palpita a vida na parceria entre homem e natureza nos espetáculos que celebram a vida.

Área: 103.500 m²

Localização: Rua João Gava

Bairro: Abranches

Ano de Implantação: 1.990

Acesso: gratuito, com exceção dos dias de espetáculos.

Equipamentos: auditório ao ar livre, Ópera de Arame, lanchonete, loja, heliponto, estrutura de apoio para shows, administração e estacionamentos

Horário de funcionamento: De terça-feira a domingo ou de acordo com os eventos.

Ônibus: Bi-articulado Santa Cândida (Estação Central), Interbairros II (Terminal do Cabral), Cabral – (Praça Osório), Nilo Peçanha (Travessa Nestor de Castro), Pró-parque – domingos e feriados (saída do Passeio Público)

PARQUE TANGUÁ

Tanguá “Baía das Conchas” em linguagem indígena. O parque, que se caracteriza por uma região de pedreiras desativadas e uma topografia quebrada característica da região norte da cidade, oferece uma área de lazer com lagos, ancoradouro, lanchonete dentro de um dos lagos, pista de cooper, ciclovia, um túnel aberto na rocha unindo dois dos seus lagos, caramanchões, cascata e ponte.

Situado nas antigas pedreiras da família Gava junto ao rio Barigüí, entre os municípios de Curitiba e Almirante Tamandaré, este parque - inaugurado em 23 de novembro de 1996 pelo prefeito Rafael Greca - preserva a natureza num local destinado inicialmente para abrigar uma usina de reciclagem de calça e lixo industrial.

Posteriormente, em 6 junho de 1998 foi inaugurado pelo Prefeito Cassio Taniguchi, dentro do parque, o Jardim Poty Lazzarotto com: portal de acesso, mirante a 65m de altura, cascata e um grande jardim em estilo francês com canteiros de flores e espelhos d'água- de onde projeta-se o belvedere, na forma de terraço elevado em meio a um tapete verde. Nos três pisos do belvedere encontram-se distribuídos decks metálicos, bistrô, sanitários públicos, loja e torres para observação.

O Jardim Poty Lazzarotto eterniza a memória do artista plástico Napoleon Potyguara Lazzarotto, um curitibano nascido no aniversário de Curitiba, em 29 de março de 1924. Poty, ainda menino rabiscava sonhos em papel de embrulho, no restaurante Vagão do Armistício, a beira dos trilhos da estrada de ferro, no bairro Cajuru. Cresceu e sua arte está em livros, gravuras, quadros, murais, painéis, ruas e praças da cidade. Poty viveu entre nós até 8 de maio de 1998.

Área: 235.000 m²

Localização: Rua Oswaldo Maciel

Bairro: Taboão / Pilarzinho

Ano de Implantação: 1996

Acesso: gratuito

Fauna: Pato silvestre, morcego, gambá, tatu, cisqueiro, pavó, quero-quero, frango-d'água, jacanã, marreca ananai, socó-dorminhoco, joão-de-barro, sabiá-laranjeira, bem-te-vi, parelheira, cobra-d'água, boipeva, jararaca, teiú, cágado-cabeça-de-cobra.

Flora: Branquilha, veludo, maria-mole, cambuí-do-brejo, embira-branca, baga-de-pombo, tarumã, aroeira, congonha, corticeira-do-brejo, bromélia, cambuí-manchado, miguel-pintado, mamica-de-porca, araucária, canela, pessegueiro-bravo, bugreiro, carvalho, cafezeiro-bravo, erva-mate, imbuia, sassafrás, camboatá, pinheiro-bravo, caúna, guaçatunga, bracatinga.

Equipamentos: estacionamento, lagos, ancoradouro, lanchonete, pista de Cooper, ciclovia, cascata, caramanchão, ponte, mirante, belvedere, bistrô, sanitários, loja, torres para observação, jardim com canteiros e espelhos d'água.

Horário de funcionamento: Parque – diariamente das 8h às 18h; Bistrô – diariamente das 9h às 21h

Ônibus: Nilo Peçanha (Tr. Nestor de Castro), Vila Nori (a partir da Pça. Tiradentes)

PARQUE TINGUI

O nome do parque é uma homenagem ao povo indígena que primeiro habitou a região de Curitiba. Os tinguís eram índios combativos, hábeis na execução de armas e utensílios de pedra. Orgulhosos de sua ascendência, tinham um belo porte, daí o nome tinguí significar “nariz afinado”.

Numa das entradas do parque está a estátua do cacique Tindiquera, feita pelo artista plástico Elvo Benito Damo. Conta a lenda que o líder da tribo Tinguí foi quem indicou aos colonizadores o local como deveria ser instalada a Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. “Aqui!”, teria gritado o cacique, assentando forte a sua lança, onde hoje é a Praça Tiradentes. A estátua, esculpida em bronze e em tamanho natural, apresenta o índio carregando em uma mão o varapau com que demarcou o sítio da futura capital paranaense, e na outra, uma pinha, simbolizando as araucárias.

Obra de saneamento e preservação ambiental, o Parque Tingüí alterna em sua pista de caminhada paisagens de lagos, pontes e mata nativa, percorridos ao lado do Rio Barigüí.

O parque também abriga o Memorial Ucraniano, onde está implantada a réplica de uma igreja ucraniana onde são realizados eventos culturais e exposições. No Memorial pode-se encontrar loja, palco, portal, mirante, monumento em forma de “pêssanka” (ovos pintados à mão em filigranas para saudar a Páscoa) e campanário, baseados no estilo que caracterizam as construções da Ucrânia, de caráter histórico/cultural, homenagem à influência da cultura ucraniana na história de Curitiba.

Em 19 de abril de 2000, em homenagem aos 500 anos do descobrimento do Brasil, foi inaugurada a Praça Brasil 500 Anos. Com o formato de um disco de 15 metros de diâmetro e a rosa dos ventos, a praça destaca a importância dos antigos descobridores, exemplos de conhecimento, ousadia, coragem e espírito empreendedor. Para a ocasião, a réplica de uma caravela portuguesa foi erguida na parte central da praça, retirada após as comemorações.

Área: 380.000 m²

Localização: Entre as ruas Rua Fredolin Wolf e José Valle, ao longo do Rio Barigüí.

Bairro: São João

Ano de Implantação: 1994

Acesso: gratuito

Fauna: Pato silvestre, morcego, gambá, tatu, cisqueiro, pavó, quero-quero, frango-d'água, jacanã, marreca ananaí, socó-dorminhoco, joão-de-barro, sabiá-laranjeira, bem-te-vi, parelheira, cobra-d'água, boipeva, jararaca, teiú, cágado-cabeça-de-cobra.

Flora: Branquilha, veludo, maria-mole, cambuí-do-brejo, embira-branca, baga-de-pombo, tarumã, aroeira, congonha, corticeira-do-brejo, bromélia, cambuí-manchado, miguel-pintado, mamica-de-porca, araucária, canela, pessegueiro-bravo, bugreiro, carvalho, cafezeiro-bravo, erva-mate, imbuia, sassafrás, camboatá, pinheiro-bravo, caúna, guaçatunga, bracatinga.

Equipamentos: Ciclovía, pista de cooper, pontes de madeira, iluminação, portais, churrasqueiras, canchas de futebol e vôlei, playground, sanitários, administração, estacionamento, casa da guarda municipal.

Horários de funcionamento: De segunda-feira à domingo, ininterrupto.

Ônibus: Raposo Tavares – Vila Nori (Travessa Nestor de Castro)

PARQUE DA BARREIRINHA

Um parque coberto por matas nativas e lagos, com peixes, patos, marrecos, gansos e pequenos animais vivendo livremente. Localizado na região norte da cidade, no bairro da Barreirinha, de colonização marcadamente polonesa, situado a apenas 9 quilômetros do centro.

Criado em 1959, mas transformado em parque e entregue a população apenas em 1972, na primeira gestão do prefeito Jaime Lerner, o Parque da Barreirinha tem uma área de 275.380 m², entre araucárias, aroeiras, manjeronas, canelas, bracatingas, pés de erva-mate e outras espécies nativas. No parque estão espalhadas churrasqueiras, playground, biblioteca e outros equipamentos de lazer.

A área verde de preservação natural do parque é importante regulador da qualidade de ar na região e um bom exemplo de consciência ecológica.

Mas a função científica e educativa do parque não se encerra por aí: anexo a ele, e ocupando uma área de 125.380 m², o Horto Municipal da Barreirinha é responsável pela pesquisa e produção anual de cerca de 100 mil mudas de árvores, arbustos ornamentais e frutíferas silvestres de mais de 100 espécies, em sua maioria nativas.

No entanto, a maior lição que se pode aprender no Parque Barreirinha é, seguramente, a da convivência harmônica entre o homem e a natureza. Em seus 3 lagos de águas de nascentes ou no bosque de mais de 200 mil metros quadrados de vegetação típica, o curitibano pode desfrutar de momentos de paz e harmonia.

Área: 275.380 m²

Localização: Av. Anita Garibaldi, 6010

Bairro: Barreirinha

Ano de Implantação: 1972

Acesso: gratuito

Fauna: Garça-branca-gigante, socó, biguá, coleirinha, coruja, pica-pau, beija-flor, sabiá, siriri, pato, marreco, ganso, galinha-de-angola, preá, nutria e gambá.

Flora: Araucária, aroeira, manjeronas, canela, bracatinga, erva-mate e outras espécies nativas

Equipamentos: Estacionamento, churrasqueiras, playground, biblioteca.

Horários de funcionamento: De segunda-feira à domingo, ininterrupto.

Ônibus: Barreirinha (Travessa Moreira Garcêz), Ligeirinho Barreirinha / São José, Alimentadores Cachoeira / Vila Leonice e Santa Terezinha (Terminal Barreirinha) e Pró-parque – domingos e feriados (saída do Passeio Público)

PARQUE DOS TROPEIROS

Situado no bairro São Miguel, com área de 173.474 m², é um parque destinado a homenagear o ciclo das tropas existentes na história do Paraná.

O parque é singular pela existência de equipamentos destinados a promover eventos para campeonatos de rodeios e acampamentos. Para tanto, o parque é provido de cancha de rodeios, churrascaria, salão de danças, auditórios para apresentações de manifestações folclóricas, aprisco, área para acampamento e sanitários.

O salão de danças, no dia-a-dia do parque, sedia o Pia Ambiental na Tradição, onde crianças de 4 a 12 anos realizam, em dois períodos, atividades de integração e recebem os princípios de educação ambiental de forma plena e o conhecimento sobre as tradições.

Localizado próximo aos conjuntos habitacionais Caiuá, Diadema, Ilhéus e Vera Cruz, o Parque dos Tropeiros beneficia diretamente cerca de 15 mil pessoas.

Os tropeiros, homenageados, eram condutores de gado que faziam a grande rota colonial entre a Feira de Sorocaba, em São Paulo, e os campos do sul, nos séculos XVIII e XIX. Guiando o gado e abrigando-o nas invernadas, os tropeiros abriram caminhos, fundaram vilarejos, estimularam o comércio de várias cidades e implantaram hábitos, como a roda de chimarrão.

Área: 173.474 m²

Localização: acesso pela Rua Raul Pompéia, próximo à Av. Juscelino Kubitschek

Bairro: São Miguel

Ano de implantação: 1994

Fauna: Gambá, cuíca, morcego, cachorro do mato, sabiá vermelho, sabiá branco, sabiá coleira, bem-te-vi, quero-quero, gavião carijó, chupa-dente, pomba de asa branca.

Flora: Carvalho brasileiro, araucária, branquilha, guaçatunga, aroeira, corticeira, guamirin, pinheiro bravo, gerivá.

Equipamentos: Cancha de rodeios, churrascaria, museu integrado à administração, auditórios para apresentação de manifestações folclóricas, sala de danças, refeitório, cancha esportiva, área para acampamento livre, sanitários, bebedouros e estacionamento.

Horários de funcionamento: Exceto nos dias de eventos, quando o acesso é restrito, está aberto ao público aos sábados, domingos e feriados, das 8 às 18 horas .

Ônibus: Ligeirinho Fazendinha (Terminal Guadalupe), Convencional Fazendinha (Praça Rui Barbosa), Alimentador Vila Marisa (Terminal Fazendinha), Alimentador Caiuá (Terminal Fazendinha)

PARQUE MUNICIPAL NASCENTES DO BELÉM

A preocupação de Curitiba na preservação de seus recursos hídricos refletiu-se emblematicamente na inauguração deste parque, justamente no Dia do Rio, a 24 de novembro de 2001. A área abriga o nascedouro do Belém, rio que começa e termina dentro dos limites do município, cortando a cidade de um extremo ao outro. Pela sua importância como patrimônio natural e histórico da cidade, o Rio Belém é alvo prioritário da meta de revitalização dos rios da capital paranaense. Assim, a implantação do parque teve como objetivo a proteção ambiental da sua nascente.

No local encontra-se o Centro de Referência das Águas, espaço próprio e equipado para atividades de Educação Ambiental, passando a ser referência nas atividades desenvolvidas pelo Programa Olho D'água, que monitora a qualidade da água dos rios curitibanos.

Área: 11.178 m²

Localização: Rua Rolando Salin Zappa Mansur.

Bairro: Cachoeira.

Acesso: gratuito, monitorado.

Fauna: coruja, pica-pau, beija-flor, sabiá, preá, nútria, gambá, garça-branca, siriri.

Flora: araucária, ipê amarelo, pitangueira, aroeira, araçazeiro, pinheiro-bravo, canela, araticum, açoita-cavalo, cedro-rosa, pata-de-vaca, vacuum, tarumã, branquilha, bracatinga.

Equipamentos: marco, unidade de Educação Ambiental, sede de manutenção, sanitários, mirante, ponte, fonte, lago, estar/pergolado, caminhos, posto da Guarda Municipal.

Horário de funcionamento: de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

PARQUE LINEAR CAJURU

Com 2.100 metros de extensão e uma área de 104 mil metros quadrados, o Parque Linear Cajurú veio resgatar a função ambiental do Rio Atuba, cujas margens foram recuperadas em 2002/2003 pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente com a participação de outras entidades municipais.

Já na sua criação, espécies nativas como o monjoleiro, canafístula, vacuum, aroeira, manacá e outras, foram plantadas visando a recomposição da mata ciliar e, desta forma, evitando a erosão e o assoreamento do rio. Além disso, a obra proporciona melhoria da qualidade da água e da vida da comunidade.

A execução do parque também possibilitou a regularização de aproximadamente 400 famílias que ali viviam em situação de risco e que foram transferidas para locais com melhores condições.

Outro grande atrativo é a grande estrutura de lazer que beneficia os moradores da região leste de Curitiba. O parque possui anfiteatro, campo oficial de futebol com grama, vestiário, cancha polivalente, canchas esportivas, equipamentos de ginástica, 4 mil metros de ciclovia, pistas de skate e patinação, playground, mesas de jogos, etc.

O Parque Linear Cajurú é apenas uma parcela das benfeitorias que a Prefeitura de Curitiba realizou no local. O projeto global do parque tem três quilômetros de extensão e será viabilizado após a relocação de mais 200 famílias.

Com o parque, a Prefeitura preserva a faixa de drenagem do rio, soluciona graves problemas sociais e ambientais, evita novas ocupações e oferece à população local uma alternativa de lazer e recreação integrados com a natureza.

Área: 104.000 m².

Localização: Rio Atuba X Rua Teófilo Otoni X Rua Rio Iguaçu.

Bairro: Cajurú

Acesso: gratuito.

Flora: monjoleiro, canafístula, vacuum, aroeira, manacá, outras espécies nativas.

Equipamentos: Anfiteatro, cancha de futebol de grama, canchas de futebol e de vôlei de areia, cancha de bocha, quadra polivalente, pistas de skate e de patinação, playgrounds, equipamentos de ginástica, pista para caminhada e ciclovia, vestiário, mesas de jogos, ponte de madeira.

Horário de funcionamento: de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

PARQUE CAIUÁ

Situado junto ao Conjunto Habitacional de mesmo nome, próximo aos parques dos Tropeiros e Diadema, este parque foi implantado em 1994 para recuperar o fundo de vale de um córrego, que era usado informalmente como depósito de lixo, garantindo a limpeza e o saneamento da área. Com a implantação de equipamentos esportivos e de recreação, transformou-se em mais uma opção de lazer para os moradores da região.

Área: 46.000 m²

Localização: Av. JK X R. Marcos A. Malucelli X R. Pedro Driessen Filho.

Bairro: Cidade Industrial.

Acesso: gratuito.

Fauna: gambá, raposa, cuíca, morcego, cachorro do mato, sabiá vermelho, sabiá branco, sabiá coleira, bem-te-vi, quero-quero, gavião carijó, chupa-dente, pomba de asa branca.

Flora: carvalho-brasileiro, araucária, branquilha, guaçatunga, aroeira, corticeira, guamirim, pinheiro-bravo, gerivá.

Equipamentos: canchas de futebol de areia, campo de futebol de grama, canchas de vôlei de areia e playgrounds.

Horário de funcionamento: de segunda-feira a domingo, ininterrupto.

PARQUE DIADEMA

Este parque, situado junto ao Conjunto Habitacional Diadema, aproveita e protege o fundo de vale de um córrego, o que garante a limpeza e o saneamento da área, que já se transformava em depósito de lixo informal. Foi entregue à população em 1994, com a implantação de equipamentos de lazer, junto com o Parque Caiuá, formando um complexo de proteção ambiental que também inclui o vizinho Parque dos Tropeiros.

Área: 112.000 m²

Localização: Av. JK X R. Vale dos Pássaros X R. Antônio Dionísio Sobr. X R. M^a. Lucia Locher de Athayde.

Bairro: Cidade Industrial.

Acesso: gratuito.

Fauna: gambá, raposa, cuíca, morcego, cachorro-do-mato, sabiá-vermelho, sabiá- branco, sabiá-coleira, bem-te-vi, quero-quero, gavião-carijó, chupa-dente, pomba-de- asa-branca.

Flora: carvalho-brasileiro, araucária, branquilha, guaçatunga, aroeira, corticeira, guamirim, pinheiro-bravo, gerivá.

Equipamentos: canchas de futebol de areia, canchas de vôlei de areia e playground.

Horário de funcionamento: de segunda-feira a domingo, ininterrupto.

BOSQUE ALEMÃO

Situado em uma área de fundo de vale com 38.000m² no Jardim Schaffer, local onde no final do século passado a família que deu nome ao bairro era responsável por uma leiteria famosa na região, este bosque conta com equipamentos relacionados à cultura germânica, sendo assim uma homenagem do Prefeito Rafael Greca e da cidade de Curitiba à etnia que aqui se estabeleceu no século 19, a partir de 1833.

Entre os equipamentos está o Oratório de Bach - réplica de uma igreja presbiteriana de estilo neogótico que existiu no bairro do Seminário - que abriga uma sala de concertos, lanchonete com produtos típicos, Guarda Municipal e sanitários.

Do jardim externo projeta-se a passarela ligada ao mirante, o qual está situado sobre a Torre dos Filósofos, uma torre com 15m de altura que, como os outros dois equipamentos, possui estrutura em troncos de eucalipto. Descendo a torre, chega-se ao Caminho dos Contos, uma trilha no interior do bosque que conduz o visitante à outra extremidade no ponto mais baixo do terreno.

No meio do percurso, que conta a história de “João e Maria” dos irmãos Grimm através de painéis de azulejo, situa-se uma biblioteca denominada Casa da Bruxa (ou Casa de Contos), que é um espaço reservado para desenvolver o interesse pela leitura no público infantil. Diariamente, dezenas de crianças visitam o espaço e participam da “Hora do Conto”, onde bruxas e fadas fazem uma leitura teatralizada de contos infantis. A Casa é administrada pela Secretaria Municipal de Educação.

Ao final da trilha, chega-se ao último equipamento: o pórtico que reconstitui o frontão da Casa Milla que, construída no início do século na Rua Barão do Serro Azul, representa um dos principais exemplares da arquitetura da imigração alemã. A varanda utilizada na réplica é a original.

Área: 38.000 m²

Localização: Rua Francisco Schaffer x Rua Nicolo Paganini x Rua Franz Schubert

Bairro: Vista Alegre

Ano de Implantação: 1996

Acesso: gratuito

Fauna: Morcego, gambá, sabiá, beija-flor, pula-pula, bispo, limpa-folhas.

Flora: Canela, espora-de-galo, guabiroba, açoita-cavalo, miguel pintado, timbó, pitangueira, paineira e algumas espécies introduzidas, como o pinus.

Equipamentos: sala de concertos, casa de chá, lanchonete, sanitários, passarela, mirante, torre, biblioteca e portal.

Horário de funcionamento: Bosque – diariamente das 8h às 18h, Casa da Bruxa – diariamente das 9h às 17h (Hora do conto – finais de semana às 11h e às 16h)

Ônibus: Jardim Mercês-Guanabara (atrás da Catedral), Interbairros II, Primavera e Bracatinga (Travessa Nestor de Castro)

BOSQUE ZANINELLI

O Bosque Zaninelli foi criado a partir de uma área verde regenerada naturalmente após ter sido utilizada - desde 1947 - para exploração de granito, o que originou um grande paredão de pedra e os lagos. Foi decretado bosque municipal de preservação em 1992.

Inaugurado com presença do pesquisador francês Jacques Ives Cousteau, tem como atração principal a Universidade Livre do Meio Ambiente (UNILIVRE) –uma edificação de 874m² cujo aspecto marcante se reflete na forma original. Sua construção de troncos de eucalipto e vidro ressalta a potencialidade do eucalipto (industrial - proveniente de reflorestamento) explorado em seu limite. A estrutura de madeira chega a 15 metros de altura e tem balanços de 3 metros na estrutura que apóia a rampa helicoidal. O resultado é a perfeita integração, junto à vegetação, entre arquitetura e natureza.

A UNILIVRE tem por objetivo repassar conhecimentos sobre o meio ambiente à população em geral, sem ter como pré-requisito a educação formal ou informal, através de cursos regulares e eventuais. É um local específico onde as pessoas podem debater livremente a questão da ecologia e meio ambiente e, ao mesmo tempo, aprender sobre novos temas e práticas que visem aprimorar a qualidade de vida dos centros urbanos. Para conhecer a programação da UNILIVRE é só acessar www.unilivre.org.br.

Outras atrações do bosque são a mata nativa em volta da pedreira, a passarela no túnel vegetal que desemboca frente à pedreira e espelho d'água do lago com aproximadamente 120 m de extensão, o auditório ao ar livre e o mirante.

Área: 37.000 m²

Localização: Rua Victor Benato

Bairro: Pilarzinho

Acesso: gratuito

Ano de Implantação: 1992

Fauna: preá, coruja, gambá, cobra d'água, marreco, cisne, sabiá, coleirinha, João-de-barro.

Flora: cafezeiro-do-mato, canela, pitangueiras e remanescentes de floresta com araucária

Equipamentos: estacionamento, portal, guarita, passarela, bosque, lago, auditório ao ar livre, mirante, universidade / sede administrativa e sanitários.

Horário de funcionamento: Bosque – diariamente das 8h às 19h, Universidade – 2ª a 6ª feira das 8h às 12h e das 14h às 18h, Biblioteca – 2ª, 4ª e 6ª feira das 14h às 18h

3ª e 5ª feira das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00

Ônibus: Jardim Kosmos (Travessa Nestor de Castro), Linha Turismo

BOSQUE GUTIERREZ

Dr. João Carlos Hartley Gutierrez

Criado no dia 12 de setembro de 1986, situa-se na Vista Alegre, região Noroeste da cidade. Uma de suas principais atrações é a fonte de água mineral capaz de fornecer até 1.350 litros de água por hora.

No bosque, o Memorial Chico Mendes, inaugurado em 1989, presta uma homenagem ao líder seringueiro morto no Acre em 22 de dezembro de 1988. Trechos da carta enviada por Mendes ao juiz de Xapuri, onde ele comunicava que estava sendo ameaçado de morte e pedia proteção da justiça, foram gravados em pedra permanentemente envolvida por uma cortina de água mineral que nasce no próprio bosque. A carta data de 28 de outubro de 1988, 54 dias antes do assassinato de Mendes.

Misteriosos subterrâneos que existiram na então chácara do Dr. João Carlos Gutierrez, ilustre advogado, trazem à tona a lenda do Pirata Zulmiro, antigo dono da chácara no ano de 1894, que teria escondido um tesouro na região.

Trilhas de observações cortam o bosque por entre árvores nativas como as aroeiras, cedros, pitangueiras, os pés de araquê e pinheiros e pés de açoita-cavalo, cuja madeira é usada na fabricação de hélices de avião, formas de sapato e de tanino, ou de canela de sebo, matéria prima ideal para marcenaria e embalagens.

Área: 35.586 m²

Localização: Rua Albino Raschendorfer X Rua Gaspar Carrilho Jr.

Bairro: Vista Alegre

Acesso: gratuito

Ano de Implantação: 1986

Fauna: Sabiá, tico-tico, corruíra e chupim, gambá.

Flora: Aroeira, corticeira, guaramirim, branquilha, cedro, pitangueira, açoita-cavalo, araquê, pitanga, guaçatunga e gabioba, além de pinheiros nativos.

Equipamentos: Estacionamento, bicas de água potável, estar, ponte de madeira, réplica de escola amazônica.

Horários de funcionamento: De segunda-feira à domingo, ininterrupto.

Ônibus: Raposo Tavares e Jardim Mercês, Interbairros II (Terminal Cabral ou Campina do Siqueira)

BOSQUE SÃO NICOLAU

O Bosque São Nicolau é uma área verde de 20.520 m², implantado na Cidade Industrial, com o objetivo de preservar a mata nativa e oferecer à população mais uma área de lazer.

Recebido pela Prefeitura de Curitiba dentro do processo de loteamento denominado “Moradias São Nicolau”, a área do bosque de preservação é remanescente isolado da ampla urbanização do entorno e da ameaça de contínua degradação decorrente dos fatores naturais e da ação humana agressiva ao meio ambiente.

Implantado com infra-estrutura adequada, o Bosque São Nicolau reverte essa situação, garantindo tanto a manutenção desse patrimônio, como a oferta de espaço de lazer e recreação para a população da região, tendo como foco o próprio loteamento e os situados em seu entorno, como o “Moradias Sabará”, “Moradias Sevilha” e “Moradias Diadema”.

Em sua inauguração, na Semana do Meio Ambiente do ano 2000, a vegetação nativa foi acrescida de centenas de exemplares de araucária e da garantia de preservação da nascente que forma o pequeno lago em seu refúgio. Em agosto de 2001, o Museu Botânico Municipal efetuou o levantamento das espécies vegetais, constatando que a área se constitui de vegetação remanescente ou de capões da floresta de Araucárias (Floresta Ombrófila Mista) que é a maior floresta original do sul do Brasil, a qual ocorre por associação do Pinheiro-do-Paraná com a Erva-Mate, a Imbuia e o Pinheiro-Bravo.

Área: 20.520 m²

Localização: final da Rua das Águias

Bairro: CIC

Ano de implantação: 2000

Acesso: gratuito

Fauna: Gambá, cuíca, morcego, cachorro do mato, sabiá vermelho, sabiá branco, sabiá coleira, bem-te-vi, quero-quero, gavião carijó, pomba de asa branca.

Flora: Aroeira, caingá, cambará, camboatá, canela-lageana, canela sassafrás, capororoca, caroba, carvalho brasileiro, cedro rosa, congonha, embira, erva-mate, esporão-de-galo, figueira-mata-pau, guaçatunga, guabioba, imbuia, miguel-pintado, pau-de-bugre, pimenteira, pinheiro-bravo, pitanga, sapopema, xaxim.

Equipamentos: playground, recantos, mirante, sede administrativa com sanitários, lago, canchas de futebol de areia, pista para caminhada com aprox. 1.100 m de extensão.

Horário de funcionamento: de segunda-feira a domingo, ininterrupto

Ônibus: Alimentador Vila Marisa (Terminal Caiuá), Alimentador Sabará – Terminal CIC, Alimentador Frigorífico – Parque dos Tropeiros (Terminal Caiuá)

BOSQUE DE PORTUGAL

Bosque de Portugal, mais uma opção de lazer para o curitibano, homenageia o povo português e sua grande influência cultural no Brasil. Foi inaugurado em 19 de março de 1994 e contou, na ocasião, com a presença do então presidente de Portugal, Mário Soares. O bosque, com área de 20.850 metros quadrados fica localizado entre as Ruas Fagundes Varella e Osório Duque Estrada, no Jardim Social. É a primeira grande área verde preservada do bairro e abriga uma sede de escoteiros e um bosque de mata nativa.

No meio da mata e ao longo do córrego, foi construído um caminho de pedras, que recebeu o nome de Alameda dos Cantares. Vinte pilares foram erigidos, onde estão embutidos trechos de poesias de autores luso-brasileiros. Nestes murais estão homenageados Fernando Pessoa, Luiz de Camões, Antero de Quental, Antonio Nobre, Almeida Garret, Camilo Pessanha, Cláudio Manoel da Costa, Gonçalves Dias, Sá Carneiro, Florbela Espanca, Manuel Bandeira, Cecília Meirelles, Olavo Bilac, Sophia de Mello Breyner, Mário de Andrade, Tasso da Silveira, Carlos Drummond de Andrade e Eugênio de Andrade.

A área de animação foi construída em piso de mosaico, com desenhos que lembram o mar e uma caravela estilizada, fazendo menção às grandes navegações portuguesas. Está circundada por sete colunas com os nomes dos países de língua portuguesa (Portugal, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Brasil, Cabo Verde, Angola e Guiné Bissau).

O portal de acesso ao Bosque de Portugal é pela Rua Fagundes Varella, onde foi construído um painel decorativo em azulejos, o marco da poesia e a praça de eventos. Uma pista de cooper faz o elo de ligação, contornando todo o bosque, passando por três pontes que cortam o córrego Tarumã, abrangendo a Rua São Francisco Stóbia e Bernardo Pericás e a praça das 7 nações de língua portuguesa.

Área: 20.850 m²

Localização: Rua Fagundes Varella X Rua Osório Duque Estrada

Bairro: Jardim Social

Ano de Implantação: 1994

Acesso: gratuito

Fauna: Tico-tico, corruíra, sabiá, sanhaço, morcego, gambá.

Flora: Açoita-cavalo, cambará, aroeira, branquilha, pitanga, tarumã, gabirola, chuva de ouro, espora de galo, canela, miguel pintado, timbó, pororoca, araquá, corticeira do banhado, ipê, araucária.

Equipamentos: Pista de cooper, recantos.

Horários de funcionamento: De segunda-feira à domingo, ininterrupto.

Ônibus: Hugo Lange (Praça Santos Andrade)

BOSQUE DA FAZENDINHA

Memória e natureza se integram para oferecer à cidade uma área de lazer. Na antiga chácara da família Klemtz, pioneira da indústria de olarias da cidade de Curitiba, o bosque foi implantado, preservando as edificações originais do local. A casa senhorial da família Klemtz, em estilo neoclássico foi construída em 1896 e considerada unidade de interesse de preservação histórica do Município, pois traz em suas paredes sólidas, lembranças de outros tempos como a pintura do teto, os móveis da época e a sala de estar. Ali, onde hoje funciona o Liceu de Ofícios da Fundação de Ação Social de Curitiba, muitas festas foram realizadas com a presença de tradicionais famílias curitibanas. Na chácara, os Klemtz criavam vacas leiteiras e cavalos, além de cultivar um grande pomar. Ao lado da casa está a estrebaria, com tijolos à vista, arrematado com telheiro e seus lambrequins. Pinheiros e árvores centenárias somam-se às antigas edificações num espaço que, junto com a ampla área de lazer e esportes fazem do Bosque da Fazendinha um lugar de paz e harmonia.

Inaugurado em 09 de dezembro de 1995, o bosque veio atender uma região com alto índice populacional, suprimindo assim a necessidade do bairro da Fazendinha e adjacentes.

Área: 72.851 m²

Localização: Rua Carlos Klemtz

Bairro: Fazendinha

Ano de Implantação: 1995

Acesso: gratuito

Fauna: Gambá, cuíca, morcego, cachorro do mato, sabiá vermelho, sabiá branco, sabiá coleira, bem-te-vi, quero-quero, gavião carijó, chupa-dente, pomba de asa branca.

Flora: Araucária, canela, aroeira, cambará, miguel pintado, pitanga, tarumã, gabioba.

Equipamentos: Estacionamento, cancha de futebol, cancha de vôlei, playground, churrasqueiras, instalações sanitárias, administração, portal, guarita, mirante e a Escola de Artes Cerâmicas (Liceu de Ofícios).

Horários de funcionamento: De segunda-feira à domingo, ininterrupto.

Ônibus: Fazendinha (Praça Rui Barbosa), Portão – Fazendinha (Terminal do Portão), Interbairros 5 (exceto aos domingos)

BOSQUE DO CAPÃO DA IMBUÍIA

Museu de História Natural

É considerado um dos mais belos espaços verdes de Curitiba. Seu bosque é remanescente típico de floresta de araucárias, associada a outras espécies de vegetação. A área pertenceu à família Reginato e foi doada à Prefeitura em 1955.

Sua atração principal é o Museu de História Natural, que tem um dos maiores acervos do país, oferece exposições sobre espécies da flora e da fauna brasileira. Desenvolve pesquisas na área zoológica, envolvendo diferentes grupos de animais como peixes, répteis, aves, mamíferos e anfíbios, além de insetos.

Atualmente, o museu recebe 7.500 visitantes por mês e mil visitas orientadas. Para os pesquisadores, oferece coleções científicas com um acervo de 80 mil espécies.

Nas áreas abertas ao público, o museu conta com 2 exposições. No interior do bosque, os visitantes podem percorrer o “Caminho das Araucárias”, com vitrines e painéis que mostram as relações existentes entre os elementos naturais encontrados na floresta. Na entrada do bosque, a empresa “O Boticário”, construiu a “Calçada da Fauna”, com 42 pegadas de aves e mamíferos da fauna brasileira.

A exposição interna trata dos “Ecossistemas Brasileiros”, representando as principais formações vegetais do país – como as florestas com araucárias, floresta tropical, cerrado e banhado, com animais e a vegetação que compõem esses ambientes.

O Museu é coordenado pelo Departamento de Pesquisa e Monitoramento da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

Área: 42.417 m²

Localização: Rua Nivaldo Braga X Rua Benedito Conceição

Bairro: Capão da Imbuía

Ano de Implantação: 1981

Acesso: gratuito

Fauna: Tiriva, grimpeirinho, arredio, canário-da-terra, pássaro-preto, morcego, cutia, ouriços cacheiro, caxinguelê.

Flora: Imbuia, pinheiro, pitangueira.

Equipamentos: Guarita de informações, passarela, vitrine com animais taxidermizados, biblioteca, criador de serelepe.

Horários de funcionamento: A exposição de animais taxidermizados está aberta ao público de segunda à sexta-feira, das 9 às 18h.

Ônibus: Expresso Capão da Imbuia (Praça Rui Barbosa), Ligeirinho Leste-Oeste (sentido leste), Interbairros II

BOSQUE JOÃO PAULO II

Um lugar abençoado onde natureza e tradição se integram num cenário de beleza e harmonia. O Bosque João Paulo II, inaugurado em dezembro de 1980, não só eternizou a passagem do Papa por Curitiba em junho de 1980 quando ele visitou a casa típica polonesa montada durante a solenidade no Estádio Couto Pereira, como presenteou a cidade com uma linda homenagem à colônia polonesa.

Pelos caminhos internos do bosque, encontram-se 7 casas típicas polonesas em forma de aldeia, construídas no início da colonização polonesa na região de Curitiba por volta de 1878, e remontadas no bosque. As casas, feitas de troncos de pinheiro encaixados, abrigam a história e a cultura dos imigrantes. Na primeira casa, a mesma visitada pelo Papa, foi instalada a capela em homenagem à Virgem Negra de Czystochowa, padroeira da Polônia. Nas demais, pode-se conhecer os móveis e utensílios da época da primeira imigração, 1871, como a pipa de azedar repolho e ver de perto o Museu agrícola onde se destacam a carroça, o abanador de cereais, o amolador de pedra e outras ferramentas da época. Na trilha em meio ao bosque, encontra-se uma escultura do Papa João Paulo II e um monumento em homenagem a Nicolau Copérnico.

O artesanato, à venda no local, permite a aquisição das famosas Pêssankas, ovos pintados à mão em filigranas para saudar a Páscoa. Nas festas da colônia polonesa, muita música e folclore dos descendentes que, vestidos nos floridos trajes típicos do país, se apresentam nas comemorações da Swiconka - Benção dos Alimentos na época da Páscoa, em julho a homenagem à visita do Papa, em agosto a festa da padroeira Czystochowa, o pontificado de João Paulo II em outubro, e o dia de São Nicolau que dá início às festas de Natal. Nestas ocasiões pode-se experimentar os deliciosos pirogues (pasteizinhos com recheio de requeijão) e os saborosos doces e bolos da culinária polonesa.

O projeto do paisagista Burle Marx, que fiscalizou pessoalmente os trabalhos de limpeza do Bosque, teve como prioridade a preservação da mata nativa, além do plantio de novas mudas de pinheiros (*Araucária angustifolia*). Outro destaque são os plátanos (*Platanus orientalis*), com porte bem desenvolvido e introduzidos no local há dezenas de anos.

O “Bosque do Papa”, assim conhecido pelos curitibanos proporciona uma viagem ao coração e à história de um povo, um obrigado e uma homenagem da cidade ao imigrante polonês.

Área: 48.000 m²

Localização: Rua Mateus Leme X Rua Vieira Santos X Rua Mário de Barros

Bairro: Centro Cívico

Ano de Implantação: 1980

Acesso: gratuito

Flora: Plátanos, araucária, cedros, pitangueiras, carvalhos, cerejeiras, ipês, tarumãs, uvas do japão

Fauna: Os pássaros se fazem presentes através de sabiás, bem-te-vis, coleirinhas, chupins, tico-ticos, canários-da-terra, sanhaços e pica-paus .

Equipamentos: Portal polonês, ciclovia, palco, sanitários, playground, loja de artesanato, casas típicas, sede de escoteiros.

Horários de funcionamento: De segunda-feira à domingo, ininterrupto.

Ônibus: Mateus Leme, Taboão, Vila Suíça e Abranches, Linha Turismo, Pró-parque – domingos e feriados (saída do Passeio Público)

BOSQUE BOA VISTA

Dr. Martim Lutero

Localizado no bairro Boa Vista, no setor norte da cidade, o Bosque Boa Vista abrange uma área de 11.682 m², sendo 7.000 m² de naturais, remanescentes da antiga mata de araucárias que recobria quase toda região. Entre as espécies encontram-se os pinheiros, canelas, paus de bugre, pinheiros bravos, pitangueiras, guabirobeiras e outras.

Os equipamentos ali instalados como playground e canchas de esportes vem propiciar a perfeita harmonia da paisagem onde o indivíduo pode desenvolver atividades de lazer em contato direto com a natureza.

O bosque leva o nome de Bosque Dr. Martim Lutero, assim denominado em 10 de novembro de 1996, em homenagem ao reformador alemão e prócer da reforma e renovação da Igreja no século 16. Um dos princípios que Lutero mais defendeu foi a liberdade de consciência e em 1996, nos 450 anos de sua morte, os curitibanos lhe prestaram essa homenagem.

Área: 11.682 m²

Localização: Rua Holanda X Rua Vicente Ciccarino

Bairro: Boa Vista

Ano de Implantação: 1974

Acesso: gratuito

Fauna: Tico-tico, corruíra, sabiá, sanhaço, morcego, gambá, gripeirinho.

Flora: pinheiros, canelas, paus de bugre, pinheiros bravos, pitangueiras, guabirobeiras e outras.

Equipamentos: Playground, canchas de esportes, churrasqueira.

Horários de funcionamento: De segunda-feira à domingo, ininterrupto.

Ônibus: Interbairros II – sentido horário e anti-horário, Convencional N. Sra. Nazaré (Praça Tiradentes)

BOSQUE DO TRABALHADOR

Situado na Cidade Industrial de Curitiba, o bosque é uma homenagem aos trabalhadores curitibanos. É constituído por duas áreas de bosques cadastrados, seccionadas pela Rua Manoel Valdomiro de Macedo.

Em agosto de 2001, o Museu Botânico Municipal efetuou o levantamento das espécies vegetais, constatando que a área se constitui de vegetação remanescente ou de capões da floresta de Araucárias (Floresta Ombrófila Mista) que é a maior floresta original do sul do Brasil, a qual ocorre por associação do Pinheiro-do-Paraná com a Erva-Mate, a Imbuia e o Pinheiro-Bravo.

O Bosque do Trabalhador é uma obra estratégica na manutenção da qualidade de vida e no equilíbrio das relações com o meio ambiente e representa, com seus equipamentos, uma nova opção de lazer para o trabalhador de Curitiba.

Área: 192.016 m²

Localização: Rua Manoel Waldomiro de Macedo

Bairro: Cidade Industrial

Ano de Implantação: 1996

Acesso: gratuito

Fauna: Gambá, cuíca, morcego, cachorro do mato, sabiá vermelho, sabiá branco, sabiá coleira, bem-te-vi, quero-quero, gavião carijó, chupa-dente, pomba de asa branca.

Flora: Aroeira, caingá, cambará, camboatá, canela-lageana, canela sassafrás, capororoca, caroba, carvalho brasileiro, cedro rosa, congonha, embira, erva-mate, esporão-de-galo, figueira-mata-pau, guaçatunga, guabioba, imbuia, miguel-pintado, pau-de-bugre, pimenteira, pinheiro-bravo, pitanga, sapopema, xaxim.

Equipamentos: Estacionamento, portal, casa da guarda, sanitários, playground, churrasqueiras, canchas de vôlei e futebol, além de pistas para pedestres.

Horários de funcionamento: De segunda-feira à domingo, ininterrupto.

Ônibus: Interbairros IV – sentido Pinheirinho - CIC

BOSQUE REINHARDT MAACK

O Bosque Reinhardt Maack foi entregue à cidade no final de 1989. Desapropriada em 1986, esta área pertenceu à família Hauer, desde 1860. E foi graças ao esforço de Alfredo Hauer que a região Sudeste da cidade tem, hoje, uma área de preservação ambiental.

Localizado no bairro Hauer, possui uma área de 78.000 m² coberta pela vegetação original de Curitiba, os chamados “capões”. Neles, o pinheiro do Paraná forma um andar superior que cobre os outros, onde aparecem a aroeira, caúba, pessegueiro-bravo, bracatinga, pau-de-bugre, o branquilha.

A Trilha da Aventura, formada por um conjunto de 16 brinquedos, faz do Bosque Reinhardt Maack um lugar diferente dos costumeiros bosques/parques. Construídos em madeira, brinquedos como o congo, pesca, alvo, trampolim, gangorra, salto, peso, muralha, travessia, hexágono, teleférico, escalada, túnel, escorregador, mirante e argola, vão se sucedendo ao longo da trilha.

As visitas de grupos de crianças nos dias de semana, tem o acompanhamento do setor de Educação Ambiental da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, unindo lazer, educação e consciência ecológica.

Reinhardt Maack, que emprestou seu nome ao Bosque, foi um aventureiro de verdade. Veio da Alemanha para o Brasil em 1923 para ser engenheiro de minas da Cia. de Mineração e Colonização do Paraná. Foi ele quem descobriu e mediu o ponto mais alto do Estado, o “Pico do Paraná”, localizado na Serra do Mar e que tem 1.922 metros de altura. Era cartógrafo, geógrafo, paleontólogo, engenheiro de minas, geólogo. Maack organizou e participou de grandes expedições pela África, América do Sul, América do Norte. Realizou pesquisas na Patagônia, Andes, Tunísia, Himalaia, Kilimanjaro. Foi professor de Geologia e Paleontologia na Universidade Federal do Paraná.

Área: 78.000 m²

Localização: Rua Raggi Izzar X Rua Waldemar Kost X Rua Oswaldo Aranha

Bairro: Hauer

Ano de Implantação: 1989

Acesso: gratuito

Fauna: 45 espécies de aves, do quiri-quiri à coruja das torres; do beija-flor-de-topete ao sanhaço.

Flora: araucária, aroeira, caúba, pessegueiro-bravo, bracatinga, pau-de-bugre, branquilha.

Equipamentos: Estacionamento, um pavilhão para educação ambiental, sede de escoteiros e brinquedos da Trilha da Aventura: congo, pesca, alvo, trampolim, gangorra, salto, peso muralha, travessia, hexágono, teleférico, escalada, túnel, escorregador, mirante e argola.

Horários de funcionamento: Sábados, domingos e feriados, das 8 às 18 horas.

Ônibus: Bi-articulado Boqueirão (Praça Carlos Gomes), Alimentador São Francisco (Terminal Hauer), Interbairros III – (Terminal Carmo), Pró-parque – domingos e feriados (saída do Passeio Público)

BOSQUE ITALIANO

O antigo Bosque São Cristóvão em Santa Felicidade é o Bosque Italiano. Na área pertencente à igreja católica, os descendentes de italianos comemoram suas festas tradicionais, entre elas a Festa do Vinho e a Festa da Uva.

A área, totalmente remodelada pela Prefeitura, abriga o Memorial da Imigração Italiana que, edificado entre 1993 e 1996, homenageia os imigrantes que vieram da Itália a partir do final do século passado e transformaram Santa Felicidade num centro gastronômico de grande apelo turístico. A réplica da primeira matriz de Santa Felicidade e as arcadas neo-românticas celebram a cultura clássica entre os trançadores de vime e os lavradores de parreiras.

Área: 23.540 m²

Localização: Rua Margarida Angela Zardo Miranda

Bairro: Santa Felicidade

Acesso: gratuito

Fauna: Grimpeirinho, joão-de-barro, sabiá.

Flora: Pinheiro bravo, araucária, pimenteira, juvevê, carne de vaga, bugreiro, cambuí.

Equipamentos: Palco para apresentações artísticas, polenteira, quiosques para venda de uvas e vinhos, arcadas, capela.

Horários de funcionamento: Variável (conforme evento)

Ônibus: Santa Felicidade (Travessa Nestor de Castro)

BOSQUE DOS TREZENTOS ANOS

Área: 6.753m²

Localização: Rua Gabriel Ribeiro X Rua Luiz Gurgel do Amaral Valente X Rua Giacomo Lafayette Munich Bassi

Bairro: Sítio Cercado – Bairro Novo

Equipamentos: playground, ciclovia.